

# OS ARMAZÉNS NA CIDADE

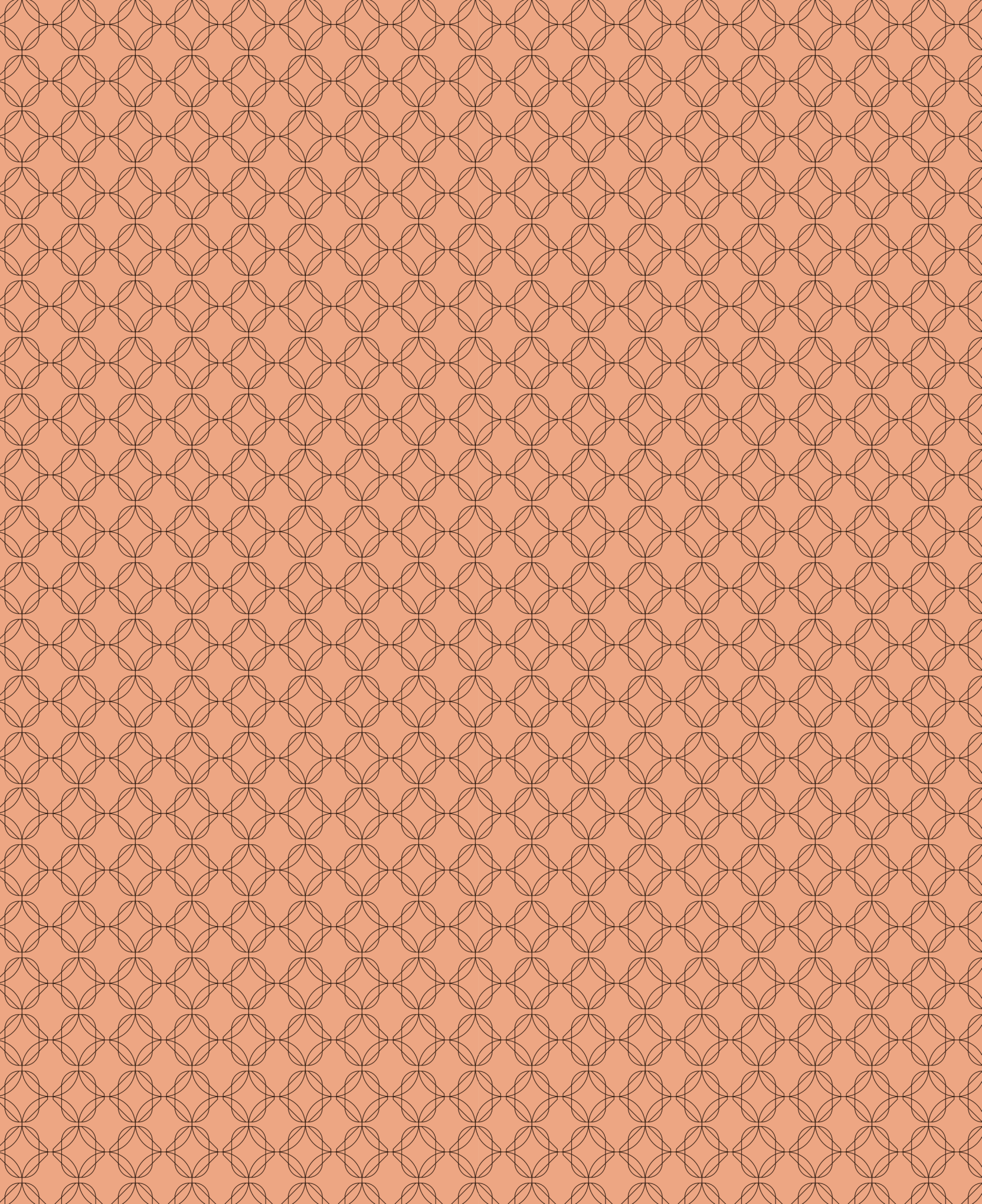
CLEUSA DE CASTRO

SANDRO MOSER



THAIS GLOWACKI - ORGANIZADORA

# A CIDADE NOS ARMAZÉNS



# ÍNDICE

---

<b>Introdução</b>	06
-------------------	----

---

<b>Parte 1</b>	10
Os Armazéns Na Cidade	12
A Cidade e as Trocas	17
Os Armazéns e o Brasil	24
Secos e Molhados em Curitiba	26
Arquitetura e Rede	34
Tipologia dos Armazéns de Secos e Molhados	36
Imagens e Memórias	62
Intervalo	64

---

<b>Parte 2</b>	66
A Cidade nos Armazéns	68
Armazém Simm	84
Armazém Zequinão	94
Armazém Dnipro	98
Mercearia Pinheiro	106
Armazém Graf	112
Armazéns do Itupava	124
Mercearia Fantinato	130
Mercearia Florestal	138
Vida de Balcão	148
Referências Parte I	150
Referências Parte 2	152
Ficha Técnica	156

# INTRODUÇÃO

Arquitetura vernacular é aquela construída com o uso de materiais e recursos do local onde está inserida. É a arquitetura “possível”, informada e usufruída pela mesma realidade social e cultural nos mesmos tempo e espaço. É a arquitetura do povo de um lugar. Por exclusão, portanto, não são as construções que imitam edifícios célebres de outros lugares, nem as edificações com intenções eruditas, ditas inovadoras ou extravagantes que nascem nas pranchetas dos grandes escritórios ou nos departamentos de marketing das incorporadoras.

Ela ajuda a tecer a trama visual e cultural de uma cidade e sublinha a autenticidade e a importância das histórias locais no desenvolvimento urbano.

Assim, as edificações que emergem desta “arquitetura de fundo”, como também são chamadas, se expressam mais tímidas, quase como coadjuvantes da paisagem urbana, mas se tornam relevantes a partir de um entendimento mais amplo da complexidade social que representam. Para tanto, exige-se um olhar detido e sensível sobre estas unidades de expressão popular tão cheias de significados culturais.

Para a arquiteta norte americana Maya Lin “a verdadeira beleza da arquitetura não se encontra nas grandiosas declarações, mas na capacidade de falar à comunidade local e refletir seus valores e histórias”.

Numa cidade com a história social como a de Curitiba, surgem como exemplos importantes dessa arquitetura “de fundo” as construções que abrigavam os antigos armazéns de secos e molhados. Houve um tempo, entre o início do século 19 e meados do século 20, em que tudo que era realmente necessário à vida urbana podia ser encontrado nestes estabelecimentos de comércio varejista.

Das bolinhas de gude e folhas de papel de seda coloridas das brincadeiras de criança até as barricas de querosene, produtos de limpeza e utensílios para o trabalho pesado. Do arroz e feijãozinho da dieta brasileira, comprado a granel, às velas dos velórios e procissões até as ratoeiras e bombas de inseticida para o controle de pragas urbanas.

As melhores casas do ramo ofereciam produtos manufaturados nos próprios armazéns como embutidos (salames e linguiças), geleias e alimentos em conservas. Tudo, enfim, aquilo que hoje se distribui pelas gôndolas e

corredores de supermercados ou é facilmente acessível por compras online, anteriormente cabiam nas prateleiras, balcões e varais dos armazéns.

Geralmente implantados nas esquinas ou em regiões de passagem nas bordas do núcleo urbano, estes objetos de arquitetura vernacular, eram cenários da vida cotidiana e um espaço de transmissão de tradições, saberes e fazeres. Além da função comercial, os armazéns de secos e molhados eram pontos de encontro e referências de espaço social no crescente processo de urbanização do período.

Vistos da perspectiva atual, esses antigos armazéns trazem o retrato vivo de uma época e dessa imagem surge a interação entre o tangível e o intangível – onde a arquitetura desses espaços se entrelaça de maneira intrínseca com as histórias, tradições e o cotidiano das pessoas.

Costurar a sinergia existente entre duas narrativas envolvendo os elementos físicos e culturais dos antigos armazéns de secos e molhados foi o que inspirou a concepção deste livro. Uma daquelas ideias, minhas e do Sandro Moser, e que surgiu como evolução de uma pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) orientada pela professora Cleusa de Castro, focada no patrimônio cultural material de Curitiba, quando eu estava no segundo ano de Arquitetura e Urbanismo na PUCPR em 2012.

Nosso objetivo maior é não apenas preservar a memória desses espaços, mas também destacar sua relevância contínua no atual contexto urbano de Curitiba. Desta forma, o livro é organizado em duas partes, a partir de perspectivas independentes e complementares.

Na primeira, “Os Armazéns na Cidade”, a arquiteta e professora Cleusa de Castro faz uma análise dos armazéns remanescentes em



Curitiba, examinando suas características arquitetônicas únicas com foco no patrimônio material.

À medida que a arquitetura dos antigos armazéns de secos e molhados vai gradualmente desaparecendo, a autora adota a perspectiva observadora de um caminhante urbano para refletir sobre essas edificações – algumas das quais ainda resistem, preservando sua identidade original.

Outras foram reinventadas e abrigam estabelecimentos como restaurantes e bares. Isso possibilitou por um lado, a conservação de determinadas edificações, ao menos da caixa arquitetônica envoltória e por outro que a vocação para palcos de expressões culturais fosse mantida.

Este é o tema da segunda parte do livro, “A Cidade nos Armazéns” em que o olhar do jornalista Sandro Moser captura o fluxo da memória coletiva, trazendo à luz as histórias das pessoas e acontecimentos que se desenrolaram porta adentro desses espaços comerciais e das circunstâncias sociais, econômicas e políticas que influenciaram a construção da história usando uma abordagem metodológica autodenominada de “etnografia naïf”.

Ao visitar esses locais e entrevistar essas pessoas, o autor teve o cuidado de eleger histórias diferentes das já contadas em outras publicações sobre as famílias que prosperaram e formaram impérios comerciais e políticos a partir do armazém de seus ascendentes.

Uma das nossas motivações neste projeto foi colocar luz sobre uma temática menosprezada do ponto de vista urbanístico

quando confrontada aos grandes temas da arquitetura que tratam dos monumentos públicos icônicos nas cidades.

Da mesma forma que a arquitetura de fundo ganha protagonismo, quisemos dar voz às pessoas comuns, aquelas que não necessariamente se destacaram na história oficial, mas cujas vidas ajudaram a moldar e foram moldadas pelos contextos históricos em que estavam inseridas. Isso amplia a história, movendo-a além das biografias de grandes líderes e eventos marcantes, para incluir uma gama mais ampla de experiências.

Importante dizer que trazemos aqui um recorte específico e uma forma de olhar para a história. Inegavelmente existem outras perspectivas de outros grupos sociais que contariam outras histórias com outros e outras protagonistas.

Vivemos num tempo em que aos nossos olhos apagam-se tradições de muitos séculos e as ruínas urbanas nos lembram dos modos de vida passados. Sem apelar para o relativismo saudosista, entendemos que a salvaguarda desses testemunhos da história cotidiana ajuda a manter viva uma parte da identidade da cidade, servindo como ponte entre tempos distintos e fonte da nossa trajetória coletiva.

O fio narrativo do livro parte da perspectiva do “olhar de pássaro”, que enxerga o objeto arquitetônico por meio de sua implantação, descendo para a escala da rua e sua fachada. Adentra-se no armazém, visualizando todos seus detalhes interiores até tocar as pessoas e as histórias que vivem nelas.

Thais Glowacki  
Praia das Gaivotas, PR, 31 de janeiro de 2024

# PARTE I

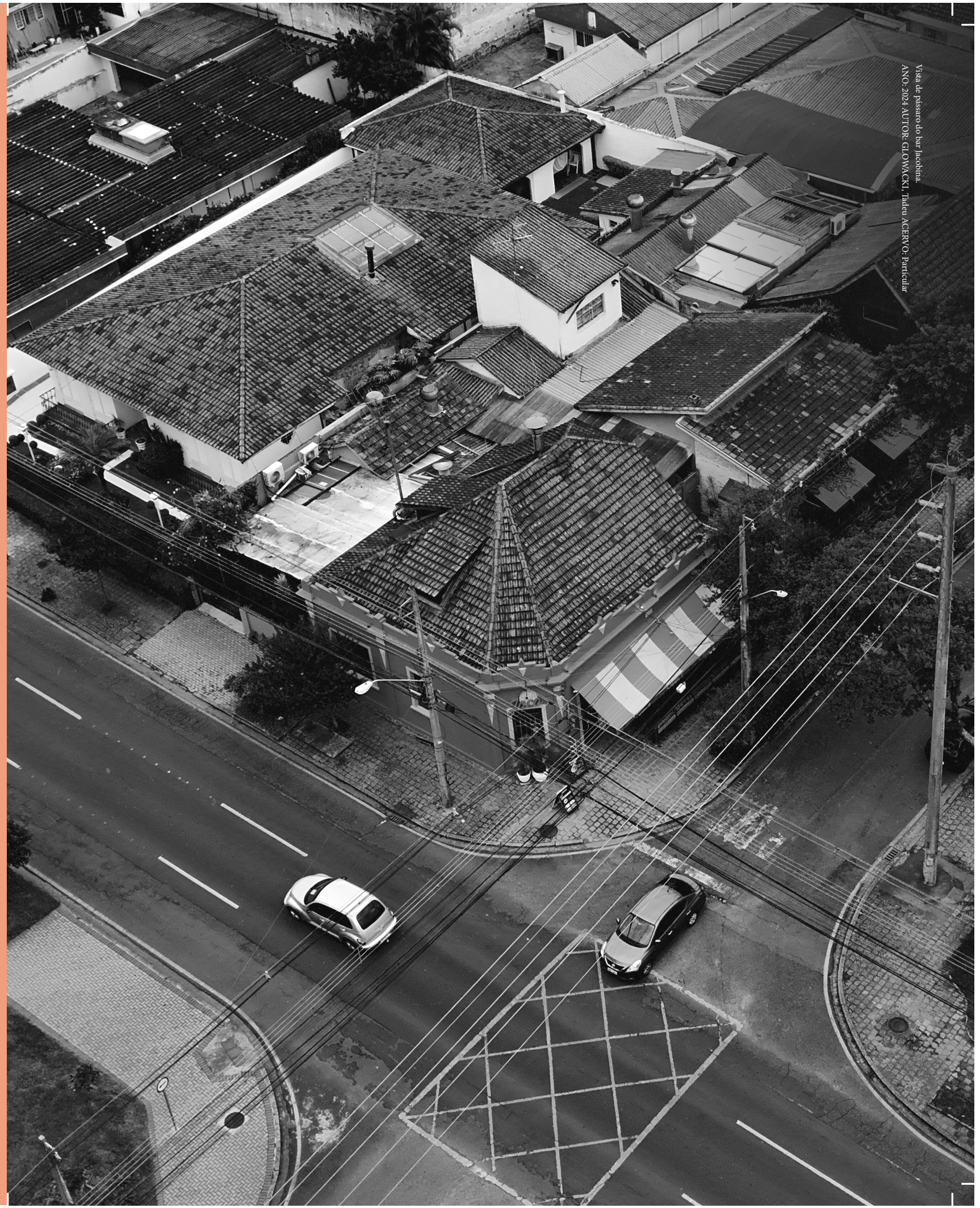




# **PARTE I**

## **OS ARMAZÉNS NA CIDADE**

Visão de pássaro do Bar Jacobina.  
ANO: 2024. AUTOR: GIOVACCI, Tadeu ACENVO. Particular



O tempo presente não disfarça as camadas históricas dos lugares e de suas coisas. No processo de transformação que acompanha a evolução das cidades é garantido o espaço para os fragmentos da história urbana, fundamentais para a identificação do lugar na memória coletiva de sua população.

Entre quem circula pela cidade, há quem compreenda melhor o significado destes fragmentos e às vezes como que se mimetiza em seu conceito. Há, contudo, quem apenas passe ao largo deles sem perceber o tempo e o espaço específicos.

No fim, o que predomina na percepção coletiva das cidades é a somatória dos elementos urbanos. Entretanto, alguns objetos arquitetônicos têm a capacidade de ativar sentimentos maiores mesmo quase invisibilizados na paisagem urbana. Sutilmente, eles se deixam perceber em seu caráter, sua composição, sua materialidade e sua memória evocativa.

Para conseguir saber quem são, podemos imaginar que em um dia qualquer da segunda década do século XXI alguém deambula na sua invisibilidade de ser comum pelas ruas do centro da cidade de Curitiba, a percebe com olhos atentos como os de um *flâneur*<sup>1</sup> da tradição literária francesa:

[...] o olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar [...] Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, é impossível saber.<sup>2</sup>

Seu caminhar é acompanhado dos sinais vitais da cidade com seus ruídos, o intenso movimentar de pessoas e carros que se entremeiam no cenário de edificações. Com olhar contemplativo, este flâneur moderno fita os muitos prédios em altura, palacetes rarefeitos de presença, casas que se agrupam e configuram-se em poucos andares, estilos dos mais variados ainda que relativamente modestos em sua maioria. Estão ao seu dispor seres, máquinas, árvores, asfalto, calçadas e todo acontecimento possível. E significados muitos.

Observar a cidade com a intenção de decifrá-la é uma ação complexa. Existem camadas perceptíveis e não perceptíveis de informações que podem sensibilizar o observador. Antes de sua historicidade está a forma da cidade:

A forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade, e existem muitos tempos na forma da cidade. No próprio decorrer da vida de um homem, a cidade muda de fisionomia em volta dele, as referências não são as mesmas.<sup>3</sup>

As configurações arquitetônicas e sua capacidade de despertar respostas emocionais alimentam este investigador urbano que procura o nada e o todo e quer ser absorvido pelo espírito do lugar quer existir no simbólico e no comunicativo das coisas existentes, pois sabe que:

A arquitetura reflete, materializa e torna eternas as ideias e imagens da vida ideal. As edificações e cidades nos permitem estruturar, entender e lembrar o fluxo

1. Inicialmente, o termo flâneur, cunhado por Charles Baudelaire (1821-1867), descreve alguém que contempla a cidade em uma jornada que não é apenas física, mas um exercício de pensamento filosófico e uma maneira de perceber e sentir o mundo. Walter Benjamin reconhece no flâneur aquele que vive no limiar entre a tradição e a modernidade e é capaz de ler tanto a cidade na história como a história na cidade.

2. CALVINO (2017, p. 20).

3. ROSSI (2001, p. 57).

amorfo da realidade e, em última análise, reconhecer e nos lembrar quem somos. A arquitetura permite-nos perceber e entender a dialética da permanência e da mudança, nos inserir no mundo e nos colocar no continuum da cultura e do tempo. <sup>4</sup>

As camadas simbólicas carregadas de valores trazidos pela permanência dos objetos ao longo dos anos afetam emocionalmente os observadores e estimulam a memória a reconhecer o que de alguma forma lhes pertence. O passado – até então mera abstração – concretiza-se no reconhecimento do objeto no tempo presente. Esta herança, então, torna-se Patrimônio Cultural e acolhe este flâneur moderno na intrincada teia de tempo e lugar. Um Patrimônio Cultural que se desdobra tanto no objeto arquitetônico tangível com seus significados históricos, artísticos e sociais quanto no aspecto imaterial das memórias, das tradições e práticas que formam a identidade da sociedade que o construiu.

Este conceito dentro de uma perspectiva da Antropologia associado a uma nova concepção histórica com enfoque no cotidiano permite incorporar representações cada vez mais complexas da sociedade em que os segmentos minoritários que até então eram desprezados, afinal, se tornam protagonistas:

[...] Os enfoques modernos, que tratam das relações necessárias que mantêm entre si os elementos do Patrimônio Cultural, ao cuidarem da produção arquitetônica de uma sociedade, não mais unicamente valorizam as obras de

4. PALLASMAA (2011, p. 67).

classe dominante, mas também dedicam especial cuidado às construções ditas populares, tanto às que apresentam características eminentemente vernaculares como àquelas sincréticas, decorrentes das inevitáveis influências nascidas de confrontos de culturas. <sup>5</sup>

Como explica Rossi, a cidade como “coisa humana por excelência” <sup>6</sup> é constituída por sua arquitetura e todas aquelas obras que constituem seu modo real de transformação da natureza. Assim, quem observa o universo de uma cidade vê um cenário construído de calçadas, postes, muros e edificações diversos. Na cena urbana que desfruta, algumas edificações gritam sua presença com mais proeminência sobrepondo-se a muitas outras, buscam um destaque, uma individualidade que é equivocada uma vez que não existem isoladamente no espaço.

São estes os altos edifícios em concreto armado, os palacetes ecléticos que traduzem a nobreza de seus antigos moradores ou construtores, os teatros, as bibliotecas, as igrejas, todos os nobres e relevantes edifícios com sua

estética antiga, moderna ou contemporânea e volumetria imponente. No dizer analítico das formas, estes assumem o papel de “figura” em contraposição às construções “banais” de todo o restante edificado que preenche cada quadra atuando como “fundo”, assim entendidos como minorias pouco valorizadas, uma massa de edificações anônimas que preenchem o espaço urbano tornando-o conciso.

Na abordagem da percepção das formas da Gestalt <sup>7</sup>, o conceito de figura e fundo diz respeito à nossa percepção de objetos e padrões no ambiente. A figura representa o elemento central de atenção, ao passo que o fundo constitui o contexto ou ambiente que cerca essa figura. Essa interação dinâmica entre figura e fundo desempenha um papel crucial na compreensão da experiência perceptual.

O que chama a atenção no conjunto destas edificações quase silenciosas que se configuram como ‘fundo’ no cenário da cidade são edificações que teimosamente permanecem, como, por exemplo, a configuração arquitetônica dos antigos armazéns de secos e molhados. Uma sensação de afinidade perpassa pela percepção do observador diante de um desses armazéns, provocada talvez pela evidência do pertencimento ao passado, de resistência e resiliência perante tanta transformação ao redor.

<sup>5</sup> LEMOS (1985, p. 10).

<sup>6</sup> ROSSI (2001, p. 25).

<sup>7</sup> A Gestalt foi uma escola de psicologia que surgiu no início do século XX na Áustria e na Alemanha como uma teoria da percepção das formas e das imagens. A teoria da forma da Gestalt é uma abordagem psicológica que se concentra na percepção visual e cognitiva, enfatizando a organização e a estruturação de estímulos perceptuais.

# A CIDADE E AS TROCAS

Para compreender a significância dos antigos armazéns de secos e molhados presentes na cidade é preciso buscar as origens deste tipo de edificação na história das cidades ocidentais. Pevsner <sup>8</sup> aponta que o desenvolvimento da configuração dos edifícios comerciais avançou em passos muito lentos, tendo como referência inicial as lojas que se distribuía ao longo do Fórum Romano, no tempo do Império, ou seja, os primeiros quinhentos anos da Era Comum.

No decurso da Idade Média ocorre o surgimento dos mercados modernos em substituição às feiras de trocas de mercadorias que aconteciam junto aos feudos em pequenas aldeias. A intensificação das negociações mercantis coincide com o surgimento e o crescimento das novas cidades que passam a abrigar os grandes mercados e feiras; a cidade se consolida então como o lugar das trocas comerciais e este mercado passa a definir a própria centralidade urbana. <sup>9</sup>

O comércio acontecia predominantemente nos mercados, entretanto, havia pequenas lojas distribuídas pela cidade sendo que muitas delas eram oficinas onde os artesãos podiam vender suas produções. Estas lojas eram

caracterizadas por ocuparem o piso térreo de uma edificação civil de dois ou mais pavimentos, destinada quase sempre à habitação nos pavimentos superiores.

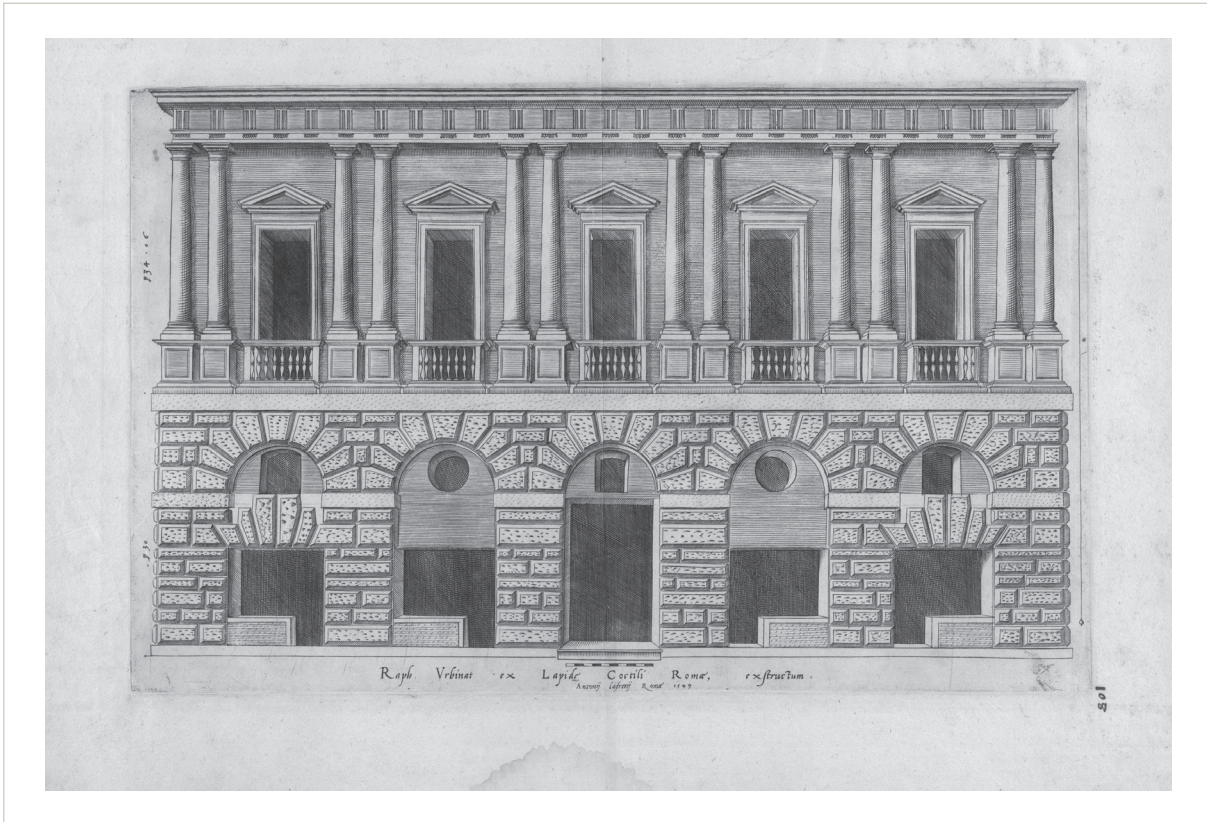
O mercantilismo europeu, ocorrido entre os séculos XIII e XV, proporcionou o enriquecimento invulgar de algumas cidades envolvidas diretamente nesse processo.

Países como Portugal e Espanha colonizaram territórios além-mar e as populações em suas grandes cidades cresceram exponencialmente dando origem ao surgimento de lojas e armazéns para atender à demanda pela circulação de mercadorias, o que se intensifica com a chegada de produtos originários dos territórios colonizados.

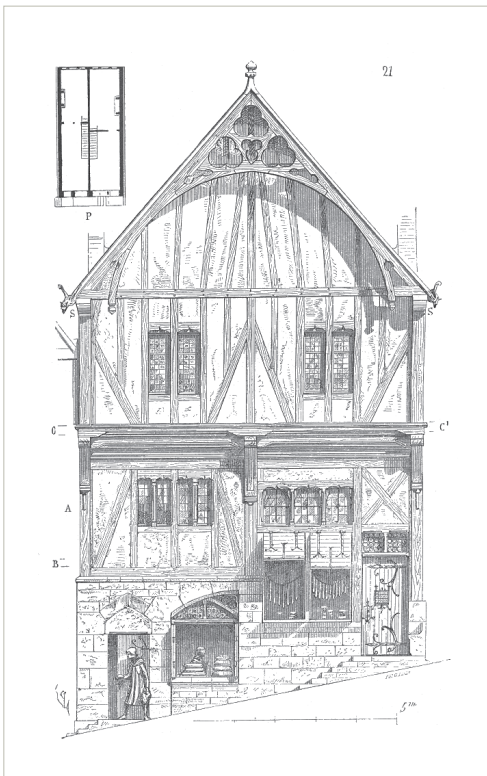
A Revolução Industrial, levada a efeito a partir do final do século XVIII, provocou profundas transformações nas atividades comerciais das cidades. A produção em série de mercadorias exigiu então a proliferação de espaços comerciais, momento em que surgem as grandes lojas de departamento e magazines que assumem o protagonismo comercial nas cidades em um movimento sufocante para as pequenas lojas e armazéns.

<sup>8</sup>. PEVSNER (1997, p. 256).

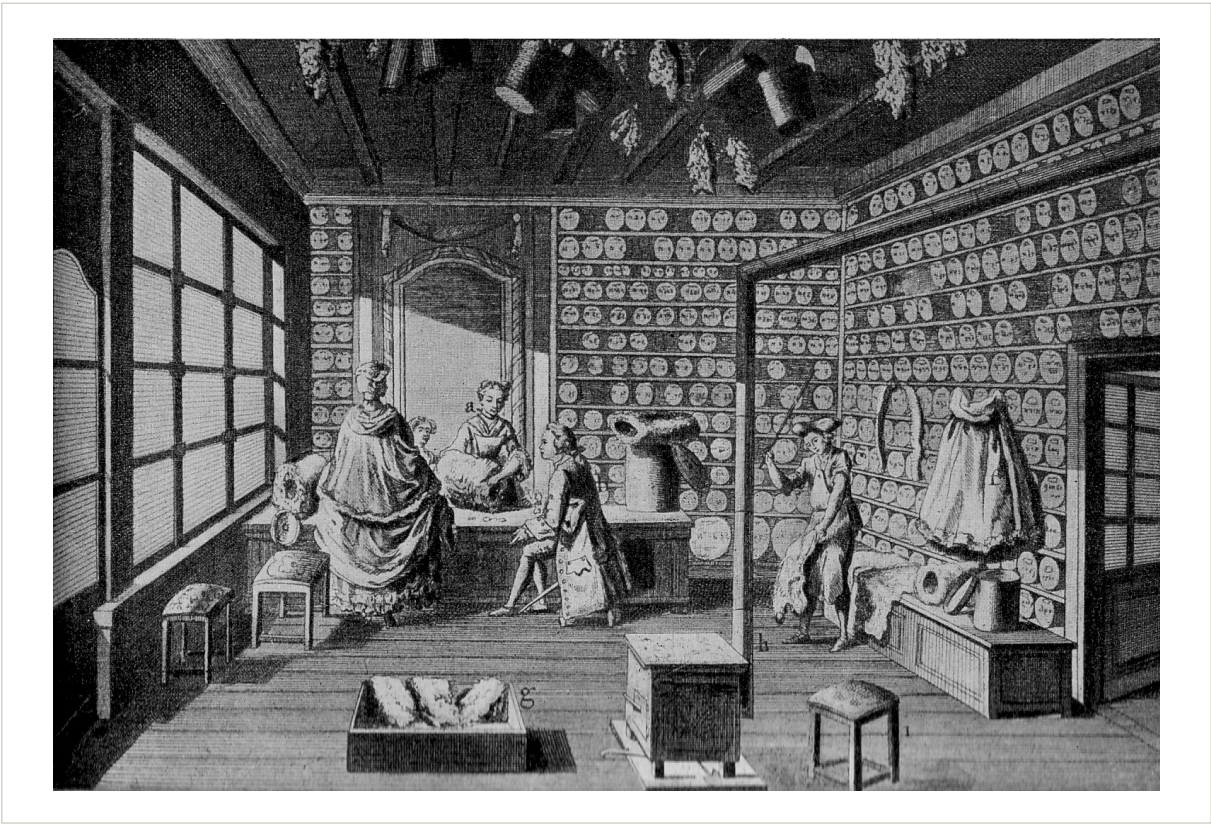
<sup>9</sup>. JACOBS (1975).



Antigo Palazzo Caprini, século 16, conhecido como Palácio de Rafael, com o embasamento composto de várias pequenas lojas que davam direto para a rua.  
 ANO: XVI AUTOR: LAFREY, Antoine ACERVO: G. Spagnesi, Progetto e architetture del linguaggio classico: (XV-XVI secolo).



Tipologia de edifício urbano da Idade Média, na França, onde se observa o uso comercial no térreo e habitacional nos pavimentos superiores.  
 ANO: séc. XIX AUTOR: VIOLLET-LE-DUC, Eugene Emmanuel



A loja Fourrier, em Paris, gravura de 1765.  
ANO: 1765 AUTOR: Reprodução

Olhando para realidade brasileira, o registro de cenas urbanas feitas por Debret <sup>10</sup> na segunda década do século XIX explicitam o comércio urbano que acontecia no térreo das edificações abrindo suas portas direto para a via pública. Richard Burton <sup>11</sup>, ao chegar em Ouro Preto em 1867 comenta:

Como todas as casas comerciais ficam ao rés do chão, os alfaiates, sapateiros e demais artesãos trabalham sentados à porta ou junto das janelas, tão baixas que se parecem portas, e empregam metade do tempo conversando com algum amigo que passa. São comuns as lojas de ingleses e há, como é hábito nessas cidades abastecedoras, um pequeno comércio retalhista que vende tudo que é necessário ao tropeiro ou ao sertanejo. <sup>12</sup>

Na pintura “Loja de rapé” observa-se uma pequena loja, no Rio de Janeiro, com uma porta que se abre diretamente para a calçada, um balcão separa o vendedor e suas mercadorias do cliente, prateleiras que forram as paredes e mantêm a mercadoria à vista dos compradores. Já a obra “Carnaval de Rua” apresenta um grupo de foliões divertindo-se pelas ruas em frente a uma loja instalada em uma edificação térrea tipicamente colonial de artigos diversos que, aos moldes dos armazéns de secos e molhados, expõe seus produtos até mesmo nos quadros das portas externas.



Aquarela de Debret com título “Loja de Rapé”.  
ANO: 1823 AUTOR: reprodução\_ DEBRET, Jean Baptiste



Aquarela de Debret com título “Carnaval de Rua”.  
ANO: 1834 AUTOR: reprodução\_ DEBRET, Jean Baptiste

<sup>10</sup> Jean-Baptiste Debret (1768-1848) foi um desenhista e pintor francês que integrou a Missão Artística Francesa que veio ao Brasil em 1816.

<sup>11</sup> Richard Francis Burton (1821-1890) foi um cônsul inglês, viajante e escritor. Ele visitou diversas regiões brasileiras, registrando costumes, aspectos econômicos e geográficos, ao longo dos anos de 1865-1868.

<sup>12</sup> BURTON (1976, p. 294).



Litografia aquarelada de Johan Moritz Rugendas com título "Venda em Recife".  
ANO: séc. XIX AUTOR: reprodução\_RUGENDAS, Jean Moritz

Na gravura de Rugendas <sup>13</sup>, a pequena loja varejista acomoda uma diversidade de personagens mostrando um trecho urbano qualquer na importante cidade de Recife. A cena mostra homens no interior na loja sendo atendidos por um vendedor e do lado externo várias quitandeiras e mascateiras aproveitam para oferecerem seus produtos junto a este ponto de venda. A gravura confirma as características físicas dos pequenos comércios urbanos configurado por um ambiente simples, aberto diretamente para a rua, com balcão que separa o vendedor e suas mercadorias dos clientes e a distribuição da mercadoria pelas paredes internas.

Faz-se necessário agora distinguir os diferentes tipos de espaços comerciais que se distribuem pelas cidades ocidentais. Dentro da dinâmica do Mercantilismo, empresas se especializaram em organizar o comércio de grande porte a partir dos mercados urbanos como os que se instalavam junto aos portos das principais cidades. Eram estas empresas que se responsabilizavam pela distribuição das mercadorias tanto no mercado interno como nas exportações. Já os pequenos comércios eram responsáveis pela distribuição das pequenas mercadorias e víveres para a população local.

Os “comerciantes de grosso”, poderosos e importantes para os interesses do Estado, eram grandes financistas e usuários, diferenciando-se dos comerciantes que vendiam “a retalho”, ou seja, que tinham lojas. <sup>14</sup>

No Brasil – do tempo colonial ao período imperial – o comércio urbano era função dos mercados e feiras, das pequenas vendas e também da venda ambulante, conforme considera Saint-Hilaire:

Os legumes e as mercadorias de consumo imediato são vendidos por negras que se mantêm acoradas na rua, que por motivo de tal comércio, tomou o nome de rua da Quitanda. Quanto aos comestíveis indispensáveis, tais como farinha, toucinho, arroz, milho, carne seca, os mercadores que os vendem, estão em sua maior parte estabelecidos numa única rua denominada rua das Casinhas, porque efetivamente, cada venda forma uma pequena casa isolada. <sup>15</sup>

<sup>13</sup>. Johann Moritz Rugendas (1802 –1858) foi um dos principais artistas viajantes europeus a retratar o Brasil na primeira metade do século 19.

<sup>14</sup>. DEL PRIORE (2016, p. 96).

<sup>15</sup>. SAINT-HILAIRE (1972, p. 163).



Rua da Imperatriz com seu comércio e residências em São Paulo.  
ANO: 1862 AUTOR: AZEVEDO, Militão de. ACERVO: [www.saopauloesuasruas.wordpress.com](http://www.saopauloesuasruas.wordpress.com)

# OS ARMAZÉNS E O BRASIL

Chegamos, enfim, aos armazéns de secos e molhados que no Brasil, remontam ao tempo da concretização da vila até meados do século XX, tendo alguns sobrevivido até os tempos atuais por vários motivos. Estes armazéns eram empresas familiares de comércio varejista de produtos de consumo diário de primeira necessidade e mantinham no atendimento pessoal e na simplicidade de suas instalações as principais características.

Como tais, desempenhavam papel crucial nas comunidades onde se instalavam não apenas como locais de comércio, mas espaços sociais onde as relações interpessoais eram cultivadas, como no comentário sobre a cena comercial de São Paulo do final do século XIX:

Os negócios de secos e molhados, as vendas, os armazéns: espaços de encontro, de sociabilidade, de frequência diversa. Marcavam a paisagem paulistana nos mais diversos endereços. No centro, nas proximidades das pontes, nas

beiras de caminhos, nos bairros mais distantes. Eram o local de origem e de final das histórias. Se alguém quisesse saber algo de uma região da cidade, ou de algum morador, ou de algum acontecimento, era só dirigir-se ao armazém do bairro, e ali prosear com os “velhos frequentadores”.<sup>16</sup>

A palavra Armazém tem sua origem na expressão árabe al-mahazan, e significa sótão ou o lugar de guardar víveres. Na língua portuguesa o armazém passou a significar um espaço onde se guardam mercadorias.

Já a locução adjetiva que completa o nome e dá significado comercial e social às lojas têm algumas explicações diferentes. Uma delas, bastante plausível, diz que a terminologia “secos e molhados” diz respeito aos impostos cobrados para a entrada de cargas e mercadorias nas capitânicas de Minas Geraes, Goiazes, e São Paulo anunciadas em carta régia de 1719:

<sup>16</sup> OLIVEIRA (2005, p. 163).

Estes são os direitos das entradas em Minas, nos quais há presentemente algumas diferenças, que são as seguintes: de cada escravo, que entra a primeira vez em Minas, se pagam duas oitavas de ouro quintadas; de cada cabeça de gado, uma oitava; de cada cavalo ou besta, não sendo carregada ou montada, duas oitavas; de cada carga de fazenda seca, de duas arrobas, oitava e meia [...] e de cada carga de molhados, meia oitava. Deve-se notar, que por fazenda seca se entende o que não se come nem se bebe, e serve para vestir; e por fazenda de molhados se entende os comestíveis, ferro, aço, pólvora, e tudo que se não veste.<sup>17</sup>

A associação mais comum, porém, é que a expressão “secos” se refira a produtos não

perecíveis como grãos, cereais, farinhas, café, etc., ao passo que os “molhados” seriam, por exclusão, os perecíveis que precisam ou ser mantidos em conservas ou de algum tipo de refrigeração. Com o tempo o conceito foi se ampliando e “armazéns de secos e molhados” passa a identificar os edifícios que servem de entreposto para vender os mais diversos produtos necessários ao dia a dia das pessoas.

Esses pequenos comércios eram elementos condicionantes da ocupação humana, seja em sítios urbanos ou em caminhos que fazem ligação entre trajetórias de lugar a lugar dentro destas ocupações. As atividades comerciais estão presentes no território brasileiro desde os primórdios da colonização portuguesa. Nas primeiras vilas coloniais os entrepostos comerciais caracterizam o espaço urbano fundindo-se às atividades de moradia.

Como herança europeia, os sobrados coloniais, residências comuns nas vilas e tão presentes nas ocupações urbanas desde o século XVII, reservavam sistematicamente o pavimento térreo às atividades comerciais, com suas portas abertas diretamente para a rua oferecendo os mais diversos produtos trazidos de locais distantes e muitas vezes diretamente de Portugal.

<sup>17</sup>. COELHO, 1852, (P. 406 - 407)

# SECOS E MOLHADOS EM CURITIBA



Largo Coronel Eneas, esquina com a rua Jose Bonifácio, ao fundo aparece a praça Tiradentes. A esquerda, o armazém de secos e molhados de Guilherme Etzel [atual Casa Alfredo Romário Martins]. Aparece os fundos da Cerveja Atlantica.  
ANO: 1925 REPRODUZIDO POR: CAMPOS, Marcos ACERVO: Fundo Casa da Memória

A madrugada fria encobre com névoa fina o espaço do pequeno largo, dali a pouco amanhecerá e a visibilidade dos acontecimentos e dos personagens ali concentrados será visível. A pouca iluminação pública não permite identificar as feições daqueles que vão chegando com suas carroças, suas vestimentas com muitos tecidos de poucas cores, agasalhos puídos, chapéus ou lenços encobrindo as cabeças que pendem para baixo. O ruído se intensifica, pássaros colaboram com seu chilrear soando uma melodia por sobre o vozerio baixo daquelas pessoas, o relinchar incomodado dos cavalos e burros que se enfileiram para beber na fonte que se centraliza no espaço.

Eis a descrição possível de uma manhã comum no centro da pequena cidade de Curitiba no início do século XX, quando a população urbana não passava de poucas milhares de almas. A cena é a da chegada dos agricultores vindos dos arrabaldes da cidade, trazendo produtos frescos para a venda que tanto acontece diretamente nas suas carroças quanto nas pequenas vendas que ocupam as parcas ruas do centro.

A outrora fora batizada de Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, fundada em março de 1693, era nas primeiras décadas dos anos 1900, uma cidade pacata cuja população aumentara com a chegada de imigrantes europeus que vieram principalmente da Alemanha, Polônia, Itália e Ucrânia em busca de novas oportunidades para reconstruir suas vidas. No vozerio que se mistura aos demais ruídos é possível identificar o estrangeirismo dos sotaques e das palavras.

Grupos de alemães bem como de italianos instalaram-se no trecho mais urbano da promissora Curitiba, assim grafada a partir de 1919. Ali abriram comércios, serviços e mesmo algumas pequenas fábricas, contribuindo para a consolidação da paisagem urbana. Poloneses e ucranianos deixam-se avistar conduzindo suas carroças típicas trazendo suas produções das colônias que formaram nas

proximidades para venderem no comércio local, bem como para abastecerem-se de víveres de que necessitam.

Voltando à cena do Largo da Ordem, constata-se que o cenário urbano é formado por um conjunto de edificações alinhadas à calçada e coladas umas às outras, tal qual a herança portuguesa imprimiu sobre todas as antigas vilas surgidas a partir do século XVI no Brasil colonial. Anuncia-se, entretanto, a roupagem eclética das construções trazida da Europa no século XIX, onde os tradicionais beirais de telhas cerâmicas que lançavam as águas das chuvas dos telhados para a rua eram agora ocultados por platibandas, frisos e ornamentos emolduram vãos e delineiam a composição das fachadas.

Aqui e acolá o tempo antigo ainda persiste mostrado por edificações mais robustas e pouco ornamentadas. Destaca-se um casarão térreo localizado numa das esquinas do Largo com a Rua São Francisco que, ainda em 1915, exibia seu volumoso telhado de quatro águas que avançava seus beirais para a área pública e com dignidade assumia sua ancianidade – trata-se do armazém de secos e molhados de Guilherme Etzel, que abastecia os moradores locais e aqueles que passavam pelo centro, com produtos diversos principalmente alimentícios. Sua ótima localização e suas grossas paredes de pedra construídas possivelmente no século XVIII, permitiram que o edifício, que serviu de residência e comércio, chegasse até os dias atuais.

Ao adentrar o Armazém Etzel, o freguês se aproxima do balcão de madeira sólida que o separa do comerciante. Dali observa toda a extensa variedade de produtos expostos de maneira que o máximo de produtos possam ser alcançados pelos olhares dos clientes. As leis comerciais baseiam-se obviamente na oferta e na procura, mas o bom comerciante sabe que a lei do desejo prevalece sobre a lógica da necessidade e que se deseja o que se vê. Estendendo-se pelas paredes encontram-se várias prateleiras em madeira que acumulam os mais diversos produtos embalados em garrafas, latas, potes e caixas.



Interior do Armazém Etzel, vendo-se ao fundo Arthur Eugenio Etzel.  
ANO: 1930 AUTOR: Reprodução ACERVO: Edison Etzel / Fundo Casa da memória



Largo Coronel Eneas em 1914. Armazém de secos e molhados Guilherme Etzel atual Casa Alfredo Romário Martins, casa de Fernando Roderjan, mictório público. Rua São Francisco - carroças antigas.  
ANO: 1914 AUTOR: Reprodução ACERVO: Fundo Casa da Memória

Em armários envidraçados estão expostos produtos mais delicados, pendurados no teto ou nas estruturas da construção estão painéis, tachos, urinóis e demais utensílios e pequenas ferramentas, salames e queijos penduram-se numa armação de madeira, farinhas e grãos estão em caixotes ou sacos apoiados no chão do estabelecimento, pães e biscoitos estão dispostos próximos ao balcão de atendimento que contém uma balança para aferir o peso dos diversos produtos vendidos a granel. Os vendedores que seriam os proprietários, familiares ou até mesmo um funcionário apresentam-se vestidos dignamente.

Os ventos da passagem do tempo assopram esta frequentada esquina, muito desta paisagem permanece ancorada na configuração urbana original, o cenário é quase o mesmo, mas os adereços se atualizam, sendo incorporado ao edifício do Armazém Etzel, platibandas que eliminam o beiral em telhas coloniais e encobrem o grande telhado já na década de 1930, consequência do novo Código de Posturas da cidade, aprovado em 1905, com objetivo de estabelecer novos parâmetros para a renovação e valorização da área urbana, o novo código divide a cidade em três zonas: a urbana, constituída pelo centro da cidade; a suburbana, que contorna esse centro e o rossio.

O zoneamento foi introduzido para, em cada zona, obrigar a disciplina nas edificações e adotar normas construtivas. Assim, na zona mais central ou urbana, obriga-se as calhas metálicas, a proibição de que as águas dos telhados caíssem à rua sobre os passantes, obrigando platibandas.<sup>18</sup>

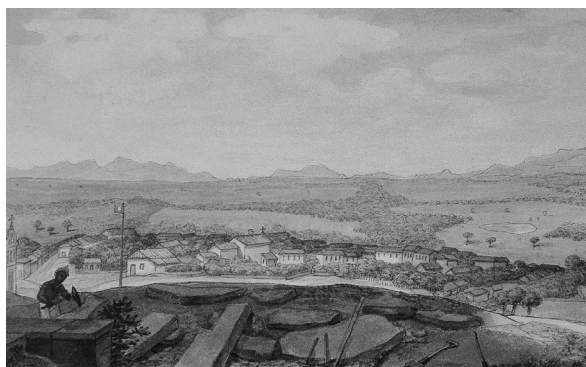
Quase a perder a sua dignidade, o armazém vem, na década de 1950, a apresentar-se com outras alterações nas suas fachadas, incorporando painéis de anúncios e alterações nos vãos das paredes externas. Também a cidade se modifica, com uma área urbana bem maior, uma população agora ultrapassando os

180 mil habitantes, automóveis em grande número circulando pela cidade, este centro antigo se banaliza e assume caráter mais utilitário.

Como o Armazém Etzel, algumas outras casas de comércio se espalhavam por esta região central de Curitiba, disputando os fregueses que passavam pelas calçadas de pedras. Era fácil reconhecer estes armazéns nas já adensadas ruas curitibanas centrais, podendo até ter mais de um exemplar na mesma quadra.

No final do século XIX, as poucas ruas calçadas do centro urbano delimitavam a área mais antiga da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, abrangendo a área ilustrada por Jean-Baptiste Debret em 1827 e as quadras que foram derivando deste núcleo original. Tal qual em outras vilas e cidades brasileiras, o núcleo urbano conduz à concretização da ocupação do território e viabiliza a sobrevivência da fixação humana em seu entorno.

Os núcleos, ou cidades, assim configurados e exitosos, ramificam-se em ocupações contíguas ampliando sua área, mas sem perder sua centralidade e relevância. Na cidade concentravam-se todas as atividades urbanas de maior importância. Nos bairros, só o comércio de subsistência e pequeno artesanato”.<sup>19</sup>



Aquarela de Curitiba na região do Alto São Francisco  
ANO: 1827 AUTOR: reprodução\_DEBRET, Jean-Baptiste ACERVO: Coleção Marquês de Bonneval / Fundo Casa da Memória

<sup>18</sup>. GARCEZ, 2006, P.62)

<sup>19</sup>. LEMOS (1985, p. 57).

O arruamento urbano se estendia em malhas quadrangulares por cerca de dez quadras em cada direção do núcleo inicial, sendo ocupadas com construções mais nobres em alvenaria. Ao seu redor outras vias sem calçamento acomodam lotes mais amplos delimitados por cercas de madeira onde se assentam casas típicas locais, também em madeira.

No pacato cotidiano dos cidadãos do século XIX, o cenário urbano é puro suporte para as necessidades do corpo e da alma. A Igreja Matriz que se destaca na Praça Tiradentes, a Igreja do Rosário dos Pretos e a própria Igreja do Ordem, todas ainda em suas configurações dos tempos coloniais juntamente do casario que se estende nas proximidades, são fatos urbanos que em muito se assemelham a tantas outras cidades do país.

Na urbe se pratica a fé, as trocas, o encontro, o comércio, os negócios e os favores, a fim de suprir as necessidades que o morar em família e em sociedade exige. As edificações comerciais aparecem, então, como personagens intrínsecos à cena do viver urbano. Já observava Saint Hilaire em 1820 <sup>20</sup>:

Entretanto, havia em Curitiba várias lojas muito bem abastecidas. Os negociantes traziam suas mercadorias diretamente da capital do império, mas só as vendiam aos fazendeiros do distrito porque os comerciantes das cidades vizinhas também se abasteciam no Rio de Janeiro. À exceção dos artigos de armarinho, dos tecidos e dos utensílios de cobre e ferro, etc., o sal era o artigo de mais alta importação, devido ao seu grande consumo pelo gado.

O núcleo urbano de Curitiba continha algumas edificações comerciais desde o século XVIII, mas foi a partir do século XIX com a riqueza do ciclo econômico da erva-mate que as atividades comerciais se intensificaram. A prosperidade econômica foi acompanhada de notável aumento populacional, o que resultou no crescimento da ocupação urbana com o surgimento de novos bairros e o adensamento do centro da cidade. Os armazéns de secos e molhados, proliferaram em resposta à crescente demanda por bens e serviços. Além disso, com a chegada de imigrantes, principalmente europeus, esses armazéns passaram a oferecer uma gama diversificada de produtos, refletindo as influências culturais dessas novas comunidades.

Rafael Greca (Freguês de Caderno, 1975) descreve que “nas décadas de vinte, trinta e quarenta, em todas as esquinas, imperaram os armazéns de secos e molhados. Da arquitetura predominantemente eslava saíram do centro da cidade dominando todos os novos bairros. As fachadas recortadas em lambrequins, os inevitáveis cavalos magros amarrados ao alpendre”.



Planta de Curitiba  
ANO: 1894 AUTOR: Reprodução ACERVO: IPPUC

<sup>20</sup>. SAINT-HILAIRE (1978, p. 72).

Esses armazéns não estavam limitados ao centro urbano. Muitos foram estrategicamente localizados ao longo dos caminhos que ligavam a cidade com as colônias de imigrantes nos arrabaldes, bem como nas principais vias de acesso à cidade. Situados nessas rotas atuaram no desenvolvimento socioeconômico e integração das áreas mais ermas.

Na década de 1950, o cenário da cidade começa a se transformar com a verticalização e construção de edifícios altos ao lado das construções mais antigas. O centro de Curitiba experimenta um período de intensa agitação. Com várias ruas já alargadas, o trânsito de automóveis se torna uma constante, representando a noção de progresso e modernização. Início de um contraste arquitetônico e cultural, onde o novo e o antigo passam a coexistir.

Algumas lojas de departamento surgem trazendo a tendência das grandes capitais oferecendo a venda de diversos tipos de produtos num edifício novo, com espaço amplo e em vários andares que são acessados pelas modernas escadas rolantes.

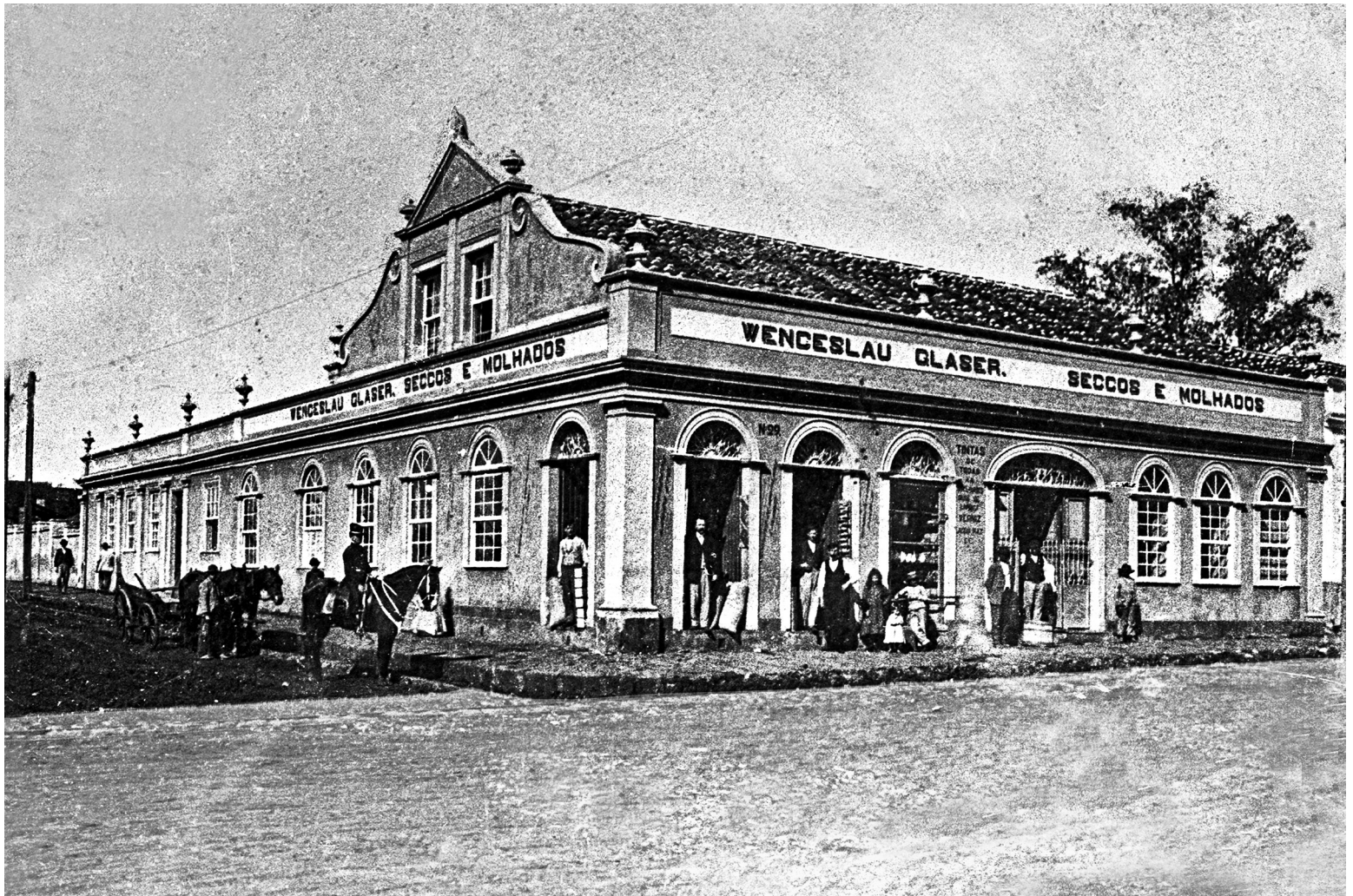
Ainda com toda a prosperidade, a capital paranaense permanece em sua peculiaridade de pequena cidade grande na metade do séc. XX. Em trechos do núcleo central da cidade e em alguns dos antigos bairros mais distantes o viver cotidiano segue seu ritmo de décadas passadas. No existir de alguns cidadãos são mantidos costumes ancorados por certas práticas passadas que persistem no presente, como a relação de confiança existente entre o pequeno comerciante e seus fregueses assíduos.

Os antigos armazéns continuaram a oferecer seus produtos aos fiéis clientes, nos balcões envelhecidos em que se misturavam guloseimas tradicionais com enlatados recém-inventados pela indústria. Os grãos que antes descansavam

em sacos de estopa apoiados no chão agora estão empacotados em embalagens plásticas já separadas em porções pequenas. Vassouras, baldes e panelas ainda penduradas pelas paredes não escondem a poeira do tempo e um certo ar de decadência acompanha cada canto e cada gesto nesses ambientes.

“Os velhos armazéns continuam, até quando Deus quiser”, escreveu Greca. Resistindo à passagem do tempo e à intensa concorrência, alguns desses estabelecimentos ainda marcam presença na paisagem urbana de Curitiba. Sua sobrevivência deve-se, em parte, às suas localizações estratégicas e ao tamanho reduzido dos lotes, que os protegeram da voracidade da especulação imobiliária, inviabilizando a construção de grandes edifícios em seus lugares.

Ao analisar os exemplares que resistem, aqueles que passaram por um processo de reciclagem – transformando-se em empreendimentos que mudaram a natureza de seu comércio, mas valorizam e incorporam o significado histórico e cultural dos secos e molhados – e os que ainda podem ser reutilizados, observa-se que as experiências dos primeiros têm sido particularmente bem-sucedidas. Eles conseguiram unir a preservação do patrimônio histórico ao êxito comercial, redefinindo seu papel na cidade contemporânea e contribuindo para a narrativa cultural da cidade.



Armazém Glaser.  
ANO: s/d AUTOR: Reprodução ACERVO: Fundo Casa da Memória

# ARQUITETURA E REDE



Interior do Armazém Hilario.  
ANO: 1975 AUTOR: MARAVALHAS, Haraton ACERVO: Fundo Casa da Memória

Na teia de relações dos elementos componentes do sítio urbano a materialidade edificada é entendida como uma massa uniforme que dá identidade ao lugar. As inúmeras edificações que formam esse cenário podem ser, entretanto, agrupadas em famílias tipológicas de unidades que contenham características comuns, tais como o tipo de uso, a volumetria, a altura, as características estéticas, os estilos e a materialidade.

Uma classificação assim estabelecida permite compreender o todo a partir de suas partes. A apreensão torna-se, por meio desse entendimento, mais clara e racional, possibilitando a compreensão de significados antes embaralhados na conceituação geral da cidade. Valores são assim reconhecidos com a identificação do papel que cada tipologia exerce na concretização do fato urbano.

Uma vez caracterizada uma família tipológica pela identificação de elementos comuns a um conjunto de edificações, novas construções são reveladas reivindicando o parentesco e destas revelações surge a identificação de uma trama invisível, tal qual uma tênue rede que é espalhada no espaço além do urbano, interligando cada unidade e fortalecendo o valor e a importância da existência de tal tipologia na configuração do espaço ocupado. A cidade passa a ser, por meio desta leitura, a somatória de várias redes compostas por distintas famílias tipológicas, que resultam em camadas de apreensões e interpretações, um novo todo sensível e identificável.

Desta perspectiva, constata-se que a rede ultrapassa os limites de um lugar ou uma cidade, estendendo-se por todo um território, por um país, por lugares além dos limites geográficos e políticos, interligando aspectos físicos e sociais, caracterizando identidades intrínsecas à socialização e à permanência por meio dos tempos em vários lugares.

Considerar as várias edificações que abrigaram (e ainda abrigam) os antigos armazéns de secos

e molhados como uma família tipológica implica identificar características comuns entre as diversas unidades para além de sua função. Sua rede consolida a relevância da existência de poucas ou muitas unidades, explicita as camadas de tempo existentes em determinada localidade e posiciona este lugar no mundo e no tempo.

As características identitárias da tipologia Antigos Armazéns de Secos e Molhados são buscadas dentro de sua rede, permitindo reconhecer parâmetros consolidados e padrões repetitivos. As características que definem e caracterizam estas edificações vêm à luz com facilidade, respaldadas pela tradição e garantidas pela permanência do antigo no tempo atual.

Constituídos por construções mais simples, os antigos armazéns de secos e molhados apresentam características arquitetônicas e construtivas similares. O seu reconhecimento tipológico acontece, primeiramente, pelas características da volumetria onde a forma mais compacta, de pequenas proporções e com a presença de telhados de telhas cerâmicas é quase uma constante, ainda que este atributo seja comum a tantas outras edificações residenciais do mesmo período.

Outro padrão recorrente na tipologia dos secos e molhados – mas não só neles – é o tratamento ornamental sobre as fachadas em alvenaria, com detalhes arquitetônicos que afirmam a individualidade de cada edifício e que refletem o estilo da época. Esta ornamentação pode incluir molduras decorativas ao redor das aberturas de portas e janelas, platibandas com baixos relevos ou recortes, falsas colunas, cornijas, frisos e outros ornatos aplicados ao reboco.

Sua caixa arquitetônica mais comum é a de alvenaria de tijolos nas áreas mais urbanizadas e de tábuas de madeira em localidades mais afastadas da zona central. Quando no nível da calçada esses estabelecimentos tinham o piso da área de vendas em material mais resistente como ladrilhos hidráulicos, tijoleiras, ou simplesmente cimento alisado; já os alteados ou nas edificações em madeira o piso era de tabuado.

# TIPOLOGIAS DOS ARMAZÉNS DE SECOS E MOLHADOS



Jacarezinho esquina com rua Candido Hartmann, residencia e casa comercial da familia Dariff. Construida em 1921 por Lourenço e João Dariff.  
Frontão eclético de inspiração Neo-Classica e copia o estilo do antigo Mercado Municipal.  
ANO: 1981 AUTOR: MARAVALHAS, Haraton ACERVO: Fundo Casa da Memória

A compreensão da cidade passa pelo entendimento de sua arquitetura. As distintas edificações que compõem a paisagem urbana podem ser interpretadas a partir de grupos semelhantes de edificações que se repetem. A percepção de que tais repetições acontecem como uma dinâmica intrínseca de diversas cidades permite que se deduza que os grupos familiares de edificações extrapolam as especificidades de uma localidade, seja uma cidade ou um país, bem como de um tempo muito específico.

É possível reconhecer que determinadas edificações têm características visíveis muito específicas e que se diferem claramente de outras. Ao analisar a natureza da semelhança ou da diferença, reconhece-se certas categorias de análise que permitem interpretar o objeto arquitetônico em sua essência. A psicologia da Gestalt <sup>21</sup> que respalda a interpretação das formas pelo cérebro humano - esclarece a percepção das afinidades formais e a compreensão de conjuntos familiares de edificações. Da redução dos esquemas perceptíveis à essência de sua individualidade que ao mesmo tempo é genérica nasce o conceito de TIPO, que:

[...] pode ser simplesmente definido como um conceito que descreve um grupo de objetos caracterizados pela mesma estrutura formal. Baseia-se fundamentalmente na possibilidade de agrupar objetos por certas semelhanças estruturais inerentes. Poderíamos até dizer que tipo significa o ato de pensar em grupo. <sup>22</sup>

Pensar em tipo na arquitetura e na cidade é pensar em semelhanças e nas regras que organizam tais semelhanças. O tipo seria esta constante que aproxima diversos

edifícios distribuídos pela cidade e que permite reconhecer suas familiaridades em camadas mais profundas da percepção explícita das aparências imediatas, como observa Aldo Rossi:

O tipo é, pois, constante e se apresenta com características de necessidade; mas, mesmo determinadas, elas reagem com a técnica, com as funções, com o estilo, com o caráter coletivo e o momento individual do fato arquitetônico. <sup>23</sup>

Ao comentar a questão da tipologia arquitetônica, o historiador e teórico italiano Giulio Carlo Argan apresenta a noção de tipo como uma ideia geral e estruturante da de um edifício que suporta determinadas variações e que a tipologia arquitetônica pode se dar na organização e distribuição dos elementos arquitetônicos bem como à função do edifício; sendo que o tipo se configura como um esquema reducionista de uma série de variantes formais a uma suposta estrutura comum. <sup>24</sup>

Entender a tipologia dos pequenos comércios que proliferaram nas cidades brasileiras dentro do recorte temporal que abrange o final do século XIX até meados do século XX consiste em reconhecer elementos estruturantes, para além da sua função, que permitam estabelecer vínculos de familiaridade formal. Não é, portanto, tão somente a questão da função do edifício que organiza os vínculos de proximidade, uma vez que uma mesma função permite o acontecimento de uma diversidade de apresentações e variantes dentro de sua classificação, pois:

[...] a explicação do conceito de classificação por função revela-se demasiado simplificada; ela supõe um valor idêntico para todas as atribuições de funções, o que não é verdade. <sup>25</sup>

21. Os fundamentos básicos da Gestalt são: Segregação, Semelhança, Proximidade, Continuidade, Pregnância, Fechamento e Unidade.

22. MONEO (1978, p. 23).

23. ROSSI (2001, p. 27).

24. ARGAN (1959, p. 20).

25. ROSSI (2001, p. 31).

Na análise dos edifícios dos antigos armazéns encontrados em Curitiba, foram considerados os elementos estruturadores de suas formas, considerando critérios como as dimensões e formatos dos terrenos nos quais as edificações estão inseridas, a disposição espacial dos edifícios nos terrenos e as características volumétricas de seus elementos arquitetônicos. Na análise das características imagéticas, os critérios examinados incluem a linguagem estilística da arquitetura, a materialidade e o padrão compositivo dos cheios das paredes e dos vazios dos vãos de portas e janelas.

A análise da tipologia familiar dos armazéns de secos e molhados, contextualizada geograficamente na cidade de Curitiba por meio de um inventário tipológico, pode ser um recurso valioso para orientar a incorporação de novas arquiteturas contextualizadas.

O estudo histórico das origens dos antigos armazéns aponta para uma derivação clara da tipologia do edifício residencial, dada a histórica vinculação entre estas duas funções. As pequenas vendas acontecem historicamente acomodadas nas mesmas edificações das moradias, tradição esta que é trazida da vida europeia para o Brasil pelos colonizadores portugueses. Por mais de três séculos as cidades brasileiras mantiveram características invariáveis com ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos, sendo que o pavimento térreo era comumente ocupado para serviços e vendas.<sup>26</sup>

Esta configuração é apontada em um estudo sobre a cidade de São Paulo:

Os grandes sobrados de taipa foram construídos na área central da capital nos primeiros anos oitocentistas. As lojas, os armazéns e os serviços eram instalados na

parte inferior dessas propriedades como extensões das casas de morada; estoques comerciais e trastes domésticos disputavam assim o mesmo espaço. As casas térreas, de comerciantes mais modestos, mantinham as lojas nos corredores ou na sala da frente.<sup>27</sup>

A característica colonial de implantação da edificação construída junto ao alinhamento da calçada, com portas e janelas dando direto para a rua, será encontrada na maioria dos armazéns de secos e molhados identificados na cidade. Por se tratar de edificações predominantemente urbanas e construídas em áreas cuja legislação obrigava que não houvesse recuos, muitos armazéns ocuparam, então, esquinas das ruas do centro e dos bairros mais antigos. As esquinas são pontos de confluência, de encontro de pessoas, e como tal são lugares privilegiados para o estabelecimento de um comércio. Outra posição em que os armazéns foram implantados é no meio de quadras, cercados por outras edificações tanto de moradias como de serviços ou outros tipos de comércio.

Outra razão para que os edifícios pertençam a tipos é que não apenas têm utilidades parecidas, por famílias de uso – as casas se parecem a outras casas e as igrejas a outras igrejas – como também porque pertencem a cidades, nas quais as localizações de edifícios de cada tipo serão similares, ocuparão lotes parecidos, posições análogas em quarteirões edificados.<sup>28</sup>

Adiante do centro urbano, os armazéns de secos e molhados que atendem às comunidades quase rurais apresentam características específicas,

<sup>26</sup> REIS FILHO (1970, p. 22-30).

<sup>27</sup> ARAÚJO (2009, p. 287).

<sup>28</sup> CORONA MARTÍNEZ (2000, p. 106).

implantados junto às vias de maior circulação.

Das características tanto das diferentes implantações quanto das diversas configurações arquitetônicas, a percepção da tipologia armazém, cujas edificações remanescentes foram conectadas à rede desta classe de edifícios, possibilita elencar grupos diferenciados que traduzem familiaridades. A sistematização dos atributos físicos e formais dos edifícios encontrados permite agrupá-los de acordo com características ou períodos específicos.

**A primeira família tipológica** identificada é formada por edifícios localizados em esquinas, construídos em alvenaria, ainda que apenas suas fachadas. Trata-se do grupo mais numeroso de edificações encontradas que abrigaram armazéns de secos e molhados. Parte deles, possivelmente construídos até meados do século XX, apresenta-se com um ou dois pavimentos, sendo que a atividade comercial ocupava os cômodos que dão direto para as vias públicas, no térreo, e tanto a parte localizada para dentro do terreno bem como o pavimento superior poderiam acomodar os depósitos e quase sempre a moradia da família.

Com esta configuração apresenta-se o Armazém Simm, aberto desde 1941 e funcionando até os dias atuais como comércio de produtos genéricos para o abastecimento familiar, tendo sido acrescentado a função de bar. Este armazém está acomodado em edificação de alvenaria de tijolos de dois pavimentos com linguagem estilística que remete ao protomodernismo ou Art Déco, referindo-se às manifestações arquitetônicas que se utilizam de uma linguagem que antecede ao estilo modernista por excelência, onde os edifícios eram caracterizados por volumes de formas mais simples e desprovidos de ornamentos, com influências “aerodinâmicas e náuticas”, apresentando uma linguagem mais geométrica com fundamentos racionalistas, empregando materiais como concreto e revestimentos com pó de mica<sup>29</sup>. Ainda sobre o

termo protomoderno, vale observar que:

Alguns autores entendem que os termos protomoderno e art déco referem-se a mesma arquitetura; outros, entretanto, distinguem as construções protomodernas que “deslocam” a ornamentação das fachadas para a volumetria, configurando composições compostas.<sup>30</sup>

O edifício do Armazém Simm caracteriza-se pela quase ausência de ornamentação, a curvatura na esquina, a platibanda que esconde o telhado e janelas e portas bem definidas e de pequenas dimensões, à exceção das de acesso à loja. Nesta tipologia verifica-se comumente a existência de mais de uma porta para acesso ao armazém, sendo localizadas na curvatura da esquina.

Também o Armazém Fantinato, aberto em 1953, pertence à mesma tipologia, mas apresentando apenas um pavimento. De escala e implantação amigável, este edifício torna-se ainda mais acolhedor com a presença de uma marquise de concreto que corta as aberturas das portas e janelas, protegendo-as da chuva. A platibanda encimada com telhas curvas denuncia a aproximação com o estilo neocolonial<sup>31</sup>, mas anunciando ainda um desprendimento do ecletismo que predominou nas edificações mais nobres. As portas mais generosas posicionadas na curvatura da esquina sinalizam a identidade funcional da edificação, evidenciando-se à clientela do bairro.

Em cômodos contíguos ao armazém situava-se a moradia do comerciante e sua família. A fluidez da curva construída na esquina vem em resposta às posturas municipais que

<sup>29</sup> CONDE (1985, p. 44).

<sup>30</sup> FARIAS E TINEN (2020, p. 27).

<sup>31</sup> O Neocolonial foi um movimento da arquitetura brasileira surgido na década de 1920. Essa abordagem arquitetônica buscou incorporar elementos estilísticos da arquitetura colonial brasileira. Caracterizou-se pelo uso de materiais tradicionais como a madeira e a telha cerâmica colonial, e de elementos arquitetônicos como frontões com volutas, balcões, colunas e outros típicos da arquitetura colonial que eram inseridos de forma mais atualizada.

obrigam a não construção em ângulo reto nas esquinas para permitir que o fluxo de pedestres seja facilitada sendo uma das vantagens em se implantar estes antigos armazéns, a visibilidade é privilegiada e ainda propicia o acesso dos clientes vindos de ambas as ruas do cruzamento.

Fachada do Armazém Simm.

ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular





Interior do Armazém Fantinato.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

Fachada do Armazém Fantinato.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular







Na mesma tipologia de implantação em esquina, o antigo Armazém da Família Guesse não apresenta a curvatura na esquina, mas sim um chanfro em ângulo que acomoda uma das duas portas que se abrem para a esquina. Com características estilísticas ecléticas<sup>32</sup>, esta edificação térrea com sótão apresenta telhado de grande volume contido por platibanda vazada. As esquadrias em madeira com mais elaboração que os dois armazéns anteriores, envoltas em saliência de argamassa que lhes emoldura denuncia uma maior antiguidade que os anteriores.

O Armazém Darif é um representante singular nesta tipologia. Construído em 1920, funcionou como armazém de secos e molhados até os anos de 1970 quando passou a atender apenas como bar até o posterior fechamento documentado no filme “Vida de Balcão”, de Luciano Coelho, lançado em 2007.

Como a maioria dos armazéns de secos e molhados, o edifício abrigava também a residência da família. A edificação, de caráter eclético, tem como principal característica um frontão com volutas que encobre o grande telhado na fachada para a rua principal, trazendo imponência ao volume. Neste frontão, uma pequena janela anuncia a existência de um sótão.

O tratamento dado para a então esquina no tempo em que fora construído traz peculiaridade ao tratamento da fachada, que fora quebrada com um pequeno chanfro para permitir a inserção de uma segunda porta seguindo a configuração do terreno. As esquadrias de portas e janelas permaneceram sem alteração por mais de um século, em madeira e vidro. O desnível do terreno para o fundo do lote forneceu o espaço para um porão, o que possibilitou que o piso do armazém fosse em madeira, compondo um ambiente mais acolhedor tanto à casa quanto ao espaço comercial.



Fachada do Armazém Darif (atual pizzaria Dom Carmino). ANO: 2024 AUTOR: GLOWACKI, Tadeu ACERVO: Particular



Algacir Darif, Adelia de Conto e Altevir Darif no interior do Armazém Darif. ANO: 1978 AUTOR: GHIDINI, Roberto ACERVO: Particular

A paisagem mais bucólica e arborizada do entorno coaduna com a percepção de que se tratava de um bom comércio de bairro. Com a bem cuidada restauração e revitalização do edifício reconhece-se a importância deste antigo armazém na paisagem do lugar.

Há outras edificações em esquinas das ruas saídas do centro mais antigo da cidade em direção aos bairros reproduzindo as mesmas características da tipologia do armazém Simm. A rede de configurações tipológicas aponta para construções remanescentes deste tempo passado que poderiam ter abrigado armazéns e mercearias que não sobreviveram às transformações do passar do tempo e alteraram suas atividades. Neste contexto são incluídos o antigo Bar e Merceria Harada (atual Tobias), o

32. O estilo eclético na arquitetura surgiu no Brasil na segunda metade do século 19. Esse estilo é caracterizado pelo historicismo em que são apropriadas as linguagens de arquiteturas de estilos antigos, como gótico, romântico, renascentista, barroco, entre outros.



Algacir Darif no interior do Armazém Darif.  
ANO: 1978 AUTOR: GHIDINI, Roberto ACERVO: Particular

Boteco São Jorge, atual Templo Gastronomia, o extinto Armazém Estrela Japonesa, a Merceria do Português e o antigo bar Pato de Borracha.

O Bar e Merceria Harada apresentava-se já ao final da década de 2010 com alterações em suas fachadas com a modificação dos vãos de janelas, mas tendo mantidas as molduras dos antigos vãos permitia ainda a visualização da tipologia buscada, a grande porta presente no chanfro da esquina, a presença da platibanda contendo o grande volume da cobertura atesta a linhagem da edificação. As novas alterações feitas já na década de 2020 maquiavam ainda mais a autenticidade formal da edificação.

O mesmo fato sucedeu-se com o Boteco São

Jorge, mesmo tendo aparentemente mantido a volumetria e a composição de vãos da edificação comercial original, o cromatismo já aplicado às fachadas quando já era um boteco destroem a clareza estilística histórica original, o que ocorre mais gravemente com o decorativismo que lhe foi imposto quando da mudança de uso na década atual.

Das mais icônicas edificações de esquina com fins comerciais de meados do século passado, o antigo Pato de Borracha sobreviveu às transformações urbanísticas para implementação do eixo binário de transporte público da Avenida Sete de Setembro. Localizado próximo ao centro antigo da cidade, foi por alguns anos neste século XX

um ponto de referência da escala urbana de antigamente em meio à verticalização acentuada da região. Edifício de ocupação mista como a maioria dos pequenos comércios da década de 1950, abrigando também a moradia de seu proprietário, este edifício de proporções equilibradas debruçava-se numa esquina de grande movimento. Reconhecendo a localização privilegiada, o edifício é encimado por platibanda elaborada com esmero para apresentar um alinhamento estilístico Art Déco, que na época representava a modernidade.

**O Art Déco conquistava adeptos populares ao ser adotado, em linhas mais simplificadas, nas vilas operárias em singelas moradias conhecidas como “porta e janela”, em todos os quadrantes do Brasil. Cidades construídas nos anos 1930-1940 são verdadeiras concentrações de arquitetura popular de gosto Déco, nas mais variadas interpretações possíveis e imagináveis.<sup>33</sup>**

As molduras das aberturas e frisos verticais nas paredes reforçam o estilo escolhido. Esta relevante característica foi anulada recentemente com a eliminação do recorte serrilhado da platibanda, conduzindo a edificação ao anonimato temporal. A arquitetura reflete não apenas a estética da época, mas também as mudanças na sociedade e na urbanização.

O antigo Pato de Borracha permaneceu por décadas como uma peça-chave desse quebra-cabeça histórico da paisagem urbana da região, solidário à presença marcante do antigo quartel que abriga atualmente o Shopping Curitiba.

Enquanto alguns exemplares desta tipologia despedem-se do cenário da cidade, outros

conseguiram manter suas características arquitetônicas e puderam ser reciclados para desempenhar novo papel na cidade. Esse foi o caso da mercearia Fantinato como também do Bar Jacobina e do Cana Benta.

O Jacobina é um exemplar precioso e sua relevância é ditada pela configuração de sua composição ornamental. Da mesma família do Pato de Borracha por apontar a presença de platibanda com recortes ornamentais inusitados, cimalha proeminente em escalonamento, paredes sólidas, esquadrias em madeira com bandeiras e folhas envidraçadas, molduras de arremate nos vãos adicionam complexidade e interesse visual à edificação e destacando-a como um marco histórico e cultural na paisagem urbana.

O Cana Benta é uma edificação menos imponente, com ornamentação mais simples tanto na superfície das paredes como na terminação do arremate da cobertura. Aqui a platibanda é que orchestra o estilo escolhido para o edifício, no caso um neocolonial caracterizado pela presença de falsos frontões em curva de acabamento em telhas coloniais, seguido de pequenos recortes ortogonais à maneira de ameias.

Uma linha horizontal saliente abaixo da platibanda separa o coroamento do embasamento formado pelas paredes que contêm os vãos de portas e janelas. As esquadrias em madeira e vidro reforçam sua identidade temporal e um elemento vale ser notado como um diferencial que tem aparecido em alguns outros exemplares, trata-se das pequenas aberturas localizadas acima das portas e janelas, à maneira de bandeiras, mas desprendidas de seu vão original, destinadas a aumentar a iluminação do ambiente interno e ainda garantir que se afixasse uma proteção em forma de toldo ou marquise sobre cada abertura abaixo.

33. SEGAWA (1997, p. 72).



O bar e restaurante Tartaruga, instalado no antigo Armazém Moro.  
ANO: 2024 AUTOR: GLOWACKI, Tadeu ACERVO: Particular



Atual bar Jaceo, instalado em edifício de antigo armazém.  
ANO: 2024 AUTOR: GLOWACKI, Tadeu ACERVO: Particular



Edifício que abrigava o bar e mercearia São Jorge.  
ANO: 2024 AUTOR: GLOWACKI, Tadeu ACERVO: Particular



Mercearia e bar Pato de Borracha, já fechado mas com as características arquitetônicas preservadas.  
ANO: 2015 AUTORA: CASTRO, Cleusa de ACERVO: Particular

O bar e restaurante Tartaruga foi mais um antigo armazém que se adaptou para ser restaurante, atividade que preservou as características estilísticas sem desconfigurar a arquitetura do armazém. Com chanfro na esquina que comporta uma das duas portas de acesso ao espaço comercial e janelas que iluminavam e davam visibilidade ao negócio.

Outra porta posiciona-se na extremidade do edifício e dava acesso à residência dos proprietários. Novamente a ornamentação é responsável pela caracterização estilística com destaque para as molduras ao redor dos vãos e da linha horizontal que faz a ligação visual entre as esquadrias, marchando-lhes as bandeiras envidraçadas.



Mercearia e bar Pato de Borracha atualmente, com a platibanda alterada.  
ANO: 2024 AUTOR: GLOWACKI, Tadeu ACERVO: Particular

**A segunda família tipológica** é formada por edificações de fachada única, ou seja, apresentam apenas uma face do edifício para a calçada. Nesta tipologia as edificações são de menor porte e com presença urbana mais tímida. Pela fragilidade de seu porte e singeleza de sua arquitetura, muitos desses antigos armazéns já deixaram de existir ou tiveram transformações tão abruptas que anularam sua identidade.

O mais significativo deles e que fora demolido há pouco tempo foi a mercearia Zequinão, um dos pontos tradicionais de comércio do bairro Jardim Social.

De grande valor afetivo, o armazém e seu proprietário Gabriel Zequinão expressavam a tradicionalidade daquela parte da cidade, patrimônio material e imaterial que atuava como referência da inserção do passado no tempo presente. Seu edifício trazia a personalidade de sua família tipológica, com referência ao ecletismo neocolonial cuja bordadura das telhas coloniais que fazem o acabamento da platibanda movimentada aparece em friso sobreposto aos vãos das duas portas e da janela que compõem a fachada.

A simplicidade se refletia também no seu interior, onde o espaço reduzido abrigava um tradicional balcão encimado por uma antiga balança e fixado às paredes as prateleiras que armazenavam os poucos produtos que nos últimos tempos era possível comercializar neste tipo de estabelecimento.

Mercearias ou armazéns desta família tipológica misturam-se ao cenário urbano camuflando-se com outras edificações mais banais. Seu valor consiste na historicidade que carregam e na tradição quase esquecida. Por enfrentarem as mesmas dificuldades competitivas nos negócios, sua vitalidade e permanência obriga-os todos a assumirem outros papéis, acomodando-se na nova demanda. Alguns foram reduzindo seus produtos e assumiram principalmente o papel de bares, sendo essa a principal mercadoria, como o bar e mercearia Florestal.

Outros aderiram ao ramo de alimentação e passaram a servir refeições e aperitivos explorando o apego afetivo que tais ambientes suscitam, como o Armazém Marisa e a Mercearia Stella. Muitos outros encerraram suas atividades, como o armazém Douglacir e fecharam suas portas e estão em vias de desaparecimento.



Fachada do Armazém Zequinão.  
ANO: 2022 AUTORA: CASTRO, Cláudia de ACFENYO, Particular

Fachada da Merceria Florestal.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular





O atual Bar do Toninho, no edifício da antiga Merceria Stella.  
ANO: 2024 AUTOR: GLOWACKI, Tadeu ACERVO: Particular





**A terceira família tipológica** é formada por edificações que ficavam originalmente numa área quase rural, afastada do núcleo urbano principal da cidade. Normalmente implantavam-se ao longo dos antigos caminhos que ligavam a cidade às colônias de imigrantes agricultores, bem como estradas que ligavam Curitiba a outras vilas e cidades. Sua localização ao longo dos caminhos permitia abastecer os colonos com os víveres necessários vindos de fora e ainda receber os produtos coloniais destes para ofertá-los àqueles que poderiam então ir buscá-los por preços melhores fora da cidade.

Constituem edificações cujas características refletem a arquitetura trazida pelos imigrantes, formadas por telhados de telhas planas ou francesas acentuados em duas águas que podem ou não abrigar sótãos, sendo que uma das águas se estende em inclinação distinta para cobrir uma extensão da moradia nos fundos da construção. São edifícios soltos em lotes amplos que permitem avistar as laterais e as duas empenas dos telhados.

Estas edificações podem ser de alvenaria de tijolos ou de tábuas de madeira. A fachada principal, que dá para a rua, normalmente construída no alinhamento do lote, pode

apresentar acabamento em platibanda, ocultando a parte frontal do telhado ou então um avarandado de beiral estendido apoiado por pilaretes em madeira ou alvenaria. Este alpendre frontal acolhia os fregueses que podiam ficar ali em prosa solta, abrigados do sol ou da chuva.

Esta tipologia é a mais autêntica de todo o conjunto, pois traduz características da ocupação da região sul do Brasil e mais especificamente da região de Curitiba por ter sido onde ocorreu uma grande concentração de imigrantes de distintas nacionalidades. As configurações arquitetônicas desta tipologia é uma peculiaridade que traduz a identidade de Curitiba e seus arrabaldes, bem como de outros municípios paranaenses, catarinenses e rio-grandenses. A arquitetura que acomodou as famílias dos imigrantes foi resultado de uma série de adaptações que abrangeram as tradições de cada nacionalidade, as condições econômicas que enfrentaram para se acomodar na nova terra e a disponibilidade dos materiais de construção que viabilizassem sua fixação.

O que diferencia estes antigos armazéns de uma edificação que abrigava apenas moradia é sua implantação no lote, uma vez que se assentavam na posição limítrofe do terreno com uma das águas do telhado dando para a rua.



Antigo Armazém e atual Bar Casa Velha.  
ANO: 2024 AUTOR: GLOWACKI, Tadeu ACERVO: Particular



Antigo Armazém e atual Bar Casa Velha.  
ANO: 2024 AUTOR: GLOWACKI, Tadeu ACERVO: Particular





Antigo Armazém Barreirinha e atual CATI.  
ANO: 2024 AUTOR: GLOWACKI, Tadeu ACERVO: Particular

Das muitas vertentes desta arquitetura do imigrante no Paraná, aquela conhecida como 'casa de araucária' foi a de maior representatividade tanto nas cidades como no meio urbano.

O imigrante logo assimilou o comportamento da madeira e desenvolveu sua técnica. O estabelecimento de um arcação estrutural, o ligeiro afastamento do solo, a disposição vertical das peças de vedo e a proteção da umidade formam os princípios elementares desta utilização. Os telhados muito altos em duas águas, cobertos por telhas chatas, denunciam o sótão e são contornados por lambrequins, sistema de pingadeiras para afastar as águas das chuvas.<sup>34</sup>

O Armazém Santa Ana é um dos exemplares mais prestigiados por ter conseguido permanecer até a atualidade com suas características e função praticamente inalteradas. É reconhecido como um exemplo de patrimônio material, imaterial e paisagístico

preservado pela espontaneidade de seus proprietários que entenderam a oportunidade de ver crescer seu patrimônio familiar com a entrega para a cidade de um patrimônio popular que traz encantamento para os cidadãos dada a autenticidade que emana.

A casa de tábuas de madeira e mata-juntas foi construída em 1934 pelo imigrante ucraniano Paulo Szpak. Como os demais armazéns abrigou a venda e a residência dos proprietários. Tendo pertencido sempre à mesma família foi e ainda é sua fonte de renda. A manutenção das características não só arquitetônicas, mas também de ambiência cultural são reforçadas pela presença do mobiliário original, e da disposição dos objetos no espaço, pela qualidade dos produtos expostos seguindo a tradição ditada pelo tempo passado, como um pertencimento das coisas àquele lugar.

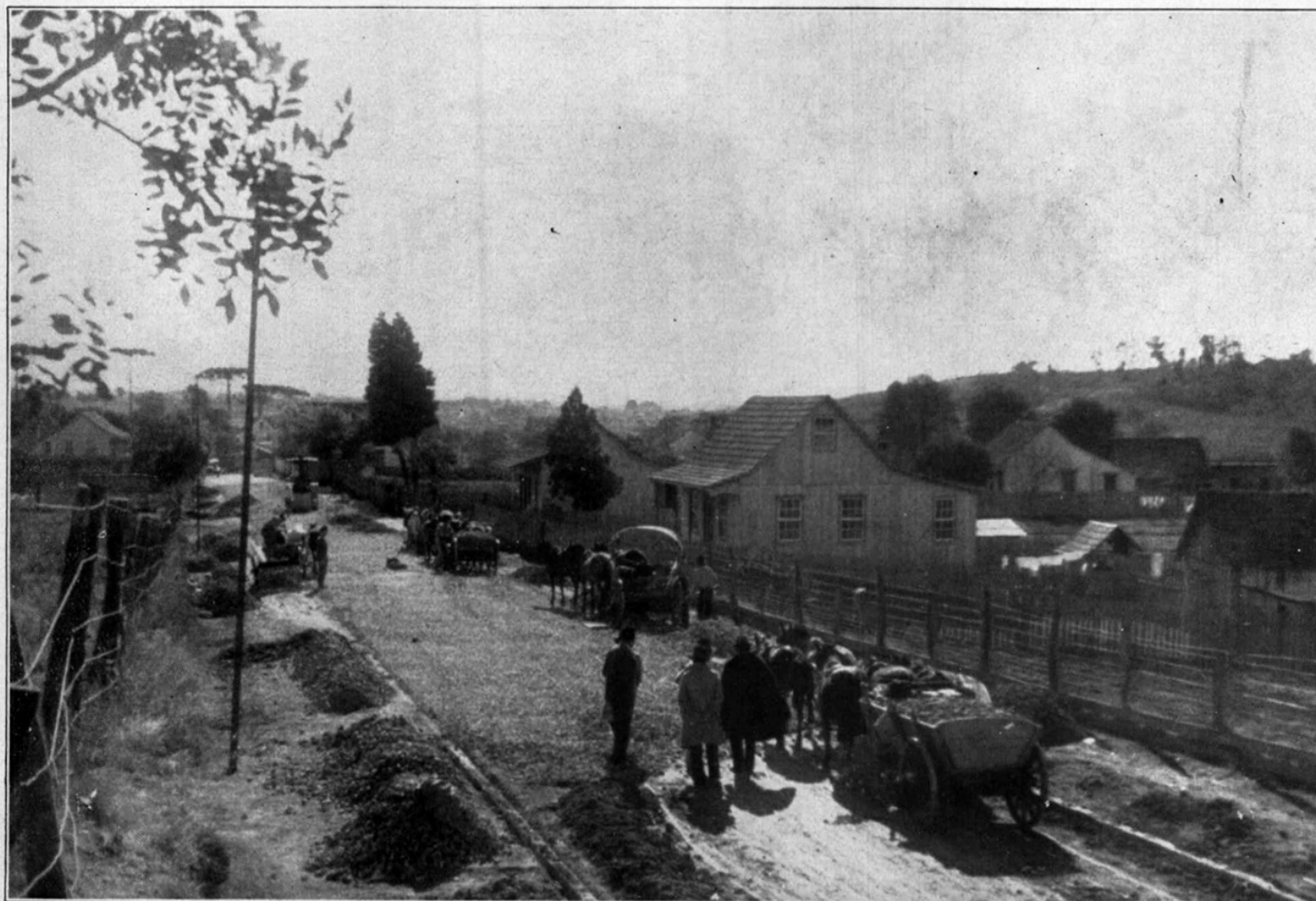
Na complexidade da vida atual em que a virtualidade domina o cotidiano das novas gerações, um armazém preservado em sua materialidade rústica e em sua forma e espaço cativantes aponta para a possibilidade de que passado e presente são compatíveis entre si e de que esta relação enriquece a comunidade, adicionando novas camadas de significado aos espaços urbanos aos cidadãos.



Fachada do Armazém Santa Ana.  
ANO: 2011 AUTOR: TAKEUCHI, Washington ACERVO: Particular

34. MIRANDA E CARVALHO (2005, p. 13).

REVESTIMENTO A MACADAM DA ESTRADA DE  
CURITIBA A S. JOSÉ DOS PINHAES



TRECHO EM SERVIÇO

Estrada de Curitiba à São José dos Pinhais.  
ANO: 1933 AUTOR: Reprodução ACERVO: [www.memoriaurbana.com.br](http://www.memoriaurbana.com.br)

# IMAGENS E MEMÓRIAS



Interior da Merceria Florestal  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

A jornada ao encontro dos antigos armazéns de Curitiba encontrou um número ainda significativo de exemplares, mas incomparavelmente menos do que um dia foi. A rede de referência tipológica mostra a ausência destes exemplares em bairros e ruas de origem mais tradicional atualmente, o que sugere que foram demolidos e substituídos por novas edificações dada a fragilidade do tipo de comércio que representavam nas últimas quatro décadas.

Há pistas e vestígios, porém, destes antigos lugares, tais como a estrutura urbana com indicadores de ocupação remota na forma de edificações construídas no alinhamento da calçada e de pequena escala, a dimensão da caixa da rua e o entorno contendo algumas edificações mais antigas.

A compreensão da dinâmica da vida no tempo passado sugere que estes locais eram armazéns e faziam parte do cotidiano daqueles moradores daquela localidade. Seus desaparecimentos sinalizam uma das tantas fraturas do passado com o presente. O ritmo da vida moderna atropela a percepção das camadas de tempo que foram sobrepostas na cidade e a identidade do ambiente torna-se fugidio na memória daqueles que ali vivem há muitas décadas.

Destruições e demolições, expropriações e bruscas mudanças do uso do solo, assim como especulação e obsolescência, estão entre os meios mais conhecidos da dinâmica urbana – por isso, procurarei analisá-los a fundo. Mas, além de qualquer avaliação, permanecem como que a imagem do destino interrompido do indivíduo, da sua participação,

frequentemente dolorosa e difícil, no destino da coletividade – a qual, como conjunto, parece no entanto exprimir-se com características de permanência nos monumentos urbanos.<sup>35</sup>

Esta ausência concreta, contudo, não anula a relevância destes armazéns para a história da cidade, pelo contrário. O reconhecimento da sua constante presença em cada vizinhança é amparado por uma iconografia levantada em pesquisa documental.

As imagens do que já inexistente desvendam uma existência pretérita em que os espaços urbanos permitiam uma relação mais aproximada entre pessoas e lugares. Os momentos efêmeros revelados pelas imagens fotográficas são uma janela para o passado e atestam a veracidade de fatos históricos apontados em relatos e documentos escritos, testemunham a evolução da paisagem urbana e as mudanças que ocorreram ao longo dos anos.

As fotos antigas confirmam as características dos grupos tipológicos configurados e reclamam para si a autenticidade da sua relação com a comunidade em que se inserem. Elas demonstram, sobretudo, que a vida trivial que acontecia perto, logo ali depois da casa de cada um, tinha nos armazéns um alicerce material e cultural.

Nas imagens vê-se o edifício vernacular cumprindo um papel tão importante como o daqueles mais elaborados. O local mais distante sendo atendido com prontidão tão bem como era nas áreas mais centrais e mais urbanizadas. Vê-se o homem comum posando para fotos em frente ao seu armazém, feliz por saber que além de fornecedor material também era o provedor do espaço de encontro da vizinhança.

<sup>35</sup>. ROSSI (2001, p. 3-4).

# INTERVALO

Até esta altura, vimos os antigos armazéns de secos e molhados de cima ajustando o foco sobre as camadas de história até chegar às rés do chão na porta de um armazém de uma esquina qualquer da cidade.

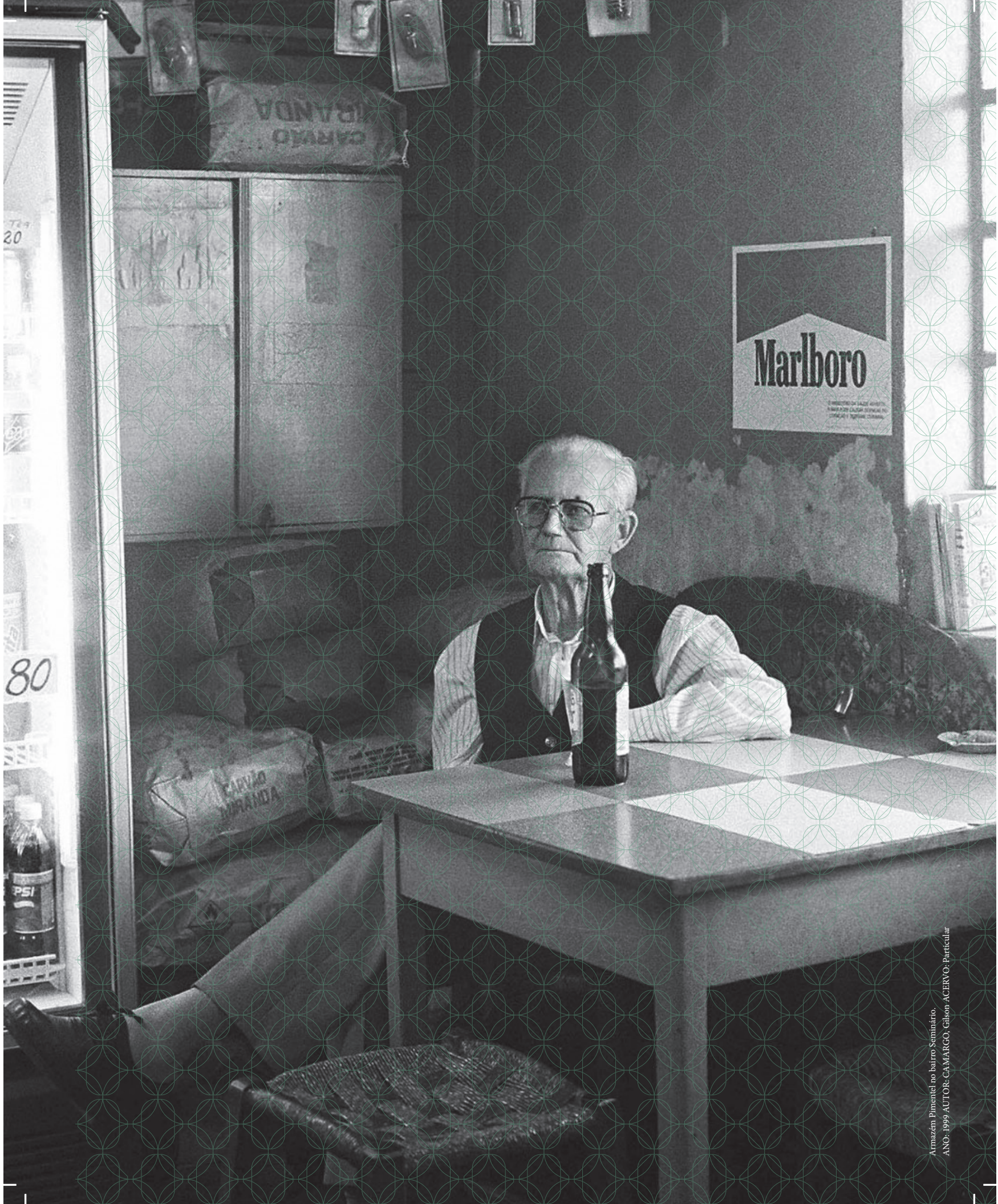
Eis a hora de entrar neles pelos olhos daquele andarilho que vagou pelas ruas recortando as cenas urbanas em fotografias pelas quais se busca apreender o tempo passado destas edificações.

A atmosfera dos ambientes internos destes armazéns é a do ponto de vista do cliente que se depara com as mercadorias expostas em varões ao longo do balcão e organizadas nas prateleiras.

O cliente cumprimenta os vendedores proprietários bem como os demais fregueses que conhece pelos nomes e confere a qualidade dos produtos e barganha o preço.

Observa o piso familiar, o forro escurecido, os anúncios gastos, o pequeno copo de café deixado esquecido, capta com o canto do ouvido a conversa comezinha dos demais, se enternece pelo sujeito de olhar distante que segura um copo de cachaça apoiado no balcão.

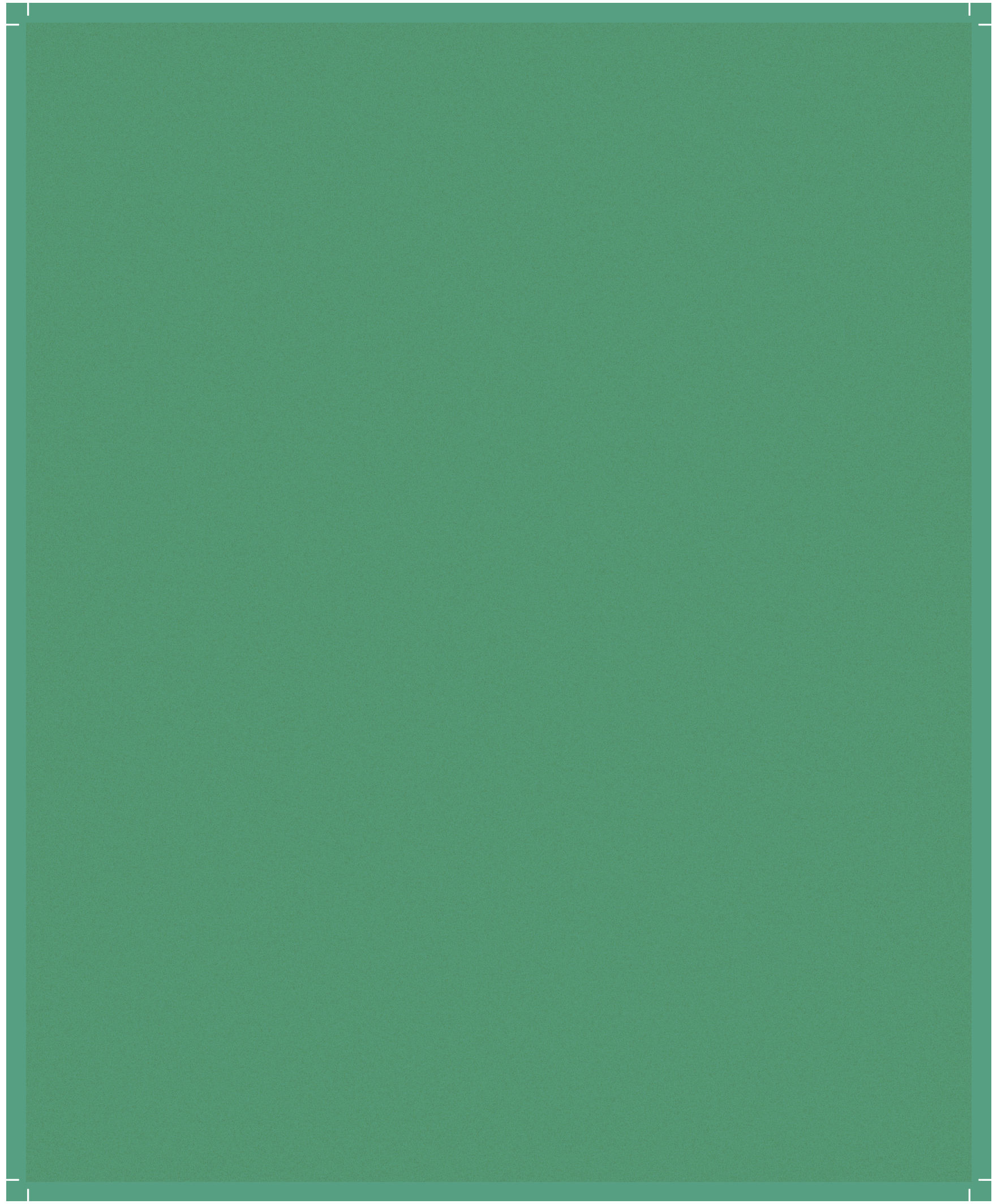
Os ruídos da rua ressoam em sua constância quase imperceptível, alguma fumaça de cigarro se insinua no ar disputando os olfatos com aromas de linguiças, queijos, talvez bananas ou cebolas, com certeza pepino azedo e alguma cerveja. O dono do armazém anota o pedido na caderneta e num sorriso aberto diz “até breve” enquanto o cliente caminha em direção à porta e este seu tempo suspenso se desfaz



Armazém Pimentel no bairro Seminário.  
ANO: 1999. AUTOR: CAMARGO, Gilson. ACERVO: Particular

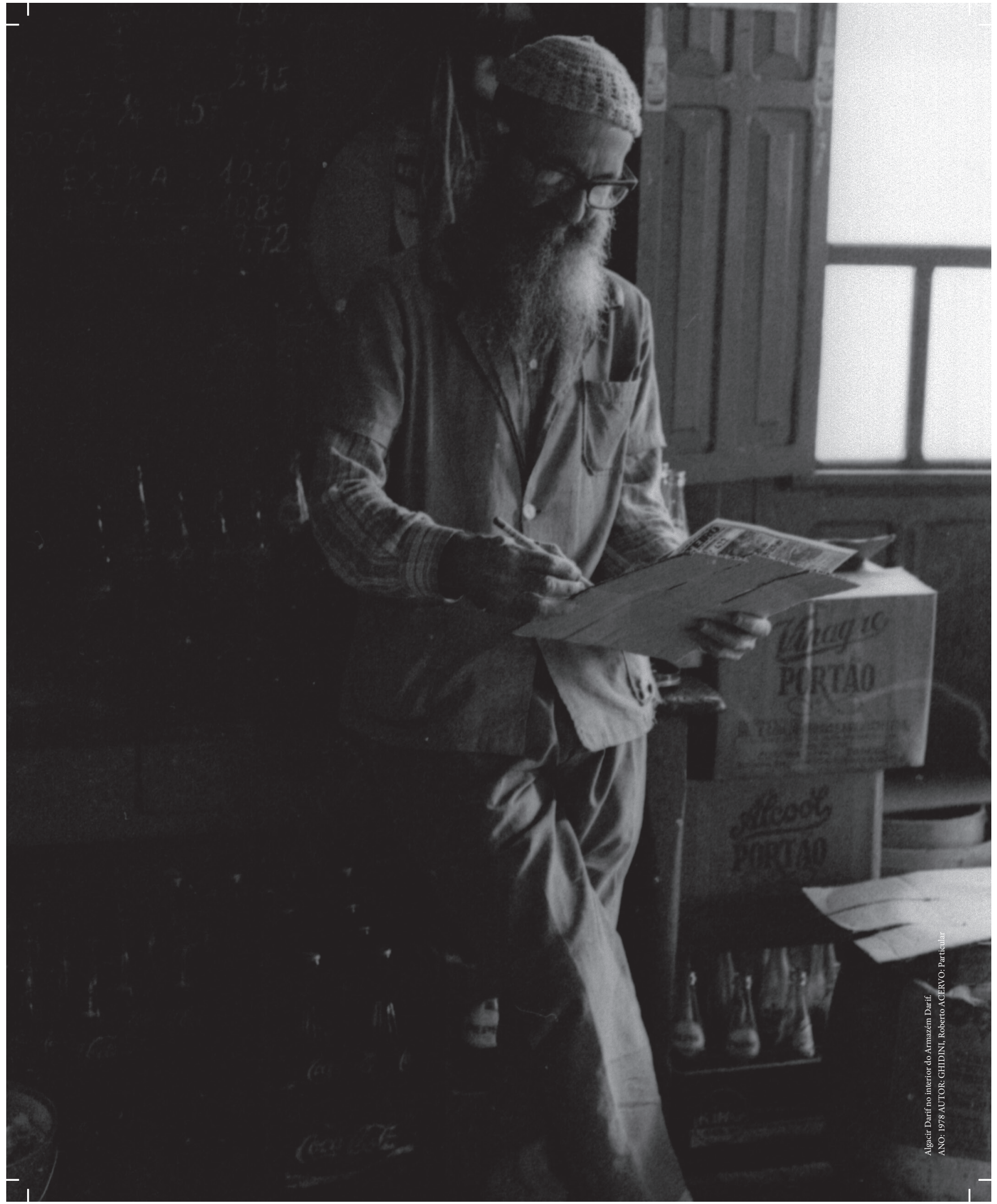
# PARTE 2





# PARTE 2

## A CIDADE NOS ARMAZÉNS



Algecír Darif no interior do Armazém Darif.  
ANO: 1978 AUTOR: GHIDINI, Roberto A.CERVO: Particular



Crush

ARMAZEN

LARGO CORONEL EPAS



Vista externa do Armazém Roque, na esquina do Largo Coronel Eneas com a Rua São Francisco. O prédio, depois de restaurado, passou a sediar a Casa Afrêdo Romário Martins.  
ANO: s/d REPRODUZIDO POR CAMPOS, Marcos ACERVO. Fundo Casa da Memória

Durante a década de 1920, quem partisse de Curitiba rumo ao litoral passava imperiosamente em frente ao Armazém Bairro Alto de Secos & Molhados de Theodoro Makiolka. Estrategicamente posicionado numa das últimas esquinas antes do início da descida da Estrada da Graciosa, o ponto comercial era, muitas vezes, o único lampião de querosene aceso avistado pelos viajantes e a chance derradeira para comprar mantimentos como fósforos, aguardente, velas, carne seca e salames, fundamentais para a lenta viagem serra abaixo.

Para quem não a conhece, a Estrada da Graciosa é um dos caminhos coloniais que integram o litoral ao planalto curitibano do qual desce serpenteando a Serra do Mar em traçado que aproveita, como quase sempre é, a rota de uma estrada pré-histórica aberta pelos indígenas. Por seu leito de rara beleza escoou a maior parte da produção de erva-mate no ciclo comercial que durou do início do século 19 até os anos 1940 do século 20, um tempo em que o Caá, nome dado pelo povo Guarani à sua planta sagrada, foi o principal produto de exportação paranaense.

Em geral, os caminhos da erva-mate começavam nas cidades de vocação produtora das regiões de Ponta Grossa e São Mateus do Sul e convergiam a Curitiba onde a erva era então processada em engenhos que funcionavam nas áreas dos atuais bairros do Batel e Alto da Glória. Depois de beneficiadas, as cargas de erva-mate seguiam para o litoral pela Graciosa ou, depois de 1884, pela estrada de ferro Curitiba-Paranaguá.

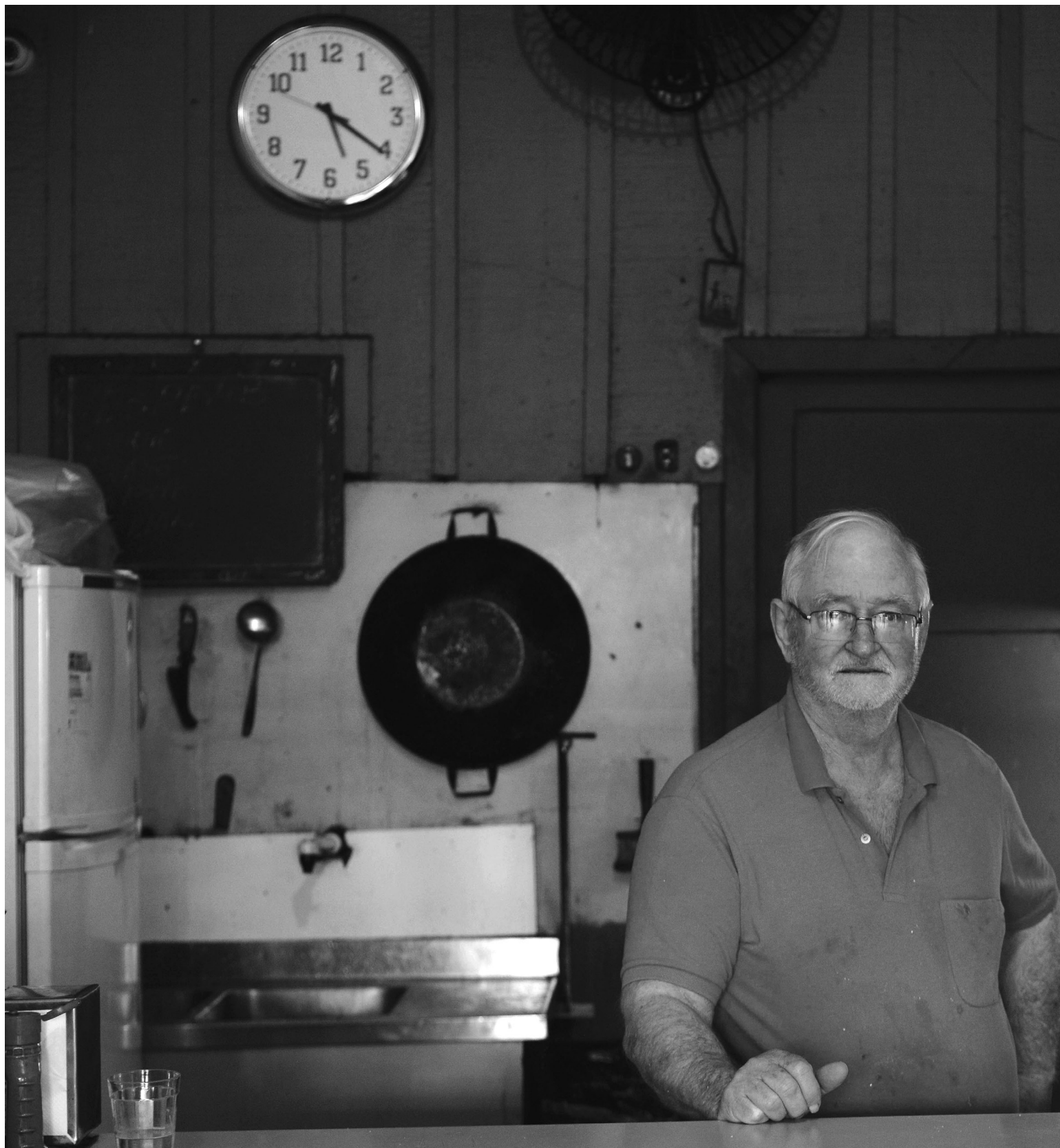
Quando o armazém dos Makiolkas abriu, ainda no começo da década 1920, o ciclo do mate já caminhava para o fim, mas por ali ainda circulavam muitas carroças e cangalhas carregadas em lombos de mulas cheias de erva-mate na estrada que levava até o então chamado Bairro Alto, território entre o bairro do Bacacheri e o Rio Atuba.

Naquele tempo se dizia que no “Atuba e no Bairro Alto tem mais boiada do que gente”, mas foi lá que o Armazém com o nome do bairro funcionou durante pouco mais de uma década numa construção de madeira até que em 1932, Theodoro Makiolka e sua família ergueram a casa de alvenaria que até hoje abriga o bar que leva seu sobrenome. Em uma das paredes do estabelecimento há uma foto do momento em que o orgulhoso patriarca posa com os seus frente à obra concluída.

Mas nem ele, nem ninguém dos que sorriem na foto, poderia prever que naqueles dias haveria agitação política violenta, anômala e exagerada para os padrões históricos nacionais. Em julho, eclodiu a Revolução Constitucionalista, a última guerra civil ocorrida no país. Uma reação de São Paulo às promessas não cumpridas da Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder.

Havia insatisfação quanto ao controle federal do preço do café e a nomeação de interventores “estrangeiros” em São Paulo. Por fim, o governo provisório de Vargas dava sinais de que não cumpriria promessas





Pistoka em seu habitat: "a vida passa rápido".  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular



revolucionárias como a convocação de uma nova Constituição e eleições gerais.

A resposta veio em forma de rebelião armada, mas ao declarar guerra ao Brasil os paulistas esperavam um apoio que não veio de outros estados insatisfeitos, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e acabaram isolados.

Naquele inverno, Theodoro e seus clientes viram aviões de guerra sobrevoando o armazém depois de decolarem do campo de aviação do Bacacheri. Tragicamente, nestes conflitos houve o uso pioneiro de aviões militares de ataque, pela primeira vez, o exército jogou bombas na cabeça de outros cidadãos brasileiros.

Estes ataques fratricidas aéreos teriam causado tamanho desgosto em Alberto Santos Dummont que seu biógrafo garante ter sido uma das razões do suicídio do “Rei do Ar”, em julho de 1932.

Alguns anos depois, os olhos de Theodoro já não fitavam mais os céus, mas o chão. Para a coisa ficar completa era preciso instalar ladrilhos hidráulicos no armazém ampliado, pois assim era a tradição nas boas casas deste ramo.

Este revestimento à base de cimento é assim chamado pois não passa por queima, mas submersão em água durante a fabricação. Seu uso em casas e comércios chegou ao Brasil nos mesmos navios em que os milhares de imigrantes europeus desembarcaram no século 19, muitos deles artesãos da produção destas peças.

Hoje, é curioso notar que a complexidade dos desenhos variava com o status econômico do local em que eram instalados. Os ladrilhos mais elaborados eram usados em construções ricas. Os mais simples nas casas dos pobres. Bastava baixar o olhar para saber onde se estava pisando.

Mais interessante ainda é perceber como o uso deste piso representava ideias opostas nos dois continentes. Na Europa, em processo de derrocada dos antigos regimes, substituía o mármore dos palácios. No Brasil, que começava a se modernizar, servia para superar o tradicional chão de terra batida.

No Armazém dos Makiolkas foram usadas as mesmas peças instaladas numa das fases da construção da Igreja de Santa Cândida, a dois quilômetros dali. Se lá na capela eram o chão para os bancos e genuflexórios, cá no armazém serviam para compor a atmosfera singular deste tipo de comércio que ocupou por décadas as melhores esquinas das cidades brasileiras.

Espaços de trocas e sociabilidade, os armazéns guardam a memória da vida da cidade e permanecem no imaginário de gerações por muitos motivos, entre os quais um padrão estético peculiar formado por elementos como balanças com pratos e contrapesos, balcões de madeira ou de fórmica colorida, prateleiras e varais lotadas de utensílios diversos, sacos de estopas com produtos expostos à venda a granel e bobinas de grossos papéis de embrulho. No armazém dos

Makiolkas tinha de tudo isso e muito mais, como lembra um dos netos de Theodoro, Celso Marthaus, mais conhecido como Pistoka.

Ele conta que o armazém do avô era o centro da vida da comunidade circunvizinha, pois como era o ponto de suprimento de itens de primeira necessidade, todas as famílias tinham certeza de que seriam amparadas em qualquer hora de qualquer dia da semana.

Bastava bater à porta e algum dos Makiolkas os atenderia. Era assim em todas as regiões do país que tinham nas casas de secos e molhados referências de seus núcleos populacionais, grandes ou pequenos. “O pessoal vinha principalmente fazer o ‘rancho’ do mês, mas tinha de tudo um pouco. Meu avô vendia até bicicleta para a turma ir trabalhar na cidade”, conta Pistoka.

Embora não tenha vivido estes primeiros dias, Pistoka conta que conviveu com velhos fregueses que frequentaram o armazém no tempo de seu avô. Eis, a propósito, a beleza dos encontros de balcão, um dos poucos lugares de fato democráticos quanto à classe, cor e geração de quem nele se apoia. Uma grande regra não escrita da convivência urbana é nunca subestimar o vizinho de balcão.

Esse pessoal da velha guarda sempre tinha histórias boas para contar como a lenda de seu Alexandre Novakowski, que morava ali perto, mas tinha chácara em terreno alguns quilômetros adentro. “Ele tomava umas pingas

e se deitava atrás da carroça e os cavalos o levavam embora dormindo”, relembra Pistoka. Na memória do neto, o avô Theodoro era uma figura hierárquica na região e ajudava na tomada de decisões em questões práticas do cotidiano de seus clientes. “Ele era brabo e ruim, principalmente quando tomava as pingas dele, Deus o livre! Mas também era muito respeitado e o pessoal vinha pedir conselhos e um monte de coisas para ele”.

Neste sentido, o armazém dos Makiolkas cumpria uma função de espaço de decisões numa área do município que as estruturas públicas de saúde e segurança deixavam descobertas. Assim, muitas vezes, o armazém foi o fórum de solução de pequenos e grandes problemas: da dor de dente da criança ao que fazer com o ladrão de galinhas.

Um recorte do jornal “O Dia” do ano de 1949 anunciava que se tinha perdido um “cavalo zaino de tamanho pequeno, crina tosada e marcado com as iniciais J.K.” e quem tivesse alguma informação procurasse o armazém Makiolka que seria bem recompensado.

O endereço também era usado como referência postal para envio de cartas às pessoas que moravam nas chácaras da região com ruas sem nome. As missivas eram mandadas para o armazém, pois seu destinatário passaria por lá em algum momento. Por falar em cartas, muitos desses vizinhos, analfabetos, procuravam Theodoro para ler as cartas que recebiam de familiares, inclusive em polonês e ucraniano, ou pedir ajuda para redigi-las e enviá-las à Europa.

À sua maneira, portanto, um brasileiríssimo armazém de secos & molhados se parecia com os pubs ingleses, as cervejarias alemãs ou os bares de leite polacos: eram a fonte e o foco da vida social e moral de uma localidade onde se encontravam as pessoas, deixavam-se recados, disseminavam-se as fofocas e anunciavam-se as festas e velórios.

Mesmo porque até os anos 1940, o bondinho chegava só até o Bacacheri e aquela região ficava bem isolada da cidade, sem ruas, nem transporte público. Por isso, do ponto de vista da economia local, o Makiolka e a maior parte dos armazéns posicionados em regiões semiurbanas funcionava como uma proto-cooperativa, pois muitos dos frequentadores eram pequenos produtores rurais. Theodoro garantia a compra da produção das roças, granjas, carne, leite e manteiga do entorno.

Também era bastante comum na rotina destes armazéns perto de colônias de pequenos produtores a eleição de um dia no qual os vizinhos, seus empregados e agregados faziam suas compras mensais. Eram dias com cara de festa pelo afluxo conjunto dos colonos que movimentava o estoque de bebidas do armazém, pois estes sempre foram espaço para a boa experiência “molhada” do trabalhador que antes de voltar para o repouso diário se encostava no balcão para um trago e para beliscar salames, tremoços e torresmos.

Neste dia, os clientes traziam suas listas de compras que os atendentes iam separando em balaios. Os empacotamentos podiam ser feitos no ato, no próprio balcão, ou, quando

em maior quantidade, mais tarde de forma programada. Essa é a melhor definição da expressão “rancho”, usada por Pistoka e que tantas pessoas ainda usam nos dias de hoje em Curitiba.

Curitibano “da antiga”, o advogado Jamil Schelela lembra que quase na mesma época, o armazém de secos e molhados de seu avô cumpria a dupla função de abastecer as colônias vizinhas, mas também os viajantes em trânsito pelo então longínquo bairro do Guabirota, na região leste de Curitiba.

O estabelecimento do “Turco Elias” ficava na estrada que ligava São José dos Pinhais a Curitiba, no atual traçado da Avenida Salgado Filho. A alguns quilômetros de onde já existia outro estabelecimento icônico da região, o Armazém Santa Ana, exemplo ainda vivo de comércio criado para atender às colônias e fazendas rurais nas bordas da cidade.

Estas casas nas estradas periféricas, com suas prateleiras cheias de produtos artesanais, artefatos e gêneros alimentícios de pequenos produtores iam dando a identidade à cidade na medida em que os viajantes se aproximavam. Não era por acaso que os armazéns se instalavam em áreas de passagens obrigatórias.

“O armazém do meu avô era um pouso de carroceiros”, resume Jamil. “Havia um poteiro em que os carroções estacionavam e, dependendo do horário, o pessoal pousava para dormir no barracão de madeira. Não tinha cama nem nada. Era só feno, e eles dormiam

lá. Faziam as fogueirinhas e lá esquentavam as comidas. Era bem rústico. O meu avô comprava milho em espiga para tirar e vender para os cavaleiros”, conta.

Como o dos Makiolkas, o armazém de seu Elias Schelela ficava em estratégico ponto de passagem para quem vinha de São José dos Pinhais numa andança que podia levar o dia todo. Quando a tarde caía, era preciso descansar e dar água aos cavalos. “O pessoal das colônias precisava de um lugar para dormir e no outro dia ir pra Curitiba. Eles iam vender as mercadorias no bebedouro do Largo da Ordem, na época tinha uma grande feira ali, vendiam para todo mundo da região”, lembra.

Trabalhador de pouco riso e muito siso, seu Elias era um herói para o pequeno Jamil. “Eu era muito agarrado com o meu avô, vivia na casa dele. Ele não era bobo não. Não sabia escrever muito bem, mas era muito inteligente. O que ele sabia de escrita era o que bastava para preencher o caderno no qual marcavam o débito dos clientes. Não tinha fatura nem nada: o cara marcava, ia lá e pagava. E ficava tudo bem. Hoje o sujeito assina, jura pela mãe e pelo pai e nem assim...”, observa.

Ex-servidor de Tribunais de Contas, Jamil destaca uma das características mais marcantes dos armazéns de secos e molhados: a venda a fiado. Numa prática que ainda resiste, sobretudo no interior do país, o fiado é a operação comercial em que o comprador promete pagar depois pelo produto adquirido.

A expressão deriva do verbo latino *fidare*, que implica a existência de uma relação de confiança entre comprador e vendedor. Em inglês, por exemplo, com outra raiz linguística, a expressão que melhor traduz o fiado é *on the cuff* ou ainda *on the arm*, pois no tempo de Shakespeare os taberneiros anotavam, no punho das mangas de suas camisas, o valor das contas dos clientes. E quando não havia mais espaço escreviam no próprio braço. Assim, em qualquer língua, a compra com esta modalidade peculiar de crédito sempre produz um tipo único de literatura, seja na camisa, na pele ou na famosa caderneta de fiado dos donos dos antigos armazéns.

Falando em bons textos sobre o tema há um obrigatório para quem busca entender o fenômeno dos armazéns de secos & molhados em Curitiba: o livreto “Freguês de Caderno”, escrito por Rafael Greca de Macedo em 1975 como um boletim da Fundação Cultural de Curitiba que acompanhava uma grande exposição sobre a era dos secos & molhados. A mostra aconteceu na casa Romário Martins, no Largo da Ordem, ela mesmo a sede do antigo armazém Etzel e um raro remanescente da arquitetura colonial na capital paranaense.

No livro com edição de Valêncio Xavier, o texto do então historiador amador e futuro prefeito da cidade em três mandatos é batizado com a expressão que caracteriza os credores nessa operação comercial.

Greca percebeu como a conexão histórica entre a venda a fiado e os armazéns é a mais forte no imaginário coletivo quando o assunto é evocado. Sempre defensor dos usos e costumes locais, ele cita um texto para “estudo dos Gymnasios e escolas normais” em que o geógrafo e historiador Sebastião Paraná afirma que “o comércio do Paraná é um dos mais honestos do mundo sendo aqui raríssimas as ações de falência e não há nada mais louvável”.

Podia até ser verdade, mesmo que sem amparo estatístico, pois a vida cotidiana numa cidade como Curitiba do final do século 19 lembrava a vida pacata nas comunidades rurais europeias de onde boa parte dos imigrantes vieram. Uma estrutura social que se pode definir como de “cooperação diária e solidariedade amistosa”, em que o crédito era uma questão de reputação e honra, como sempre fora na história e ainda é.

Evidentemente, havia disputas nestes espaços de sociabilidade, mas a ajuda mútua funcionava como pilar da estrutura social. E, do ponto de vista do crédito, todos sabemos que sempre há diferentes padrões para parentes, aqueles que consideramos amigos e nossos vizinhos. Neste contexto, quem frequentava o armazém com grande frequência colocava tudo na conta. Só pegavam em dinheiro vivo os viajantes e aqueles que tinham perdido crédito por algum motivo ou que nunca tiveram por outros, principalmente por questões raciais e de classe social.

No caso dos armazéns semirrurais, como boa parte das pessoas da clientela também produzia alguma coisa, todos eram credores e devedores reciprocamente. Assim, a maior parte da renda de cada uma consistia em promessas de outras pessoas e todos mantinham um controle do que os vizinhos deviam uns aos outros.

Em determinado tempo – uma semana, um mês, um trimestre ou semestre – haveria um ajuste geral de contas, cancelando as dívidas em um círculo e as diferenças poderiam ser liquidadas em moedas ou mesmo em produtos.

Este ciclo se repetia em toda a cidade, com pequenas diferenças, até os anos 1980. Ainda hoje perduram como exceção que confirma uma regra, em algumas boas casas do ramo ainda ativas como o Armazém Simm, no bairro do Cristo Rei. Da terceira geração da família a atender no mesmo balcão, Rodrigo Simm conta que cresceu vendo seus ascendentes trabalhando no armazém e com eles aprendeu a complexa arte de gerir a casa preservando os laços de confiança com os fregueses.

Ele lembra do caderno de clientes do avô anotado “item por item”. “Ficava tudo marcadinho, quanto o cara devia e tal. Era uma relação recíproca de confiança em que o meu avô acreditava que o cara ia pagar quando recebesse e o cara acreditava que o meu avô ia marcar só o que ele comprou. Esse era o fio do bigode”, explica.

Como não havia garantias formais de parte a parte, todo mundo confiava em todo mundo e sempre dava certo. Quando o freguês recebia o

seu pagamento e finalmente pagava sua conta, uma tradição da família Simm era separar um saquinho de doce como um bônus de gratidão para o bom credor levar para seus filhos.

“Mas se a pessoa não pagasse era uma vergonha sem tamanho ficar devendo no comércio da esquina. Justo para o cara que põe comida na nossa mesa? Então era preciso se virar para pagar e manter o crédito para no mês seguinte comprar novamente. O fiado era o cartão de crédito dos anos 1970”, disse.

Muito significativo que, num mundo em que a prática do fiado vai desaparecendo lentamente, a reflexão sobre a natureza das dívidas seja o que há de mais quente na produção acadêmica contemporânea no campo da economia. Sobre este tema, no imediatamente clássico livro “Dívidas – Os Primeiros Cinco Mil Anos”, o economista David Graeber afirma que “se pagar as dívidas fosse realmente obrigatório, o sistema todo ruiria”. Ele sustenta, com efeito, que a ideia de que é sempre preciso pagar as próprias dívidas é ainda tão poderosa justamente porque não se trata de uma questão econômica, mas de um problema moral.

Eis a razão de que a palavra crédito seja mais usada para falar da reputação por honestidade, integridade ou honra, as virtudes sociais mais importantes. Semanticamente, outros termos financeiros tomam significados morais como quando falamos que alguém é “valioso” ou que temos alguém em “alta conta”. Isso sem falar na origem do adjetivo mais usado na língua, ou ao menos deveria, o “obrigado” que nasce da

expressão “fico-lhe obrigado”, ou seja, “passo a ser seu devedor”.

No outro lado dessa relação de confiança, quem perdia a credibilidade se tornava pária para a comunidade, um quase criminoso. Há um provérbio com versões em inglês e alemão que sentencia: “Quem perdeu o crédito morreu para o mundo”.

Ainda no século 13, o economista inglês Charles Davenant já dizia que de “todos os seres fantásticos que só existem na mente humana, nada se compara a ele, pois o crédito nunca deve ser imposto, depende da opinião, depende de nossas paixões, de esperança e medo, chega muitas vezes sem motivos, e uma vez perdido é muito difícil de ser recuperado”.

Na balança dos fiados, os donos dos armazéns, como relatam seus descendentes, sentiam-se confortáveis, pois como vimos, a principal parte dos ativos circulando era a própria confiança em acordos informais.

Desta forma, a melhor literatura para entender essas dinâmicas culturais e comerciais da era dos armazéns não são obras acadêmicas de nenhuma escola econômica, mas os registros contábeis de casas como o Makiolka, que por milagre sobreviveram ao ataque do tempo.

Nos “caderninhos de fiado” está a mais clara definição da natureza de um armazém a partir da descrição de fatos e registros típicos das suas relações comerciais.

Numa análise rápida da caderneta do velho Theodoro Makiolka referente ao ano 1927, guardada a sete chaves pelo seu bisneto Leandro Makiolka Marthaus, a primeira coisa que salta aos olhos é a caprichada caligrafia do estalajadeiro que lembra a tipografia *shelley* muito usada em convites de casamento.

Nas anotações das compras e vendas, vemos a respeitosa intimidade entre credor e devedor. No livro, o negociante identifica os clientes por nome e sobrenome em uma ordem alfabética facilitada por um índice lateral do caderno. Ao lado do nome vão o tipo da compra e os valores devidos que variavam muito entre os clientes, muitos dos quais nomes de rua no atual bairro do Tingui.

Mesmo com a intimidade como padrão e limite de crédito, o fiado exigia dos comerciantes um arguto olhar sobre seus fregueses habituais, classificando sua capacidade financeira, bem como certa organização de contador.

Como já escreveu o jurista francês Jean Bodin “a amizade e cordialidade são o fundamento da sociedade civil humana, a justiça natural e verdadeira sobre a qual se estruturaria posteriormente o sistema jurídico de contratos, tribunais e governos. Quando os pensadores econômicos refletem sobre a origem do dinheiro, sempre falam em confiança – troca – comércio – ou seja, as relações humanas vêm em primeiro lugar”. As coisas eram assim.

Quando Theodoro Makiolka morreu em 1960, o negócio passou para as mãos dos filhos até

que em 1970, seu neto Luiz Cláudio Makiolka Marthaus assumiu o comando da casa, mas a dinâmica cultural e social da cidade já havia mudado bastante.

Em 1932, a população em Curitiba era de cerca de 100 mil habitantes e a cidade ainda tinha hábitos, costumes e leis do século 19. O mundo era outro 40 anos depois, à beira em meio a revolução cultural e tecnológica do final daquela década que terminou com a chegada do homem à Lua e o Brasil tricampeão mundial de futebol.

Curitiba havia passado por um grande processo de urbanização e modernizações e os armazéns já não ocupavam o mesmo espaço de outrora. As causas desta transformação não são difíceis de identificar. Uma das inegáveis correlações é quanto à produção da indústria alimentícia.

Enquanto os modos de fazer e produzir eram primordialmente artesanais, os armazéns prosperaram e se mantiveram saudáveis, mas com o advento da produção em série e larga escala exigiu-se um novo meio de distribuição.

Mas não foi só a ascensão dos supermercados e efeitos do capitalismo tardio que mudaram a ordem das coisas. As cidades e seus núcleos, os bairros, também foram mudando de tamanho e de vocação. No caso específico do antigo Bairro Alto, a inauguração da Estrada das Praias em meados da década de 1960 abriu uma rota mais eficiente e direta até o porto de Paranaguá e tirou o fluxo obrigatório de rota comercial da frente do Makiolka.

Outro fator inegável na mudança da importância dada aos armazéns foi o aumento do rigor sanitário, pois nos velhos tempos, a maioria dos produtos era manufaturada e não sofria inspeção sanitária. O mercado de trabalho mudou drasticamente na transição de uma economia e sociedade basicamente agrária para uma organização predominantemente urbana e industrial, e as pessoas foram migrando para as áreas urbanas, surgindo novos tipos de trabalho. Os artefatos expostos no armazém tornaram-se cada vez menos necessários com o passar dos anos e o negócio de vendê-los foi perdendo força até a inviabilidade.

Pistoka conta que passou a trabalhar no armazém na década de 1970, após se reformar no Exército. Dali em diante, gradativamente, o armazém foi se transformando no Bar Makiolka que faz sucesso hoje em dia sob o comando de Leandro, filho de Cláudio, bisneto de Theodoro, sempre com o apoio do tio Pistoka.

“A vida passa rápido”, filosofa Pistoka, enquanto prepara os espetinhos no que resta do espaço original do armazém para servir aos clientes que hoje lotam o bar e fazem pose para fotos sobre os padrões franceses do ladrilho hidráulico para postar no Instagram.

Todas estas questões sobre as metamorfoses na cidade da memória dão o que pensar e horas de boa conversa enquanto se toma uma cerveja no ambiente ancestral do Bar Makiolka. O bar hoje é um clássico da zona norte da cidade,

com sua ambientação irrepetível e uma clientela recorrente e fiel, mas nunca hostil aos visitantes.

Consta que nos anos 1990, a casa foi o recordista de vendas de uma determinada marca no sul do país, com mais de mil caixas vendidas por mês, mas além das cervejas sempre geladas, a casa oferece batidas de coco e maracujá, manufaturadas pela equipe da casa.

Numa tradição da época dos armazéns, o bar mantém cômodos exclusivos só para quem é amigo da copa e serve algumas das melhores porções – de bucho, caldos de mocotó e

feijão – da cidade. Alguns dos principais influenciadores da gastronomia brasileira no momento, Jotabê e o Mohamad Hindi, já estiveram comendo e bebendo por ali. Prestes a fazer 50 anos, com cabelos e barbas longas de quem é fã de metal e rock clássico, Leandro diz trabalhar para preservar o quanto puder o espírito original do velho armazém. “Acho que tem um sentimento bom de nostalgia que passa de geração em geração. As pessoas se sentem acolhidas aqui porque conseguem perceber que aqui dentro é uma casa que também é delas”, disse.

Leandro e os fregueses de caderno do Makiolka.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular



Fio do Bigode: o fiado era o cartão de crédito.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular



# ARMAZÉM SIMM



"Ferragens, louças e armarinhos..."  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular



“Ferragens, louças, armarinhos e artigos para fumantes” eram os itens com venda permitida pelo alvará concedido ao empresário Ervin Simm pelo departamento de Fazenda Municipal de Curitiba em janeiro de 1950. O senhor Simm, porém, já comandava desde 1941 seu armazém de secos e molhados à Rua Goethe nº 5, atual Rua Germano Mayer.

A mudança do nome do logradouro foi uma homenagem ao padre palotino, alemão como o escritor romântico que o precedeu na placa da rua e primeiro vigário da paróquia do Cristo Rei.

A mesma rua, aliás, onde em 1924 nasceu um menino que compraria seus primeiros cigarros no balcão do Simm e anos depois seria reconhecido pelo talento como artista plástico chamado Napoleon Potyguara Lazzarotto, o Poty. Quem o atendia naqueles dias era o próprio Ervin ou seu irmão mais novo Zilo, que o ajudava na lida diária desde que a casa abriu. Quando o primeiro se aposentou, em meados dos anos 1960, o armazém foi assumido pelo caçula e depois passou de mão em mão entre os Simms nas décadas seguintes.

Para administrar a empresa, Zilo teve o apoio dos filhos, em especial do mais novo, Amauri, de apenas sete anos. O que nunca mudou foi o horário de funcionamento que permaneceu o mesmo durante as oito décadas de funcionamento da casa: todos os dias, das 7h15 às 20 horas. Ou seja, da primeira fornada de pão até a saideira da boa pinguinha vendida aos amigos de balcão.

Neste tempo todo, o Simm foi o porto seguro dos moradores do bairro “onde o trem faz a curva”, que já teve vários nomes como Cajuru e Vila Morgenau até ser rebatizado pela construção da igreja em forma de barco projetada pelo arquiteto Kozo Kassai, inaugurada em 1937, a menos de 50 metros da porta do Simm.

Porta em que os clientes batiam desde os tempos de Poty e do Padre Germano para fazer as suas compras do mês. Até meados dos anos 1960, as entregas das encomendas eram feitas a cavalo em cujo lombo se apoiavam grandes balaios repletos de querosene, fumo picado, produtos de limpeza, carnes secas e frescas, tudo o mais que os clientes estivessem precisando.

Uma clientela, aliás, de todos as etnias e classes sociais, moradores de perto e de longe. “Lembro que meu pai ia fazer entregas em Pinhais, no Bacacheri, pois não havia mercados e mercearias por lá. A pessoa comprava no armazém preferido, marcava a conta e quando recebia vinha pagar. Era uma confiança recíproca”, conta Rodrigo, atualmente à frente do Simm.

“Depois que meu avô comprou a casa, o irmão dele ainda era vivo e morava na casa ao lado do comércio. Meu avô morava em cima com minha avó, meu pai e meu tio. Daí o irmão mais velho dele faleceu, e meu avô comprou o imóvel da viúva”, explica Rodrigo.

“A partir de 1978, o imóvel passou a ser do meu avô. Já no meio dos anos 1980, ele comandava e meu pai e tio eram funcionários dele até que seu Ervin se retirou do negócio. Eles tocaram até o ano 2000, quando meu tio cansou e foi para a praia. A partir de então, ficamos eu e meu pai como sócios até 2021 quando ele faleceu”, resume.

O pai de quem herdou o imóvel e a empresa, era a cara do estabelecimento em que trabalhou diariamente durante 64 anos.

Simpático e bem-educado, Amauri era a personalidade mais conhecida e respeitada do bairro ao lado, talvez, do padre, como lembra a cliente e vizinha de décadas Marli Chane de Assis.

“Ele sempre tratava muito bem a todos. A relação não era de cliente e vendedor, era de amizade. As famílias se conheciam e a gente se tratava pelo nome. Qualquer coisa que precisasse, com ou sem dinheiro, a gente comprava. O Amauri amava aquilo ali. Era a missão de vida dele”.

Nos tempos de Amauri Simm, um dia qualquer dentro do armazém era uma crônica viva do cotidiano de Curitiba. Seu filho traz na ponta da língua várias dessas histórias da cidade em movimento em meio às prateleiras repletas. “Uma vez uma menininha veio e pediu, ‘tio, eu quero uma vela de sete anos’. Todo mundo caiu na gargalhada. Imagine o tamanho da vela para durar sete anos. Tadinha. Aí ele falou, ‘meu anjo, é vela de sete dias, não sete anos’. Ela disse: ‘não tio, é que eu tô fazendo aniversário de sete anos.’” Por outro lado, conta que também houve um cliente que morreu no armazém: “o sujeito infartou, caiu, bateu a cabeça, foi para o hospital e não voltou mais”.

Amauri ditava a cadência das coisas, como um mestre de bateria, sempre alerta durante as 13 horas diárias de trabalho, sete dias por semana. “A coisa que meu pai mais gostava de fazer era estar aqui. Aqui ele era uma pessoa extremamente feliz e quando chegava em casa já não era mais.”

Em 2010, em meio ao auge do assédio das grandes redes de supermercado ao seu território, Amauri deu declarações muito otimistas sobre o futuro do negócio à Gazeta do Povo. “Somos teimosos, resistimos e nos reinventamos para sobreviver. Estamos num bairro grande, cabe de tudo aqui.



Um armazém em 2024.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO. Particular



Simm sobreviveu à Xuxa e a pandemia.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO. Particular

Os supermercados à minha volta não me atrapalham. Sempre vai ter espaço para aquela compra rapidinha, para quem gosta daquele consumo de antigamente, em que se conhece o dono, se sabe das novidades...” disse. Apesar de reconhecer as dificuldades, Amauri avisava: “Podem voltar daqui 20 anos para mais uma reportagem, estaremos firmes.”

Naqueles dias, a diversidade nas prateleiras ainda era amazônica. Do pão fresquinho às frutas maduras. De produtos de limpeza aos chuveiros elétricos e mais peças de encanamento, panelas e sandálias de couro. Rodrigo conta que quando começou a trabalhar com o pai, o estoque era ainda mais impressionante, com três mil itens. “Corda de sisal, ratoeira, espingarda, toda a parte de material escolar completinho com lista de materiais e livros pelo colégio ali da frente”, disse.

“A gente tinha tudo para o cara não precisar comprar em outro lugar. Não adiantava vir aqui para comprar quatro itens e eu só tinha dois, ele já deixava os dois e ia em um mercado maior para comprar tudo”, explica.

Com esta lógica de antecipar a demanda, os donos de armazém se obrigavam a aumentar a oferta, pois conheciam o perfil da clientela pela relação de intimidade e, portanto, melhor que qualquer algoritmo inventado nas décadas seguintes. “Essa era a ideia de secos e molhados: o cara precisava tomar uma cachaça, comprar as coisas para o almoço, limpeza e uma ratoeira para pegar o rato que estava incomodando na despensa. Ele saía daqui com tudo. A ideia era o cara entrar e não precisar passar em outro lugar antes de ir pra casa, comprava tudo aqui”, disse Rodrigo.

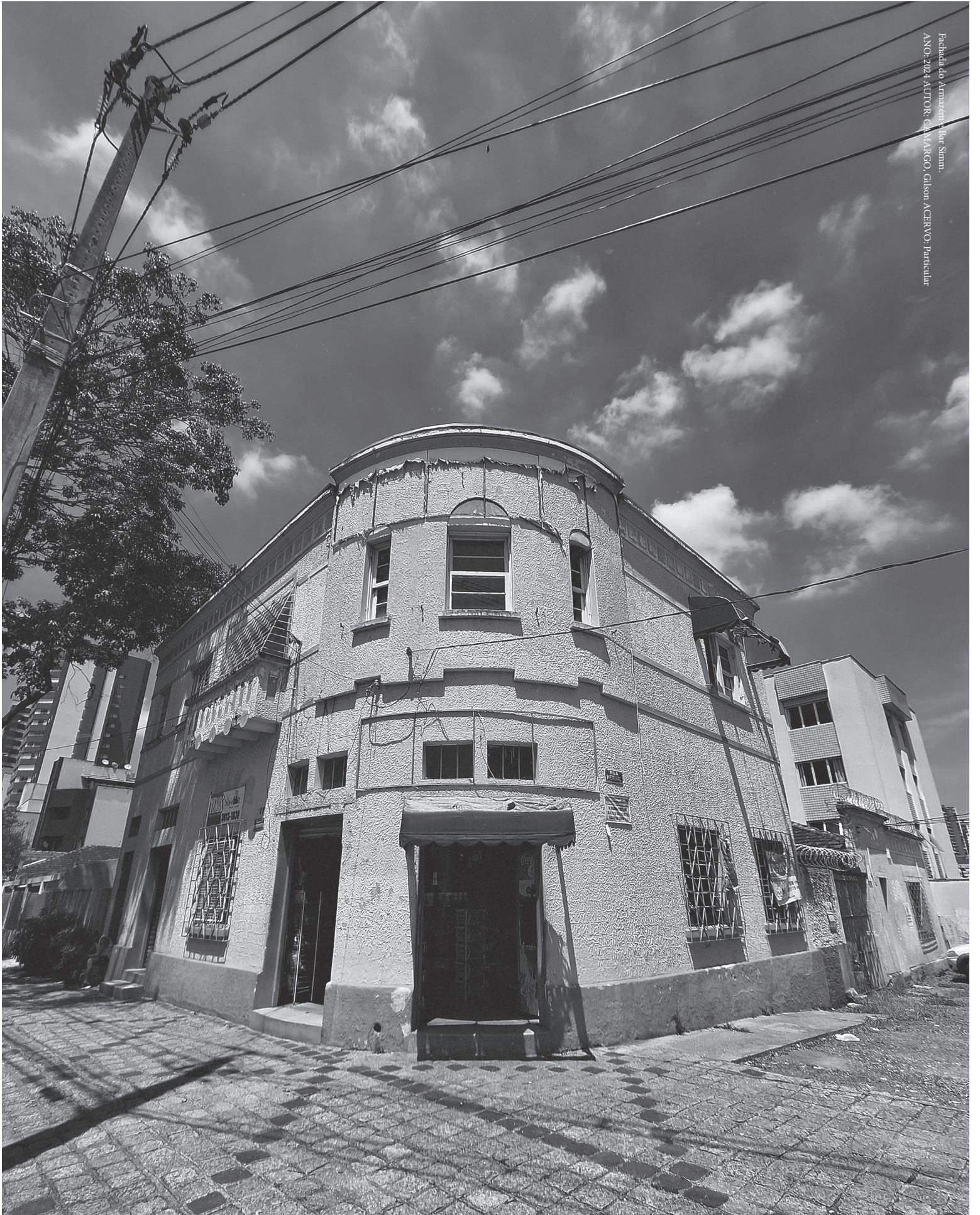
Além de ser o grande provedor das necessidades materiais, Amauri cumpria outro tipo de função, mais elevada, em sua comunidade.

“Sabe, quem fica atrás desse balcão acaba virando meio psicólogo”, disse em entrevista. “Meu vizinho aqui do lado tentou abrir um bar. Não aguentou dois meses por conta da responsabilidade de lidar com os problemas dos clientes. Eu, aqui, ouço as dores de amor, as trapalhadas dos filhos, dou boa sorte, um Deus te ajude e fica tudo certo.”

Rodrigo lembra do exato momento em que ele e o pai perceberam perigo real sobre o futuro do negócio: foi em 1997 com a abertura do hipermercado Extra. “Até então tinha o Parati, mas não nos incomodava, eles não tinham um preço muito bom. Quando chegou o Extra veio até a Xuxa para a inauguração. Aí sentimos que a mercearia poderia começar a baquear”, disse.

No final dos anos 1990, a rainha dos baixinhos foi mesmo a garota propaganda dos hipermercados do Grupo Pão de Açúcar, criados para substituir o modelo Jumbo com o qual trabalhavam desde os anos 1970. O conceito de hipermercado era o exagero da ideia que inspirou os secos e molhados, levados às últimas consequências para atender as necessidades dos consumidores às vésperas do século 21.

Eram grandes lojas com amplo estacionamento funcionando em horário estendido – se possível, 24 horas todos os dias – e venderiam “todos” os produtos: de maços de salsinha fresca a computadores, passando por livros, eletrodomésticos, móveis, brinquedos e pneus.





Interior do Armazém e Bar Simm.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

No começo dos anos 1990, o primeiro Extra aberto na Avenida Kennedy deu tão certo que o grupo comprou um “terreno gigante no Alto do Cristo Rei” para montar uma segunda loja em Curitiba. Em seu cerco ao Simm, o insaciável Pão de Açúcar também comprou a loja do Parati que anos depois foi vendida ao Condor. Foi aí que a coisa complicou de vez para o armazém da esquina.

“Se eu pagasse aluguel eu não estava aqui há mais de 10 anos, pois não conseguiria tirar o valor do giro de mercadorias no mês. Antes, as mercearias eram os mercados do bairro. A partir do momento que os supermercados entraram em ação acabou, porque você não tem como competir. Eu compro uma caixa de água sanitária para vender e eles compram quatro carretas. O preço e o prazo são outros e automaticamente o preço será também”, explica Rodrigo.

A conversa nos parágrafos acima aconteceu em março de 2023. Quando voltamos a conversar em julho, Rodrigo já dava mostras do fastio com as dificuldades dos negócios e desencantamento sobre o passado glorioso do negócio familiar.

Ele contou que tinha sido procurado pela Tribuna do Paraná para uma reportagem, “mas que história não enche barriga”. Uma grande placa de “Vende-se” recepcionava os clientes que no balcão, bebiam e conversavam entre si sobre a situação política do país e o jogo do Coritiba naquela mesma noite.

Nos últimos cinco anos, o Simm levou dois golpes demasiado duros. Primeiro foi a pandemia de Covid-19, que começou a ser sentida em março de 2020. “Até a pandemia, dava um bom sustento. Pagava as contas e dava para botar um dinheirinho no bolso. Com a pandemia caiu 70% o movimento, como a gente tinha uma reserva por estar a tanto tempo aqui, nós passamos a pandemia sem nenhuma limitação no dia a dia, de comida, conta e tal, mas o comércio foi se deteriorando. Tinha que tirar dinheiro do bolso”, explica.

Rodrigo abriu as portas quando pôde e avalia que recuperou 20% do movimento perdido, mas já não vale. “Se trabalhar as mesmas horas fazendo Uber acho que eu ganho mais. Hoje isso aqui não é mais viável financeiramente. Se eu tivesse aposentado e quisesse manter uma tradição, até seria interessante. Mas precisando do sustento para viver, não dá”.

Em 2021, o falecimento de Amauri levou junto a alma do armazém. À frente de prateleiras quase esvaziadas, Rodrigo diz que decidiu vender o imóvel, pois ainda trabalha muitas horas por semana, mas não consegue fechar as contas mensais.

Curiosamente, um dos clientes colocou a conta no cabide antes de ir embora, mostrando que algumas coisas nunca mudam. Apesar das inúmeras formas de pagamento à mão, o Simm ainda tem clientes que compram fiado e acertam quando puderem. “Hoje em dia fica mais difícil

porque o giro é muito maior. Antigamente eram as mesmas pessoas, então aquela família comprava aqui, os filhos... O Cristo Rei hoje é um bairro grande e cheio de prédios, então você já não tem essa relação com o cliente”, disse.

Rodrigo reflete que o armazém virou um bar, ainda que siga vendendo produtos de mercearia. A maioria dos fregueses é da vizinhança. O andar superior, onde morava seu avô, hoje está vazio. A casa ao lado, alugada para um escritório.

Perguntado sobre alguma intenção de preservar a arquitetura, ele disse que não tem muito apego a isso e só espera que o “comprador do imóvel consiga tirar o sustento da família dele, como foi o caso da minha”. Ele afirma que ainda não fechou em homenagem à memória do pai, mas que trabalhar o resto da vida para manter tradições sem ter retorno é um despropósito.

“O armazém foi a paixão do meu pai. Eu sempre fiz questão de vir trabalhar das 7 da manhã às 21h, como a gente ficava antigamente, por ele. Eu achava que isso era a vida dele então eu me dediquei ao máximo pra tentar ve-lo feliz com o comércio dele. Depois que ele faleceu perdeu o sentido porque eu nunca tive apego ao imóvel, a bens materiais, carros... Tudo isso é teu até não ser mais. Eu não tenho apego emocional. Se eu achar uma coisa mais simples de fazer que me dê um retorno maior, para mim é melhor”, disse.

O Armazém Simm ficou fechado durante boa parte dos meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024, mas reabriu para alegria de seus clientes fiéis. A placa de “vende-se” ainda está lá, mas sempre que vejo os antigos clientes abrindo uma cervejinha no velho balcão, abro um sorriso por lembrar que, mesmo com a Xuxa e o grupo Pão de Açúcar ajudando, o modelo de negócio do Extra se esgotou e fechou as portas antes do Simm.



Cliente no interior do Armazém e Bar Simm.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

# ARMAZÉM ZEQUINÃO



Fachada recuperada do Armazém Zequinão.  
ANO: 2022 AUTORA: GLOWACKI, Thais ACERVO: Particular



O desaparecimento de um armazém tradicional fere a comunidade que o abraça numa espécie de “dor fantasma”, aquela que ainda se sente em um membro amputado, mesmo entre aqueles que deixaram de frequentá-lo diariamente. Às vezes, o desconforto é tão forte que as pessoas não o aceitam e reagem como aconteceu a alguns quilômetros do Simm, na ocasião do fechamento do tradicional Armazém Zequinão no bairro do Jardim Social.

Instalado na esquina das ruas Fagundes Varela e Manuel Correia de Freitas desde 1958, o Armazém Zequinão era uma das referências culturais da região. Como todo armazém digno do nome se confundia com a figura de seu dono, Gabriel Alceu Zequinão, também conhecido como Varanda, que atendia seus clientes no balcão de fórmica que ele mesmo instalou antes de Pelé e Garrincha ganharem a primeira Copa do Mundo com a seleção brasileira.

Sempre com um cão ao seu lado (Caramelo foi o nome de seu último companheiro), Zequinão, como todo bom dono de armazém,

morava na casa dos fundos e fazia seus negócios à frente. Passava as manhãs e tardes atrás do balcão servindo gasosas de garrafa pequenina, nacos de salame e vendendo doces, guarda-chuvas e bolinhas de gude.

Em entrevista à Gazeta do Povo, ele explicou as mudanças que o ofício enfrentou nos últimos 25 anos de funcionamento. “Antes, vinha o pessoal do bairro para fazer as compras do dia. Hoje não sei mais quem mora por aqui. Atendo gente que está de passagem ou precisa de alguma coisa de última hora. A manutenção de um negócio desses é difícil. O lucro é de centavos. Mas vou ficando aqui, até que a família resolva dar outro fim a este ponto. O comércio é mais uma atividade para eu não ficar parado do que meu ganha-pão”, disse.

Curitibano nascido em uma família de italianos, “mas não os chiques da Toscana” como gostava de enfatizar, Zequinão jogava futebol muito bem e era mestre da perdida arte da conversa, daquelas sem tempo para terminar. Ainda que os horários de fim de expediente fossem inflexíveis: 18h30 de segunda a sábado e 12h de domingo, com pequenos acréscimos para atender as saideiras.

Seu estabelecimento tinha todos os elementos que compõem o cenário esperado de um armazém de secos e molhados como a balança de prato e contrapeso vermelha, alguns pôsteres antigos de publicidade, prateleiras com produtos tradicionais, a linguicinha caseira ao alcance da faca e a cachacinha da casa.

Pelas características próprias do bairro era também o fornecedor de lenha oficial das muitas lareiras das casas vizinhas. Apesar da identificação com o território, o armazém foi se inviabilizando aos poucos e fechou em 2015. Nos anos seguintes, o imóvel foi invadido e vandalizado algumas vezes.

Até que um grupo de moradores se reuniu pelas redes sociais numa iniciativa para revitalizar o lendário armazém do bairro. Cada qual entrou com uma cota em dinheiro para a reforma que incluía lavagem e nova pintura na fachada, conserto de portas e janelas, capinação das pedras em frente à construção e limpeza do poste e do orelhão instalado na calçada.

Um dos artífices da obra foi o escritor e historiador Franco Rovedo, morador da região há décadas. Em entrevistas dadas à época, ele contou que a experiência começou modesta, mas a medida em que as pessoas tomavam conhecimento se uniam para ajudar a iniciativa. “O mais difícil foi começar”, conta. “Eu sinto que esse movimento serve como exemplo de como é fácil a gente trabalhar a cidadania. É um novo jeito de ver a cidade”. A reforma ganhou um novo impulso quando o arquiteto Pedro Zanon, também morador vizinho, conseguiu

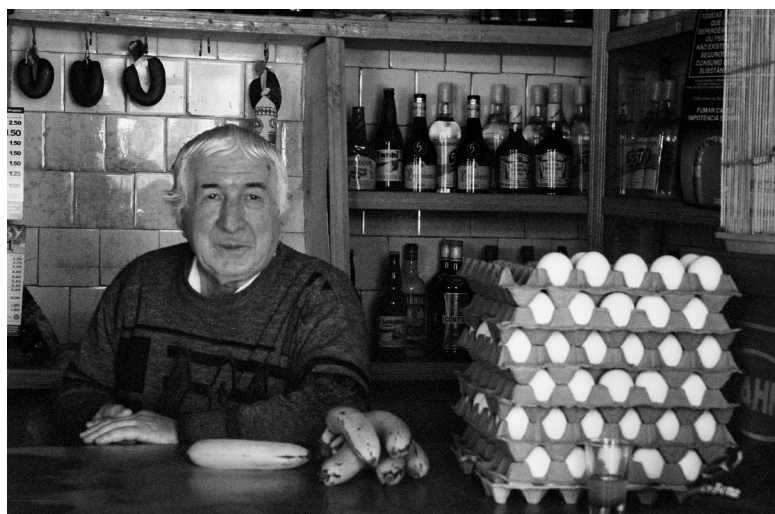
uma doação de parte do material necessário de uma tradicional loja de materiais de construção. Foi só a ponta de um novelo que ao ser puxado fez com que o lava-jato ao lado emprestasse uma lavadora de pressão, e a loja de tintas do bairro cedesse algumas latas a partir do estudo de cores do arquiteto Ricardo Amaral, todos amigos da causa do Zequinão.

Os trabalhos duraram quase duas semanas em que a comunidade pegou no pincel e no rolo. Foi uma grande celebração pública e coletiva até que no dia 23 de dezembro houve a reinauguração. A maior panificadora do bairro cedeu os produtos para o coquetel e o armazém redivivo foi entregue embrulhado como um presente de Natal para a memória social da cidade.

Durante a empreitada, Varanda acompanhou diariamente o avanço da obra e se emocionou com o resultado do mutirão. “Fiquei feliz porque fizeram uma colaboração para mim. Eu nem esperava, eles me ajudaram muito. Só tenho que agradecer”, disse.

Infelizmente, em abril de 2021, o Jardim Social amanheceu de luto com o falecimento de Alceu Zequinão. Nas mesmas páginas de redes sociais em que se uniram para restaurar o armazém, os amigos lamentavam o desaparecimento de seu dono. “Um grande amigo, era pai de muita criança que ele viu crescer ali no bairro. Pessoa de caráter e honestidade únicos. Descanse em paz, querido amigo”, escreveu um seguidor. “Com certeza sempre será lembrado pela famosa esquina e sua eterna simpatia”, escreveu outra cliente.

Dois anos depois, a demolição do imóvel do antigo Armazém Zequinão deixou um vazio da região e colocou a rés do chão o tempo e modo de vida que aquelas paredes guardavam, além de todo esforço coletivo feito anos antes. Nessa luta do rochedo contra o mar, no final de 2023 o novo proprietário ainda não sabia qual finalidade daria ao terreno.



Gabriel Alceu Zequinão em seu histórico balcão.  
ANO: 2006 AUTORA: OLIVEIRA, Élida ACERVO: Luciano Coelho

Zequinão serve uma pinguinha ante muitas dúzias de ovos.  
ANO: 2006 AUTORA: OLIVEIRA, Élida ACERVO: Luciano Coelho

Gabriel Alceu Zequinão fazendo o que fazia melhor.  
ANO: 2006 AUTORA: OLIVEIRA, Élida ACERVO: Luciano Coelho

# ARMAZÉM DNIPRO



Lessia Spodarik posa em frente ao Armazém Dnipro.  
ANO: 1971 AUTOR: Reprodução ACERVO: Particular



Entre o dia em que nasceu em 1915 e até completar 7 anos, João Spodarik morou em três países diferentes sem sair da mesma casa. Seus pais viviam na aldeia de Dyniska, uma vila com pouco mais de uma centena de habitantes na região histórica da Galícia, na fronteira entre as atuais Polônia e Ucrânia. Quando o menino nasceu, o território fazia parte do Império Austro-húngaro, então conflagrado na Primeira Guerra Mundial.

Assim que o conflito acabou, em 1918, a Polônia tornou-se independente e reivindicou a região, mas foi vencida pelos rebeldes nacionalistas ucranianos que mantiveram o controle da área. Após anos de disputas na guerra polaco-soviética, em 1922, em meio aos acordos de paz que reconfiguraram o território, os moradores da aldeia votaram para que a terra permanecesse dentro na Polônia que anexou a vila localizada a cerca de sete quilômetros da atual fronteira com a Ucrânia.

Pouco mais de cem anos depois, a região segue palco de conflitos na guerra entre Ucrânia e

Rússia dando razão ao brocardo que diz que em alguns lugares a política muda, mas a geografia permanece, enquanto em outros, a geografia muda, mas a política é sempre a mesma.

Em 1929, João tinha apenas 15 anos quando a família migrou para o Brasil. Como muitos milhares de europeus, aportou na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, posto de atendimento ao imigrante criado pelo governo imperial em 1883 que funcionou até os anos 1960. De lá, partiram para Santos e rodaram pelo interior de São Paulo e Mato Grosso até que a família achou seu canto em Ivaí, nos Campos Gerais do Paraná, a uns 200 quilômetros de Curitiba.

Foi lá que João e Maria Taras, filha do dono de um armazém de secos e molhados da cidade, se conheceram, se apaixonaram e se casaram numa pequena igreja de madeira, dentro das tradições ucranianas.

João logo abriu o próprio negócio, no mesmo ramo do sogro, até que a primeira gestação da esposa fez a família mudar de novo, desta vez para a capital, na última parada do longo périplo dos Spodarik.

Maria tinha útero hipoplásico, também chamado de “útero infantil”, e um médico recomendou que ela fizesse tratamento e o parto em Curitiba, pois apenas 10% das gestações nesses casos são bem-sucedidas.

Da capital, o casal só conhecia um nome e endereço de um tio dela, também ucraniano. Maria e João chegaram em 1948 e logo alugaram um imóvel no bairro do Bigorriho na esquina das ruas Martim Afonso e Presidente Taunay. O tratamento deu certo e Maria deu à luz uma menina saudável de olhos verdes que chamaram de Lessia. Dois anos depois, nasceu a pequena Iara, que quer dizer “primavera” em ucraniano.

Naquele tempo, o Bigorriho era um bairro bucólico e babélico, ocupado por imigrantes de etnias diversas que falavam muitas línguas e dialetos próprios. Dona Fedora, a mãe de João, por exemplo, viveu 52 anos no Brasil, sem falar quase nada de português. Na igreja, no clube ucraniano ou na feira livre, não era preciso usar a língua de Camões. Ela faleceu em 1986, mas até hoje em algumas barracas de feiras livres quem sabe pedir repolhos e cebolas em ucraniano é capaz de ganhar um desconto.

Seu filho, enquanto trabalhava como comerciante em Ivaí, ficou conhecido como João do Balaio, pois vendia mercadorias de porta em porta. Em Curitiba, o epíteto logo mudaria, principalmente quando ele conseguiu abrir, finalmente, seu próprio negócio: o Armazém de Secos e Molhados Dnipro.

O nome foi emprestado do rio que correu na aldeia da infância de João, um dos mais longos e importantes da Europa que nasce no norte da Rússia e escorre para o sul onde serve de fronteira entre Ucrânia e Belarus antes de desaguar no Mar Negro.

Era um armazém com a cara de João e Maria. Vendia da “agulha ao elefante”, como precisava ser neste ramo. Todos os dias, os clientes selecionavam as mercadorias e os cortesões balconistas, o próprio casal de proprietários, pesavam, mediam, contavam e embalavam os produtos numa atmosfera sempre acolhedora.

Por política de boa vizinhança, João gostava de revender a produção dos amigos como os cadernos feitos pela Trombini ou farinha do moinho dos Boscardin nos bairros contíguos, mas dentro da antiga tradição ucraniana do Armazém Dnipro, o carro-chefe eram os “molhados”, ou seja, os produtos em conserva.

No armazém Dnipro havia produção própria de conservas de repolho azedo, raiz forte (*crem*) e geleias de diversas frutas, mas o grande diferencial da casa eram as conservas de pepino azedo, um ofício que João aprendeu com a mãe e ensinou para as filhas e netos. A produção de um lote de conservas de *cucumis sativus* pode durar um dia inteiro aplicando uma receita aparentemente simples. “É sal e água, mas tem que saber preparar esta salmoura. Os outros temperos, incluindo as folhas de parreira, são apenas 2% da coisa. Mas é preciso saber a ordem certa de colocá-los em camadas na hora de azedar. E depois, o mais importante, colocar o endro que dá o cheiro e o gosto característico.



Iara Spodarik em casa.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular



Jorge Serathiuk e Iara Spodarik: o casal que pinta pêssegos e azeda o pepino.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

O segredo, como tudo na vida, é usar a medida certa”, explica Iara.

A arte de azedar pepinos sempre foi, ao mesmo tempo, um trabalho e uma celebração para os Spodarik. Nessa hora, todos trabalhavam juntos na bancada, cantando em ucraniano e ouvindo as piadas de João. Meticuloso, ele desenvolveu um instrumento, uma varetinha envergada própria para acomodar os “pernilongos”, como ele chamava as pequenas unidades que precisava acomodar na hora de fechamento dos potes, pois sempre quis inserir o maior número de pepinos possível numa conserva. Uma lógica contrária, convenhamos, a de qualquer indústria de alimentos processados.

Naquele tempo, se azedava o pepino em barricas de madeiras e a cada ano era preciso trocar as cintas de alumínio que uniam suas tábuas desgastadas pela corrosão das salmouras. “Fazer pepino não é brincadeira, é trabalhoso, mas compensa porque a gente gosta. Tem que gostar do que faz, senão não faz bem-feito”, ensina Iara.

Desde menina, Iara se destacava como pintora de pêsankas, os famosos ovos decorados ucranianos, mas quando um problema articular lhe tirou a precisão dos punhos, virou a principal ajudante de João na produção das conservas.

Antes, em 1958, João resolveu expandir o negócio. Com as economias amealhadas com uma década de trabalho, saiu do aluguel ao

comprar um terreno mais adiante no Bigorriho, na Rua Júlia da Costa, 2273. Maria, a princípio, não concordava com a mudança para uma área quase rural da cidade, mas com o tempo não só aprovou como, à sua maneira, projetou o grande sobrado onde caberiam o armazém Dnipro, toda a família que não parava de crescer e sobriariam espaços para alugar com pensão completa para completar os rendimentos.

Numa construção que demorou cinco anos para ser concluída, o armazém e a casa ficavam no andar térreo e no superior havia os seis quartos prontos para locação. O lugar mais importante, contudo, era o porão onde a família exercitava a arte que a deixou conhecida.

A neta, Cláudia Serathiuk, conta que cresceu no balcão desta encarnação do armazém Dnipro. “A minha avó me pesava na balança, tinha baleiro, cortador de frios. Eu ia lá roubar chocolate da Neugebauer que eu amava”, lembra.

Para a psicóloga, a memória sensorial mais marcante daquela época vinha do porão, uma espécie de bunker e ateliê do avô. “O cheiro de pepino azedo é o cheiro da minha infância.” Muitos antigos clientes com quem conversamos citam o cheiro como o primeiro sentido ativado pela memória quando pensam num armazém.

Talvez porque o sentido do olfato não seja apenas o odor captado pelas narinas, mas tenha uma relação direta com o armazenamento das emoções e memórias. Como na música do Chico Buarque em que as almas penadas têm cheiro de jasmim, cada tempo da nossa vida

tem seu cheiro e um dos grandes desafios do marketing contemporâneo é pegar consumidores pelo nariz.

Um antigo armazém pode ter o cheiro nostálgico como o de um quarto da infância, do armário em que a avó guardava seus doces, da casa onde a família passava o verão ou, vá lá, a proverbial *madeleine* proustiana.

Qualquer sensação da nuance desse perfume projeta uma descrição total do espaço e, como ensinou o genial geógrafo Milton Santos, “recriam no imaginário um local repleto de intimidade, pertencente àquele que vasculha o pensamento em busca de si e que o levará para o espaço interno da reflexão, da sua psique, ao retorno do tempo perdido”.

Iara revela que o responsável pelo cheiro característico das conservas de pepino é o endro, planta da família das apiáceas, cuja origem da mesma região de sua família e dos muitos imigrantes que tornaram o Bigorrihlo uma paisagem cheia de armazéns de brasileiros, polacos, ucranianos, italianos e “russos brancos”. “Tinha vários mesmo, mas tinha armazém que cachorro dormia em cima de saco, no nosso era tudo limpinho”, brinca Iara.

A neta de João, Cláudia, se recorda de alguns, como o armazém da Dona Helena, na Rua Euclides da Cunha, pois a dona tinha uma habilidade invulgar em manusear os papéis para fechar as embalagens.

Perto do Dnipro, Cláudia lembra que um dos vizinhos era Roberto Prado, um dos muitos poetas que, como o seu irmão Marcos, Thadeu Wojciechowski e Sérgio Viralobos, orbitavam a lendária banda de punk rock Beijo AA Força. Eles ensaiavam por ali e compravam muita cerveja e pepino azedo para animar suas tertúlias. E havia estoque nas prateleiras, pois no depósito do Dnipro se preparavam cerca de 400 quilos por temporada do produto que tornou o pioneiro da família conhecido como “João do Pepino”.

Durante décadas, a filha Iara foi a principal ajudante do pai até que em um ponto da vida, no final dos anos 1980, a relação se inverteu. Com a idade avançada, João deixou o comando da produção e passou a ser o ajudante, um assessor ativo e bem-humorado que trabalhou até duas semanas antes de falecer, aos 97 anos, em 2012.

“Ele vinha de bengalinha, cortava o endro para mim, atendia os clientes e respeitava meus pedidos. Virou meu ajudante até que um dia descansou”, se emociona a filha.

A história da família Spodarik mostra como nos velhos armazéns havia uma vasta gama de saberes e fazeres que mesmo com o desaparecimento dos ancestrais permanecem vivos.

Em 2023, Iara vendeu a casa que os pais construíram e mudou-se para outra, perto do Bosque do Papa, no bairro do Bom Retiro, onde mantém a tradição de azedar alimentos para vender.

Hoje conhecida como “Iara do Pepino”, ela produz 1,2 toneladas de conservas por temporada e muito de seu público é aquele formado nas sete décadas de tradição do armazém Dnipro.

Pois como disse o historiador espanhol Antonio Sanchez del Barrio, “a verdadeira riqueza do patrimônio de um povo não está em seus monumentos, suas obras de arte e seus saberes coletivos, mas na capacidade deste povo em valorizá-lo”.

Sempre ao lado do marido Jorge Serathiuk, um invulgar pintor de pêssankas, premiado em concursos internacionais e autor da escultura que recebe os visitantes no Memorial Ucrâniano de Curitiba, a doce e divertida Iara também produz conservas mil e massas como pierogis e varenikes.

Mas seu negócio principal é e sempre será o pepino, que segundo ela cai muito bem como aperitivo com cerveja ou com a *perzivka*, a aguardente de pimenta ucraniana que se serve gelada. Também entra e muda tudo na receita original do filé strogonoff e, principalmente, faz a diferença em sanduíches. “Se você preparar um com pernil, pepino e raiz forte será o melhor sanduíche que se pode comer no mundo”, garante.

Olhando as fotos antigas ao lado dos pais no antigo armazém Dnipro, ela fala que sua vida valeu a pena. “As coisas que eu inventei deram muito certo. Se eu morrer hoje, morro muito feliz”.



Pepinos e outras conservas de Iara Spodarik.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

# MERCEARIA PINHEIRO



Pintura "Bar e Mercearia Pinheiro". Caneta sobre papel Kraft.  
ANO: 2023 AUTOR: BOCZON, Claudio ACERVO: Particular



Na zona sul de Curitiba, no bairro do Portão, a família do imigrante polonês José Boczon manteve por muitas décadas o Bar e Mercearia Pinheiro, um armazém de secos e molhados onde ofícios e saberes também foram preservados e passados por gerações.

José Boczon nasceu na colônia Tomás Coelho, atualmente na região do município de Araucária, cuja área foi parcialmente submersa pela represa do Passaúna. Quando completou 18 anos, mudou-se para São Paulo e por lá tornou-se funcionário do comércio. Conseguiu juntar algum dinheiro e voltou a Curitiba no final da década de 1940 para abrir uma lanchonete na região central.

Dez anos depois, já casado com Anna, comprou um terreno na João Bettega, cerca de um quilômetro da Igreja do Portão, e construiu ali o imóvel pronto para ser, ao mesmo tempo, a moradia e o negócio da família. “Era naquele padrão, a parte da mercearia era de alvenaria na frente e a casa era de madeira atrás. Eu nasci nessa casa, com ajuda de uma parteira”, conta o filho, o artista visual Claudio Boczon,

que hoje trabalha em seu estúdio e ateliê no mesmo nível, embaixo do quarto onde veio à luz.

Entre as muitas centenas de produtos nas prateleiras, a casa de José, que abraçou o sobrenome para Boçon, também tinha seu diferencial manufaturado. Ele comprava porcos dos produtores das colônias nos arredores de Curitiba e com a ajuda dos filhos fabricava a própria linguiça, torresmo, toucinho e banha. As carnes eram moídas manualmente e a banha e torresmo separados com a prensa, em processos que eram muitos comuns nas casas brasileiras, mas que hoje já se perderam.

Um trabalho que começava antes do coral dos galos das casas do então bucólico bairro do Portão, pois o armazém abria às 7 da manhã e José gostava de começar o dia já com o produto fresco pendurado num varão sobre o balcão.

“Quando eu nasci, os produtos já tinham que ter uma certa normatização, mas o meu irmão mais velho e a minha irmã, Emílio e Isabel, acordavam de madrugada para fazer as linguiças. O pessoal que consumia falava muito da linguiça do seu

Zé, mas meu irmão dizia que o pai não fazia a linguíça, era só gestor da produção, quem pegava pesado eram eles.”

Quem fazia alguma burrada e atrasava a produção era chamado de cabeça de *capusta* (repolho em polonês) uma forma peculiar de chamar alguém de tolo. Claudio e Sílvio, como filhos mais novos, não botavam as mãos nas carnes, mas ajudavam a fazer os cartuchos de papel para embalar a venda dos produtos vendidos a granel, como arroz, feijão e batata. “Foi por isso que eu aprendi a ler cedo, pegava a revista Cruzeiro e fazia os pacotes”, lembra falando da revista que circulou entre 1928 e 1975 e foi o maior sucesso editorial da história da imprensa brasileira.

Com apenas 7 anos, Cláudio começou a trabalhar no balcão, atendendo às pessoas. “Ainda era aquele tipo de armazém em que o bar tinha uma mesa com uma cadeira só; meu pai não fazia muita questão que o pessoal ficasse bebendo por lá”, lembra.

Mesmo assim, era inevitável que o *happy hour* do grupo de trabalhadores de uma metalúrgica da vizinhança passasse para tomar uma cachacinha e beliscar as famosas linguicinhas e torresmos do Seu Zé.

Durante mais de 20 anos, o armazém dos Boczons foi o principal ponto comercial da região. Funcionava de domingo a domingo, das 7h às 20h. Mesmo com o horário estendido, sempre tinha alguém querendo fazer compras fora de hora e, claro, seu Zé tinha seu caderno

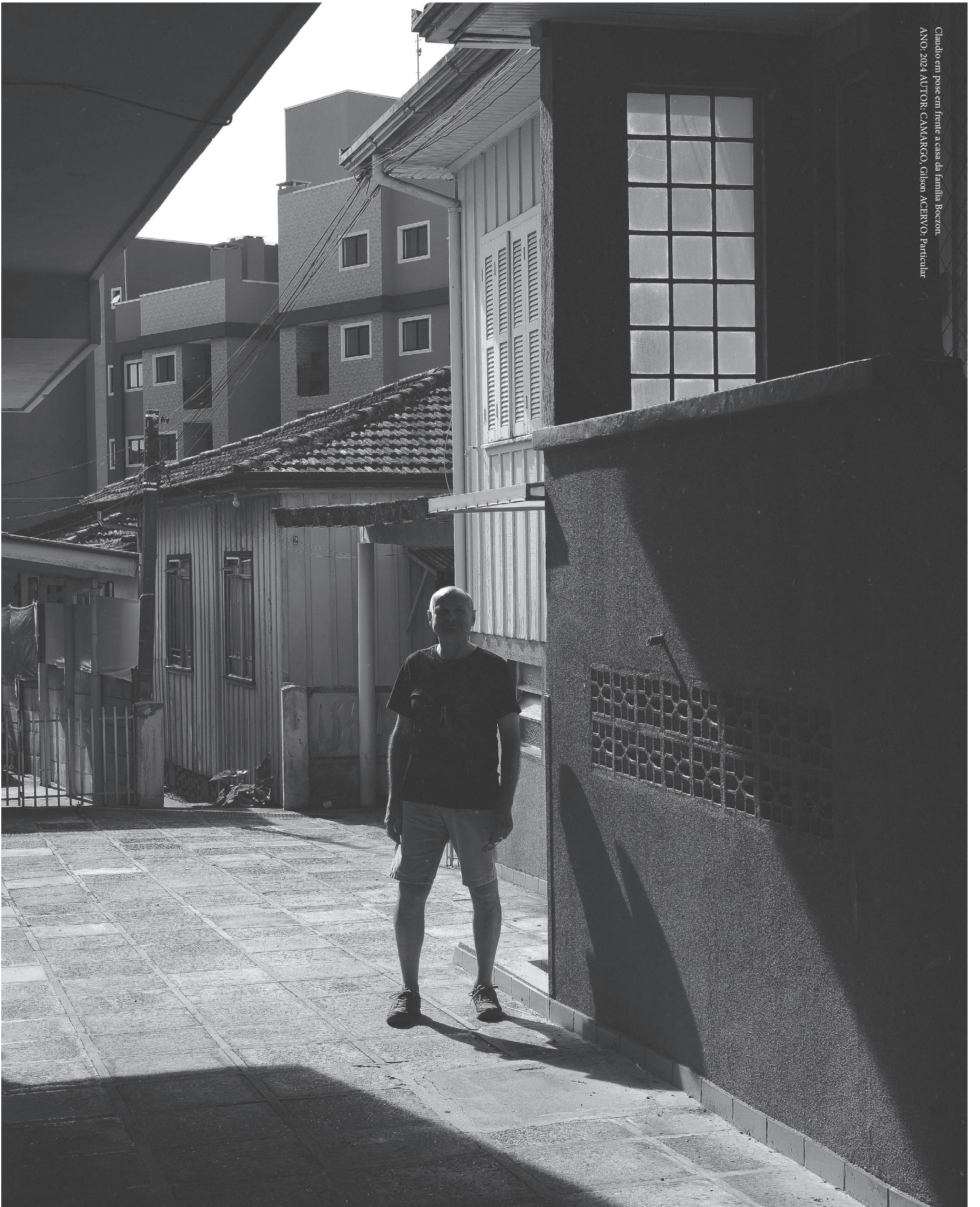
de fiados para a clientela mais fiel.

Cláudio observa que, com sua vocação incansável para o trabalho, José Boçon conseguiu dar educação para os filhos e até alguns pequenos luxos. “Meu pai um dia comprou aquela televisão que era tipo um armário, e no fim da tarde, quando ligava, o pessoal ficava pendurado na janela para ver novela e tal; acabava sendo um ponto de convergência”.

Seu Zé se aposentou por volta de 1983, quando alugou o imóvel e vendeu o ponto que funcionou como mercearia até 1998, época em que chegaram as grandes redes de supermercados na região. Em um bairro de classe média baixa, as pessoas passaram a pensar no bolso antes da amizade e confiança com o amigo dono do armazém.

Quando o inquilino desistiu da mercearia, o filho mais velho de seu Zé, engenheiro, transformou a casa em uma loja de materiais de construção e fez o escritório de engenharia dele. “Durante essa reforma, eu guardei alguns materiais. Sempre me preocupei com o descarte, com jogar coisas fora”, explica Cláudio.

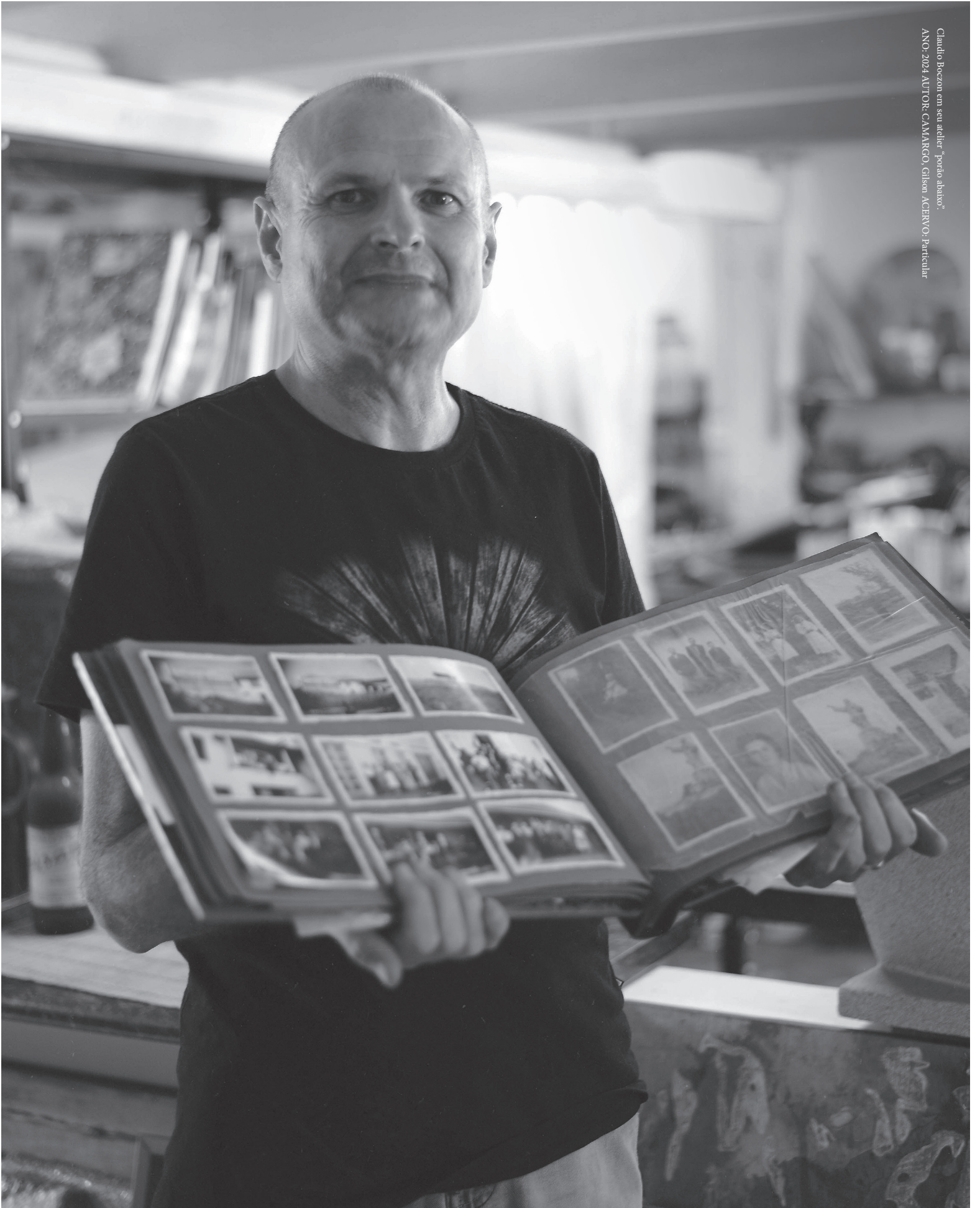
Claudio em pose em frente a casa da família Bezzon.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilsen ACERVO: Particular



Das memórias que salvou, Cláudio fez arte.

*Na caderneta de fiado  
do Bar e Merceria Pinheiro,  
à caneta anotado,  
o crédito no fio do bigode  
fia a despesa do mês inteiro.  
Pede quem precisa, paga em dia quem pode!  
Sobre o balcão de granilha escura,  
a lista do “pedido” no papel pautado  
elencas secos & molhados:  
- seis cascos de piwo, penca de banana,  
- lata de banha, rodela de “xaxixo”,  
- réstia de cebola, palha pro cigarro,  
- foco de cem velas, cera de assoalho,  
- punhado de bala sortida, um par de cadaço,  
- arroba de milho “prás kura e koguta”,  
- concha de alpiste pro sanhaço.  
E não esqueça, cabeça de kapusta,  
chleb czarny e ogórki kwasny!  
Na parede oposta, o relógio à corda  
- abaixo da imagem do santo patrono –  
em que o dono homônimo, Seu Zé,  
de jaleco azul acertava a hora  
de um tempo que agora é saudade...  
E cada um tem a sua, não é verdade?*

Claudio Boezon em seu atelier "portão aberto".  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gíson ACERVO: Particular



# ARMAZÉM GRAF



A casa de Rudolphina e Dalton.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular



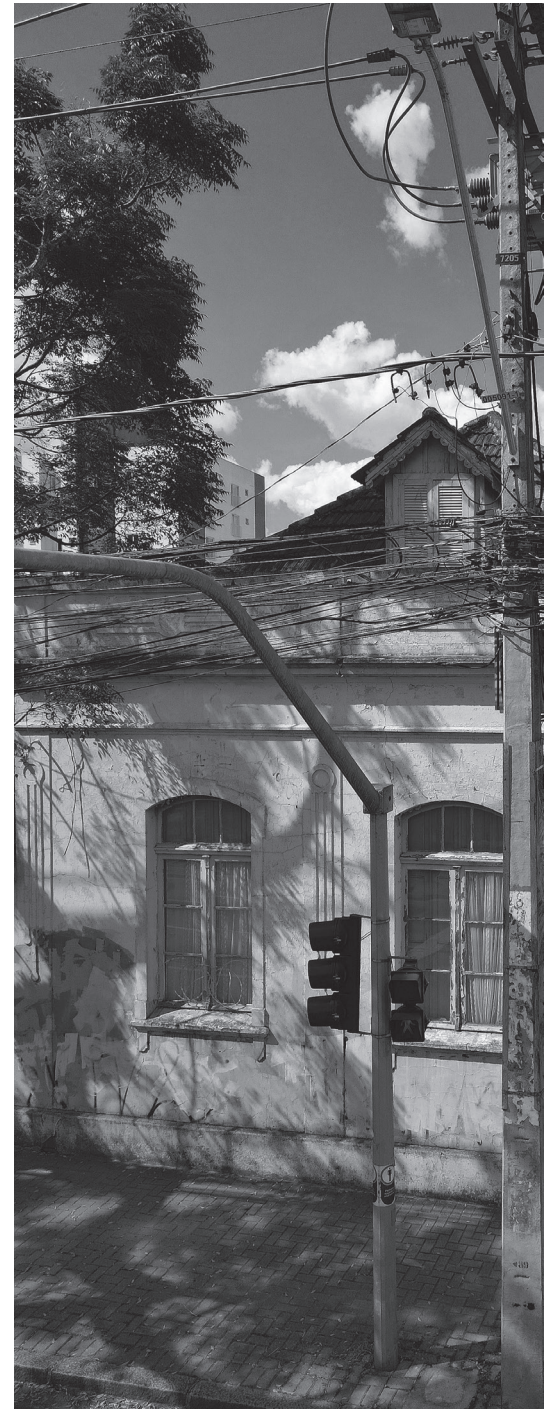
Quando Arnaldo Graf construiu sua casa, em 1905, era possível ver das janelas o Passeio Público. O primeiro parque de Curitiba havia sido inaugurado 20 anos antes, construído numa espécie de parceria público-privada com o objetivo de, além de embelezar a área alagadiça, saneá-la, evitando a propagação de doenças. O parque mudou a vida social da cidade e do bairro Alto da Glória, onde o descendente de alemães Arnaldo ergueu seu lar para casar-se com Rudolphina Nitche, uma filha de imigrantes austríacos.

Nas primeiras décadas do século 20, o Alto da Glória era entre todos os quarteirões da cidade (como se chamavam então os bairros) aquele que dava a maior contribuição ao Produto Interno Bruto do estado. Era o tempo dos “barões do mate”, um punhado de famílias de industriais e exportadores que integram a elite econômica, jurídica e política do estado até hoje. Os mais proeminentes eram vizinhos da casa da família Graf como o prefeito e arquiteto Cândido de Abreu, o industrial genovês Francisco Fasce Fontana e o casal Maria Clara e Agostinho Ermelino de Leão Júnior.

Ainda estão de pé o palacete da família Leão e o pórtico da mansão do Comendador Fontana, na atual Avenida João Gualberto, mas havia outras famílias que ganharam muito dinheiro com a erva. Quem quiser saber quem são, sugiro uma visita ao Cemitério Municipal, pois lá os mausoléus mais imponentes são os dos ervateiros, posto que a cidade dos mortos sempre repete a lógica social da cidade dos vivos.

Naquele tempo, a Avenida João Gualberto se chamava “Atalho da Graciosa”, pois era de fato um atalho até a velha estrada serrana. Fazia a ligação a partir do Engenho da Glória, movido à água do Rio Belém, cujo o dono era o já citado comendador. De lá, saíam carroças que antes de descer a Estrada da Graciosa paravam no Armazém Bairro Alto para comprar mantimentos e quem sabe tomar um trago antes da descida da serra.

A casa dos Graf brotava na esquina das atuais ruas Ubaldino do Amaral e Amintas de Barros. Erguida no parapeito da calçada, tinha cinco janelas, uma bem no *corner* e dois pares laterais que se abriam cada qual para uma das ruas que se tangenciavam.





Vista aérea da fachada do antigo Armazém Graf.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

Fachada do antigo Armazém Graf, do ponto de vista da rua Ubaldino do Amaral.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

Dona Alice Graf em frente ao portão do antigo Armazém Graf.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

No telhado, uma mansarda insinuava um sótão e atrás havia um grande quintal com árvores frutíferas e uma parreira que ocupavam o restante do lote retangular.

Nela, o casal teve seis filhos: Clara, Albino, Elvira, Adolpho (que morreu com menos de um ano), Bertoldo e Alois. Arnaldo, porém, faleceu em 1918, com 32 anos, deixando a esposa viúva com cinco filhos e apenas 29 anos.

Passado o período de luto, Rudolphina casou-se novamente, desta vez com o senhor Antônio Mathias Monteiro, um lisboeta que era proprietário de muitos terrenos na região da baixada que desce do Alto da Glória em direção ao Juvevê. Ele e Rudolphina tiveram mais três filhos: Maria, Thereza e Rodolphina. No entanto, em 1927, o senhor Monteiro faleceu de “lesão orgânica do coração” aos 53 anos, segundo nota do jornal O Dia.

Viúva pela segunda vez aos 38 anos e com oito filhos para criar, dona Fina como era chamada, precisou se virar. No ano seguinte, ela transformou a casa em um armazém de secos e molhados. Duas das quatro janelas do projeto original do imóvel viraram portas e um balcão foi instalado na sala. Os filhos mais velhos passaram a ajudar na rotina de trabalho e foi assim que o Armazém Graf funcionou durante toda a década de 1930 no então sofisticado bairro altaneiro.

É possível imaginar que um dia possa ter entrado por uma das portas, para comprar

jujubas, o futuro presidente da República Jânio Quadros que nessa época estudou no colégio Conselheiro Zacarias, a uma quadra do armazém de dona Fina.

Nesse tempo tudo ainda girava em torno da erva-mate, dádiva dos povos originários que ocupavam o sul da atual América Latina, único território do globo onde a “planta-mãe” nasce de forma orgânica. É a bebida não alcoólica mais consumida nesta região do planeta e, numa lógica bastante complexa, o motor da maior parte dos eventos, fatos, fenômenos e reflexões deste livro sobre a arquitetura e história social dos armazéns de secos e molhados.

A erva-mate foi a base de toda a riqueza e cultura produzidas no Paraná num ciclo econômico que durou mais de um século e deu origem aos processos de transformação urbana que criaram as condições para o aparecimento deste tipo de comércio. Razão bastante para que façamos dela um breve panegírico.

Erva ritual da nação Guarani, também era cultivada e consumida por outros povos vizinhos, como os Kaingang, Charruas, Minuanos e Incas, sim, eles mesmos, os habitantes do poderoso império andino que também se encantaram com a bebida que até lá chegou pelo caminho ancestral do Peabiru que ligava Santa Catarina e Paraná ao Peru.

Foi, aliás, nesta rota continental, em sentido inverso, que a bebida derivada da planta foi batizada com o seu nome mais popular. “Mati”

é a palavra em *quechua*, a língua do povo inca, para representar a cuia, referência metonímica ao porongo cortado no topo que serve de jarro no consumo coletivo da bebida. Fica fácil de perceber como se deu associação por confusão que fez com que o líquido assumisse o nome do frasco.

Para os guarani, ela é o Caá há pelo menos mil anos ou desde quando esse povo e seu idioma se espalharam por meio dos rios americanos até as cataratas de Iguazu (a água gigante) e passaram a usar a erva em cerimônias.

Segundo a Funai, há cerca de 65 mil guaranis no Brasil e outras entidades estimam que mais de 135 mil espalhados por Brasil, Argentina e Paraguai, uma das muitas nações sem Estado no mundo.

Quando os jesuítas espanhóis os encontraram no século 17, batizaram a bebida de “cimarron”, palavra castelhana para selvagem e indomável, pois os homens de batina viram que os autóctones a consumiam sem parar e assim se tornavam, digamos, hiperativos, ao passo que, por outro lado, a abstinência da erva os deixava indóceis, razão pela qual, a princípio, ela foi banida pelos padres e considerada uma substância diabólica.

Como sói acontecer na história, a proibição de uma erva ou uma bebida com princípios psicoativos surtiu efeito contrário: serviu como propaganda positiva e incentivou ainda mais seu uso, razão pela qual com o tempo os jesuítas

passaram não só a consumi-la, mas também foram responsáveis pelo aperfeiçoamento do cultivo.

Consta que a união da tecnologia dos padres à sabedoria dos guaranis produziu uma espécie superior nas reduções do Guayrá e no Paraguai dando origem à melhor erva de todos os tempos cuja qualidade só podemos imaginar.

Deste encontro também surgiu o aumento controlado da produção e a consequente criação de uma cadeia industrial para fins de comércio e exportação que, como quase tudo criado e produzido na reduções jesuíticas, foi destruído pelos famigerados bandeirantes.

Já no século 19, o viajante francês Saint-Hilaire – sempre ele – deambulando pela região deu à planta nome científico em latim de *ilex paraguariensis*. Em tradução livre, o “arbusto paraguaio”, nome simpático quando escrito entre parênteses nas embalagens do produto, mas não de todo justo com a origem diversa da erva.

Aliás, o mito da origem do mate une várias versões de uma linda história que me contaram e assim pode ser resumida: uma seca, enchente ou guerra, a depender de quem conta, obrigou uma tribo do povo Guarani a migrar apressadamente de seu território. O ancião do grupo, porém, não conseguiu acompanhar o ritmo dos demais e preferiu ficar para trás, se refugiando numa cabana, em nobre gesto para não prejudicar a coletividade.

Sua filha Iari, contudo, tão amorosa quanto bela, não soube abandoná-lo e juntou-se ao velho pai no acampamento à beira de um rio. Certa noite apareceu um forasteiro, faminto e misterioso, pedindo abrigo. Foi recebido com um generoso jantar preparado pelo velho e ainda ouviu uma linda canção composta e cantada por Iari. Em algumas versões, este homem era um emissário de Tupã. Em outras, era o próprio Deus do trovão em forma humana. Quando amanheceu, o viajante presenteou o pai e a filha com a erva Caá e ensinou-lhes como se plantava e se devia consumir a bebida.

Revigorados pelas mágicas propriedades da infusão, o velho e Iari alcançaram o resto da tribo e com eles dividiram o sagrado conhecimento. Quando anos depois Iari morreu, ela se tornou a deusa protetora da erva. Em sua homenagem, a maneira mais antiga de consumir a erva mais sagrada é prende-la na boca, mordê-la com os dentes e beber água do rio com as mãos. Isso é suficiente para sentir seu sabor e suas propriedades estimulantes.

Em algumas cerimônias ela é bebida para fins de purificação, preparação, fortalecimento, recuperação da saúde e para garantir a conexão com a terra. Do ponto de vista da ciência, as folhas têm cafeína como princípio psicoativo e ainda contém xantinas e alcalóides também encontrados no café e no chocolate. Assim, há nelas virtudes estimulantes e antioxidantes. Quem tem o costume de beber mate, tem a sorte de celebrar diariamente, pois

seu uso é pretexto para o momentos de afeto compartilhado: o ancestral “círculo da palavra” ensinado pelos Guarani, um remédio contra o individualismo feroz de nossos tempos.

Voltando para o Paraná atual e como a sociedade local se moldou em torno da erva-mate temos o clássico livro “A Universidade do Mate”, do historiador Ruy Wachowicz que constata que foi a economia mateira quem criou as condições para a criação da Universidade do Paraná, futura UFPR, em 1912. A construção de seu prédio histórico os pombinhos Arnoldo e Fina Graf também puderam ver da janela de casa.

Para o professor Wachowicz, a abertura da universidade foi um empreendimento educacional criado pela elite regional da erva-mate, uma burguesia “virada de costas” para o centro do Brasil, porque seus principais mercados estavam ao Sul e se ressentiam da falta de um centro de formação de quadros profissionais liberais e intelectuais que pudessem suprir a demanda que o aumento populacional da região exigia.

Por fim, a acumulação de capital da produção mateira coincidiu com a chegada em grande escala dos imigrantes europeus na região, um fenômeno que – ajudado por outros fatores – foi responsável por uma mudança do patamar cultural, social e econômico da cidade de Curitiba, que aos poucos foi abandonando a singeleza de vila pacata para se transformar numa cidade de comércio agitado em que pululavam os armazéns de secos e molhados,

Dona Alice Graf na esquina mais famosa da cidade.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, GILSON ACERVO. Particular



como aquele mantido por dona Fina Graf Monteiro, ainda que seu negócio depois de um período de sucesso na primeira década de funcionamento tenha começado a claudicar – como toda a economia mundial – durante a Segunda Guerra Mundial.

A historiadora Alice Graf, casada com Ronaldo, neto de Rudolphina, conta que nessa época, para aumentar a renda, dona Fina transformava um dos cômodos da casa em um pequeno salão de jogos, um mini cassino só para os amigos de boa convivência do bairro. “Quando fechava, a sala dos jogos ficava disponível para as pessoas jogarem”.

O jogo, que tinha sido o motor da melhor fase da indústria do entretenimento brasileiro, foi proibido no país em 1946. Ninguém da família sabe se houve jogo clandestino no armazém Graf, mas como sou um sonhador gosto de imaginar que sim, pois deixaria a biografia desta mulher extraordinária ainda mais saborosa.

Mesmo “diversificando as atividades”, o armazém durou apenas até o final dos anos 1940. Aposentada, com os filhos criados e com muitos netos, Rudolphina faleceu em 1974.

Esta já seria uma história e tanto se a casa construída pelo casal Graf não tivesse sido vendida para a família Trevisan e a partir da década de 1950 se tornasse a casa de Dalton Jérson Trevisan, o maior contista da língua portuguesa, o escritor mais importante do Paraná com improváveis 98 anos no começo de 2024.

Por ser o local onde Dalton escreveu a maior parte de sua vasta obra e se escondeu dos chatos durante 60 anos, a casa ganhou uma dimensão mítica no país e foi o imóvel mais debatido no ano de 2023, enquanto escrevíamos este livro, pois parte da sociedade local temia que ela fosse demolida depois que Dalton a vendeu.

Como bem disse o jornalista Jotabê Medeiros, a casa de Rudolphina e Dalton é uma daquelas “edificações que se incorporam ao espírito das cidades de maneira inapelável – não se trata de uma vontade, mas de uma imposição invisível, algum feitiço do destino”, disse.

Tendo vivido por pelo menos 20 anos na mesma quadra do antigo Armazém Graf, nunca soube que o misterioso farol da cultura local no alto do morro tinha sido um armazém de secos e molhados com uma história tão peculiar e interessante.

Assim, pus-me a pesquisar e descobri fascinado que a relação entre os armazéns de secos e molhados e a literatura é essencial.

Foi nestes estabelecimentos comerciais que se venderam os primeiros livros no Brasil, pelo motivo óbvio de que era nos armazéns que se vendiam todos os produtos produzidos no país ou importados.

Sem uma planta industrial gráfica por aqui, os poucos livros que chegavam eram importados e chegavam ao Brasil pelas mãos dos mesmos caixeiros viajantes que traziam os produtos vendidos nas estantes e balcões dos armazéns.

Estes caixeiros-livreiros eram em maioria franceses que descobriram um potencial impensado e promissor para o mercado da literatura de seu país na então capital do império que naqueles dias ainda falava francês. Eram chamados de “tratantes em livros” e aos poucos montaram as primeiras livrarias especializadas do país fazendo com que os livros não mais estivessem ao lado dos unguentos, baralhos, calendários, grãos e ferragens dos armazéns de secos e molhados como nos primeiros dias.

Mas, em nome da justiça, é preciso dizer que não só a literatura francesa, mas muita literatura portuguesa circulou nos espaços dos armazéns que eram comandados, na maioria das vezes, por comerciantes portugueses que ajudaram na formação de um novo contingente de leitores no país. Cabe, porém, observar finalmente que, por sua natureza desencharcada, os livros podiam ser considerados “secos” na dicotomia singular dos armazéns, ainda que nada seja melhor do que a leitura para irrigar a inteligência social de qualquer povo.

Machado de Assis não deve ter comprado seus livros preferidos em armazéns, pois já havia livrarias no Rio quando ele precisou delas, mas sabemos que os frequentava como todo homem de seu tempo. Tanto que promoveu um importante encontro entre Bentinho, o narrador do romance *Dom Casmurro*, com amigo Escobar em um deles para falar como Capitu, entre muitas outras qualidades, sabia economizar dinheiro no balcão do armazém.

Os secos e molhados, por sinal, estão muito bem retratados na literatura nacional. Boa parte do clássico “O Mulato”, de Aluísio de Azevedo, se passa dentro de um. Lima Barreto, Sérgio Buarque de Hollanda e Pedro Nava também se ocupam deles em suas textos, crônicas e memórias, mas o grande autor com a relação mais próxima a este universo é certamente João Antônio, cujo pai foi balconista de um deles em Presidente Altino, na grande São Paulo nos anos 1940.

João Antônio Ferreira era o nome de um português de Trás-os-Montes casado “com uma mulata carioca, bonita, forte, nutrida, luminosa, chamada Irene Gomes”. Anos mais tarde, montou o próprio negócio no bairro da Pompéia, o bar e armazém “Beco da Onça”, na Rua Caiovas em São Paulo.

Seu filho, o autor de “Malagueta, Perus e Bacanaço” seria o porta-voz dos marginalizados na moderna literatura brasileira, trazendo aos seus livros o léxico e a dor do proletariado. João Antônio viu o pai trabalhar muito ao longo da vida até conseguir ser proprietário do negócio, mas depois ser traído por seus sócios e perder tudo em idade avançada. Ele escreveu sobre isso em 1984 no conto *Lambões de Caçarola*:

“Ele, vindo de mau negócio, rebordosa com uns sócios que o roubavam. Soprava um vento contrário naquela vida. [...] Se a seleção jogava contra Portugal, torcia, abespinhado e incandescente, pelo Brasil. Portugal ganhava, ele emburrava; se puxavam conversa, brigava. Na casa dos quarenta, ia gramando ruço na vida, ele



Fachada do antigo Armazém Graf do ponto de vista da rua Amintas de Barros.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

e mamãe. O transmontano aqui chegado, uma mão na frente e outra atrás, aos trinta e poucos dias de idade, nascido em águas portuguesas de Macedo de Cavaleiros, trabalhador das padarias, empurrando vagonetas nos aterros e nos portos de areia do Tietê, operário de frigorífico, depois com economias estabelecido em negócio miúdo de secos e molhados”

Mais recentemente, em 2015, o jornalista, escritor, cientista político e professor Bernardo Kucinski publicou um conto chamado Secos e Molhados no qual o personagem central, Ximenes, é dono de uma venda assim descrita pelo autor:

“Sua venda era uma miniatura dos velhos empórios portugueses de secos e molhados. Pela manhã tinha o pão fresquinho e o leite, o que era conveniente na falta de padaria próxima. Única venda naquela rua, ao longo do dia supria-nos com o mais urgente e necessário. À direita da entrada ficava o pequeno balcão com pia e cafeteira e atrás dele a prateleira na parede com as cachaças e os vinhos doces de São Roque. O lado esquerdo era inteiramente ocupado por quatro grandes caixotes com a farinha de mandioca, o arroz, o feijão e a batata. Na prateleira dos fundos, ocupando a parede de alto a baixo, ficavam os enlatados, café,

sal e açúcar. Entre as duas portas de aço da entrada, uma pequena geladeira mantinha os refrigerantes e cervejas”.

As cidades em movimento da nossa melhor literatura são quase as mesmas que se mexem dentro dos armazéns da nossa memória, pois o ambiente de uma e da outra é o espaço que tanto nós como os personagens temos para a arte.

A projeção do armazéns no imaginário nacional é tão grande que o maior fenômeno da nossa cultura pop brasileira é a banda Secos & Molhados, foi assim batizado pois um dia, em 1971, o músico português e fundador da banda João Ricardo circulava pela praia de Ubatuba, em São Paulo, e se deparou com o letreiro de um velho armazém e perguntou aos amigos se Secos & Molhados daria um bom nome de banda de rock. Todos riram e ele teve a certeza que sim.

Como jornalista, cresci à sombra de uma das sacadas imortais de Millôr Fernandes, repetida diariamente por colegas e detratores da minha profissão. “Jornalismo é oposição; o resto é armazém de secos e molhados”. Uma espécie de profissão de fé que espera dos jornalistas espírito crítico para fiscalizar os poderosos e que não deem voz às suas versões em modo puxa-saco e é assim que devem ser as coisas.

# ARMAZÉNS DO ITUPAVA



Dante Manfron em frente ao bar que leva seu nome.  
ANO: s/d AUTOR: SCATRUT, Márcio ACERVO: Particular



Quem desce do antigo Armazém Graf caminhando em direção aos atuais bairros do Alto da XV, Juvevê, Hugo Lange e Cristo Rei – região anteriormente conhecida como quarteirão do Itupava – ainda pode contemplar uma paisagem repletas de construções que abrigaram armazéns de secos e molhados e outras contemporâneas delas.

Um território que conheço bem, pois foi onde pisei a minha infância. A presença destas casas antigas nas esquinas sempre me deu uma reconfortante sensação de realismo fantástico, das casas de romances de Jorge Amado ou mesmo a casa da minha avó Carmen, aqueles lugares em que mortos e vivos convivem harmoniosamente.

O mais famoso era o antigo Armazém Moro na tríplice fronteira do Alto da XV, Hugo Lange e Juvevê numa esquina oitavada em direção ao velho curtume da cidade e cujo imóvel, desde 1974, abriga o formidável restaurante Tartaruga. Outro ícone local é o armazém de Aldo Giraldi que ficou famoso por vender caldo de piranha do Pantanal na esquina da

Rua do Herval com os trilhos do trem.

O exemplar mais expressivo da região, ao menos para a minha memória, é o imóvel na esquina das ruas Almirante Tamandaré e Conselheiro Carrão. Nos anos 1950 e seguintes, ele pertencia a um comerciante de secos e molhados de nome Gaspar cuja história, apesar do esforço, não consegui recuperar.

Da parte que testemunhei, a partir dos início dos anos 1980 até a década seguinte, foi o imóvel do armazém de secos e molhados do senhor Levi Manfron. Não era o primeiro empreendimento do gênero do ex-caminhoneiro de riso fácil, voz aguda e personalidade exuberante que cativavam os clientes. Ele já tinha tido um comércio destes na região de Santa Felicidade.

Desde que passei a frequentá-lo, fui percebendo que gradativamente ao lado das prateleiras ia ganhando destaque o pequeno balcão onde logo passaram a orbitar algumas mesinhas e atrás do qual foi construída uma pequena churrasqueira. O bar que antes era só um complemento do mercado foi ganhando protagonismo. Servia cerveja gelada, tinha uma estufa com bolinhos de

Fachada do bar e restaurante Tartaruga.  
ANO: 2024 AUTOR: GLOWACKI, Tadeu ACERVO: Particular



carne e, às vezes, quando o pessoal se animava, um espetinho assado na hora.

A partir de 1991, o local passou a se chamar Bar do Dante, nome do filho do proprietário que assumiu a frente do negócio com apenas 23 anos. Um pouco depois disso, o Bar do Dante virou ponto de encontro obrigatório para meu grupo de amigos, pois morávamos muito perto e bebíamos nossas primeiras cervejas adolescentes depois das partidas de futebol no gramado do campus de Agrárias da Universidade Federal.

No começo do século 21, o bar ficou pequeno para a demanda dos clientes e Dante comprou um imóvel duas esquinas acima no sentido bairro-centro, com frente para a Rua 7 de Abril (a rua da feira aos sábados) e instalou seu hoje consagrado bar.

Uma sorte dupla para a região, pois em 2005 o imóvel foi transformado no bar e restaurante Jacobina, criado por Beatrice Takashina, a Bea, num momento de valorização boêmia daquela área da cidade. O Jacobina desde o início apostou em manter elementos do antigo armazém para valorizar a origem e vocação da casa de esquina sempre com flores na varanda e um quadro negro escrito onde se lê qual a especialidade do dia do cardápio ou um poema.

Não foi apenas lá, mas os imóveis onde funcionaram o lendário Beto Batata, na Rua Professor Brandão, e onde ainda hoje funciona o bar Cana Benta também aproveitaram as formas originais dos armazéns que abrigaram

como um elemento estético e, por que não, espiritual.

Para entender a história dos antigos armazéns desta região me socorri da pessoa que unifica a história desses três lugares e do tempo em que eles se redimensionaram: o empresário Délio Canabrava. Ele que quando voltou de um temporada europeia no final dos anos 1990, tornou-se funcionário no Beto Batata, foi gerente no Jacobina, é fundador e, atualmente, um dos sócios do Cana Benta.

Sobretudo, Délio é caprichoso pesquisador e apaixonado pela história da região onde mora e tem outros negócios e sobre a qual publicou um simpaticíssimo livreto no começo dos anos 2000. Ele faz um inventário dos armazéns do Itupava chamando atenção para um detalhe peculiar que, até certa altura da história, fazia a diferença para estes estabelecimentos que, em geral, eram tocados pelos próprios donos e seus familiares.

“Os armazéns de antigamente eram os açougues e verdurarias em que se podia confiar, pois os supermercados não abriam aos sábados e domingos, então era bem mais fácil ter um armazém que abria todos os dias. Lembro-me de que, na minha infância, saía para comprar coisas para minha mãe fazer o almoço de domingo nesses armazéns em que trabalhei e trabalho até hoje em dia, tanto no Jacobina quanto onde era o Cana Benta. Havia ainda o armazém do Sr. Honesto e o nome fazia jus à sua conduta, que ficava na Atílio Bório antes do armazém Moro onde hoje é o Tartaruga”, analisa e enumera.

Nos mais antigos, como era o Armazém Moro, até os anos 1970 ainda se mantinham as travas para amarrar cavalos na porta de entrada. Naquela esquina, Délio lembra-se de grandes baús de cereais, sal, arroz, feijão, milho, açúcar, a granel em um tempo em que não havia marcas empacotadas. “No armazém que abrigava o atual Cana Benta era a mesma coisa e eu dou mais importância a esses dois porque eles ficavam exatamente no começo do caminho do Itupava”, destaca Délio.

O Caminho do Itupava é a primeira estrada do Paraná. Já teve muitos nomes ao longo dos séculos como Caminho do Mar, do Cubatão, Real, Grande e outros. Partindo de Curitiba, começa no Passeio Público, às margens do Rio Belém, e segue 50 quilômetros pela serra do mar até o Porto de Cima em Morretes. Foi durante muito tempo a única conexão entre a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais e o litoral.

Evidentemente, o traçado do Itupava foi descoberto, desenvolvido e aprimorado pelos indígenas. Depois dele se aproveitaram os garimpeiros, bandeirantes, caçadores e tropeiros brancos. No século 17, o caminho foi pavimentado com uma calçamento de pedras colocado por mãos de trabalhadores negros escravizados, encerrando assim uma síntese da violenta história nacional.

Hoje, o Itupava faz parte de um circuito oficial de turismo ecológico e por cerca de 20 quilômetros pode ser percorrido a pé no trecho que vai de Quatro Barras a Morretes em cerca de sete horas de descida. Nessa boca da estrada, ficavam os principais armazéns pelo mesmo motivo que o Makiolka se ubicava como um guichê na porta da Graciosa.

“Recentemente, fui com minha família até o bonde de ferro em Porto de Cima e há uma placa indicando o caminho do Itupava à direita. Eu disse aos meus filhos: ‘Sabiam que essa estradinha vai sair lá na nossa casa, nos nossos negócios?’”, conta Délio.

Ele explica que quando foi reformar o atual Cana Benta, percebeu camadas e subdivisões no imóvel a cada parede derrubada. “Havia uma escada e uma espécie de expositor para frutas; era muito bonito, uma plataforma revestida de azulejos. O Cana Benta era um armazém à beira da estrada, com muitos produtos a granel, salames e queijos pendurados. Na vitrine, havia salgados, amendoins em pote, rollmops e outras mercadorias típicas de armazém”.

Todo este borogodó foi aproveitado na estética, na política de atendimento ao cliente e no cardápio do bar, algo que outros armazéns também aproveitaram. O caso de maior sucesso desse processo é o Armazém Santa Ana, da família Szpak, no Guabirota, cuja atmosfera é um cenário pronto para começar a rodar um filme de época.



Visa aérea do bar e restaurante Tartaruga e da rua Lupava.  
ANO: 2024. AUTOR: GIOVACCI, Thadeu ACERVO. Particular

# MERCEARIA FANTINATO



Wlamir Branco e suas "tralhas".  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular



O caso da Merceria Fantinato é exemplo notável de como a transformação dos antigos armazéns em espaços com novas funções, como restaurantes e bares, quando feita com respeito às regras da arte, é um caminho de afirmação da memória social coletiva somada a toques medidos de nostalgia que tornam o conjunto bonito como um samba de Nei Lopes e Wilson Moreira.

Mas para contar a história do Fantinato, precisamos falar de seu território, começando pela lenda do Cassino do Ahú, um verdadeiro enredo de escola campeã esperando por seu compositor. Caso singular de conversão moral e mudança de gênero de um imóvel com forte impacto no caráter sociocultural da cidade.

O Cassino do Ahú abriu as portas em 1935 numa casa dentro de um aprazível terreno bem conhecido pelos moradores mais perspicazes da região, pois ali havia um olho d'água em que as pessoas iam para se refrescar do calor. Também fazia calor nos anos 1930, nem tanto quanto agora.

Uma encarnação curta. Em dois anos, o cassino foi fechado, ao lado de outros congêneres, por decreto do interventor Manoel Ribas. Ao proibir o jogo, ele foi mais realista que o rei. No caso, o presidente Getúlio Vargas que naquele ano vestiu sua roupa de ditador (das muitas que usou na vida pública), mas não fechou nenhum cassino, nem nunca o faria, pois seu primeiro escalão, família e, dizem as más línguas, amantes, frequentavam os cassinos cariocas.

O fato é que o Cassino Ahú reabriu em sua melhor versão em 1939, após a criação de uma lei que permitia jogos em estações hidrominerais e climáticas. Bastou transformar a nascente em uma bela piscina e o truque estava feito. Neste período, o lugar virou febre na cidade.

Seus donos investiram pesado na decoração de luxo, na cozinha e na escalação das atrações musicais. Eram comuns apresentações dos grandes nomes do rádio, como Dalva de Oliveira, Silvio Caldas ou Orlando Silva, e consta que até Walt Disney passou uma noite por lá, quando seu avião precisou pernoitar em Curitiba.





A esquina e as araucárias.

ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

Interior do Bar e Merceria Fantinato.

ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

Diogo Ramiro, o garçom histórico do Fantinato.

ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

Quando a Segunda Guerra acabou, Getúlio foi apeado do poder e Eurico Gaspar Dutra assumiu a Presidência. Um decreto moralista proibiu a jogatina e suas circunstâncias culturais. Na última noite de farra no Ahú, a cantora portenha Nelly Ferri e o violonista Garoto, gênio maior de seu instrumento, fizeram o show final.

O leão de chácara João Cachorro, lenda na história das brigas de rua em Curitiba, apagou a luz e acabaram-se as noites feéricas no Ahú.

A cidade voltou para sua vocação de província (“cárcere e lar”, completaria Dalton Trevisan) e só podemos imaginar o que o Brasil poderia ter sido se o jogo seguisse financiando a indústria do entretenimento nas décadas seguintes.

O trauma foi grande e o imóvel ficou abandonado por cerca de 10 anos até que, em 1957, o padre Valério Alberton o comprou para o transformar no convento das Irmãs Beneditinas da Divina Providência. O salão de jogos onde se operavam as roletas virou a capela e as mesas de 21 deram lugar a uma sala de oração. O cassino se converteu em local de sossego e reza. O palco ainda está lá esperando quem sabe uma segunda era do rádio. Se antes, mulheres desacompanhadas não podiam entrar no imóvel, a partir de então foram as freiras que cuidaram do local e o fazem até hoje comandando o Colégio Divina Providência.

Pois bem, no intervalo correspondente à metade deste quiproquó, a cerca de 700 metros dali, o senhor Olívio Fantinato abriu

seu armazém de Secos e Molhados na esquina das ruas Mateus Leme e Albano Reis. Naquele tempo, o bairro era dividido em três partes: o Ahú de baixo, o de cima e o estribo. O “de cima” é onde ficava o convento. O armazém ficava no Ahú de baixo (hoje parte do bairro do Bom Retiro).

No estribo, atual Barreirinha, chegavam de trem todos os dias os produtos hortifrutigranjeiros das chácaras da região metropolitana para abastecer as prateleiras da Merceria Fantinato que vendia de tudo um pouco e era tocada pessoalmente por Olívio e pela esposa Angela Bonatto, ambos descendentes de italianos da região do Vêneto.

Mais uma vez, temos a tipologia arquitetônica mais comum de um armazém: uma casa de esquina, com portas para os dois lados do ângulo reto, com o balcão de frente para a porta e a residência da família nos fundos. Numa outra tradição dos armazéns curitibanos, os primeiros clientes eram os muitos parentes de ambas as famílias do casal que ocupavam os terrenos vizinhos.

Olívio e Angela trabalhavam duro todos os dias da semana e só muito de vez em quando se davam ao luxo de comer peixe (anchova) com pirão no bar de um italiano chamado Victor, na mesma rua, algumas quadras acima e que ainda ia dar o que falar.

A história da Merceria Fantinato é muito parecida com a de seus pares: um tempo de muita prosperidade e relevância social na região até a década de 1980, quando os costumes de

Wlamiir Braraco menofia vira.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARCO, Gilson ACERVO: Particular



consumo mudaram, seguidos de período de decadência e transformação em bar nas décadas seguintes. Olivio faleceu em 2002 e seu filho Carlos continuou mantendo a duras penas o bar ao lado da mãe que logo depois começou a apresentar sintomas da doença de Alzheimer.

Tudo mudou em 2008 quando o arquiteto Wlamir Branco, nascido na rua Albano Reis e criado no mesmo bairro, passou pela porta do antigo armazém onde comprava doces, bombinhas e figurinhas na infância e puxou conversa com Carlos Fantinato. “Eu tinha a memória viva de quando vinha aqui e ainda tinha os produtos pendurados ali na marquise. Eu já era arquiteto, mas sempre tive a ideia de montar um bar e me pareceu o espaço ideal para o bar que eu sempre sonhei”, disse.

Entre a primeira conversa e o negócio fechado foram menos de dois meses. No dia 9 de maio de 2008, o ponto mudou de dono e no ano seguinte, Wlamir reabriu a casa ao lado de um sócio cozinheiro e, desde o primeiro dia, contou com o trabalho do garçom Dudu que logo se tornaria uma estrela da gastronomia local ao criar um ritual para servir a carne de onça da casa na mesa do cliente.

Reformar o espaço foi um dos grandes prazeres do arquiteto Wlamir, especializado em restauração, que conseguiu aproveitar cada golo de história do lugar. “Montei meu escritório no depósito e dali começamos. Tivemos a preocupação de manter o piso original, rachado mas cheio de identidade. Assim como o balcão

original de 1953 que estava jogado em meio a um monte de tralhas perto de dois galões de cachaça de butiá curtida que provamos e como estava ótima colocamos à venda logo que abrimos. Esgotou em poucos meses”, lembra.

Para Wlamir, mergulhar nas “tralhas” do velho armazém era como ir a um parque temático, pois ele é um grande colecionador de memorabilia da cultura pop. “Na decoração usei muita coisa daqui, mas muita coisa porque eu sempre fui colecionador. Com o tempo, os clientes também começaram a trazer coisas”, conta.

Hoje, o Fantinato é uma espécie de museu com peças como gramofones, rádios, aparelhos de TV a válvula, uma coleção completa das balas Zequinha, times antigos de futebol de botão e outras tantas peças que só vendo para entender. “Para mim foi uma satisfação quando o público que vinha começou a curtir as coisas, pois até então só eu achava que curtia. Foi bom ver que eu não sou louco”, brinca.

Ele avalia, contudo, que o grande diferencial da maioria dos bons comércios urbanos é estar posicionado numa esquina como o seu está. Pois como ensina o guru das vendas Luigi Salvaneschi, é preciso estar parado onde o vento corre. “A esquina é tudo, em termos de estrutura. Ela proporciona alta visibilidade e acesso por duas vias. O domínio do território. Tudo é tridimensional e mais fácil. Esquina é tudo”, diz contemplando a sua do outro lado da rua em um enquadramento em que é possível ver a casa acolhida por araucárias centenárias.

Desta forma, a Merceria Fantinato teve um destino contrário ao extinto vizinho Cassino do Ahú. Ele precisou morrer para evaporar da história. Nela, as coisas mudaram para que a esquina permanecesse viva.

Bafo: as figurinhas da bala Zequinha.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular



# MERCEARIA FLORESTAL



Dona Lúcia, o baleiro e o seu mundo.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular



Quando se entra na Merceria Florestal, a sensação é que o tempo muda e desacelera. Numa época em que as pessoas estão viciadas em estar ocupadas e marcam reuniões para se lembrar de coisas que acham que precisam fazer, dentro do pequeno salão de um dos últimos armazéns puro-sangue da cidade o tempo é o da vela queimando.

Do balcão, Ademir de Barros Teixeira olha o mundo enquadrado pelas duas portas do armazém onde trabalha desde meados da década de 1960. Nascido em 1957, ele vive desde então na parte de trás da casa que os pais construíram um ano antes. Depois de se casarem, Pedro de Barros Teixeira e Lúcia Cavalli compraram alguns lotes de terreno na então chamada Planta Florestal de Curitiba, que compreende partes dos atuais bairros do Jardim Social e Bacacheri e abriram um armazém de Secos e Molhados no melhor ponto possível, bem na esquina da atual Rua Fagundes Varela.

Nesta época, mesmo entre os moradores da Florestal havia dúvidas sinceras sobre se o

crescimento de Curitiba poderia um dia alcançar essa região que parecia tão longe do centro de Curitiba quanto de São Paulo.

No armazém onde Ademir trabalha todos os dias da semana, um tanto deste tempo segue em pé, pois o lugar é basicamente o mesmo que o pai inaugurou em 1956. As prateleiras e o balcão do armazém foram instalados enquanto Juscelino Kubitschek era eleito presidente da república e a capital do país ainda era o Rio de Janeiro. No varão que emoldura o velho balcão, há sandálias havaianas, daqueles com a planta branca e solado preto ou azul, embaladas em sacos plásticos que assim penduradas ficam divertidas como frutas em um cacho.

Há camadas mais recentes de tempo dentro do pequeno salão. A TV de 10 polegadas em que Ademir viu Zico perder o pênalti contra a França na Copa de 1986 ainda está ali. Bem como um freezer da Kibon, mais ou menos da mesma época, que hoje serve como uma extensão do balcão, mas há produtos novos, é claro, como a geladeira de primeira linha que mantém a cerveja no padrão que consagrou a casa.





As três gerações dos Barros Teixeira.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

Ademir não mora sozinho, mas com sua mãe Dona Lúcia, com 92 anos em 2024. Quem encosta no balcão, consegue ver a sala da casa, nos fundos do imóvel, com antigos tapetes e sofás cobertos com tecidos floridos. Na soleira da porta, há um quadro onde lê-se: “Na casa da vovó, sempre tem 1 real”. Dona Lúcia hoje gosta de cuidar das plantinhas e assistir às novelas, mas quando pode ainda vem ajudar o filho e assuntar com os clientes no balcão.

Ademir também tem um filho, Pedro, de 14 anos, que está estudando no ensino médio na Escola Amâncio Moro e o ajuda no balcão do armazém nas horas vagas. Entre as idades da avó e do neto, há portanto uma diferença de 78 anos, um elo entre mundos e épocas que dá o que pensar.

Dizem os cientistas que ainda que as expectativas de vida mudem em diferentes momentos da história, sempre houve pessoas que viveram por 100 anos. De tal forma que estaríamos há apenas 20 existências da vida de Cristo ou 22 do dia em que o general cartaginês Aníbal desceu os Alpes com elefantes deixando a república romana de joelhos. Não é nada, convenhamos. Para a eternidade é um pequeno risco do céu. O tempo de um cigarro.

Ademir é afável e simpático, mas de poucas palavras. Ele me conta que sempre trabalhou nos negócios da família. Como quando nos anos 1960, o pai comprou uma máquina de fazer picolé e o pequeno Ademir saía para vendê-los com um isopor a tiracolo. Quem é mais velho lembra que o pregão dos sorveteiros

ambulantes nesta época era uma gaita plástica de oito furos que anunciava a chegada da alegria.

Na infância bucólica, corria atrás de balão percorrendo a paisagem de chácaras e mais chácaras ligadas por estradinhas de terra até chegar a caixa d’água no alto da Rua XV, último ponto do bonde que levava e trazia gente da cidade.

Mas ninguém precisava ir à cidade. Tudo o que era preciso estava à mão. A casa do pai tinha a própria cancha de bocha e o pessoal jogava malha na rua de terra que passava ao lado. Havia um campo de futebol de dimensões oficiais em frente à sua casa. Como todo menino brasileiro de sua geração, Ademir queria ser jogador de futebol, mas não pôde fugir das responsabilidades da empresa familiar.

Quer dizer, ele até jogou nos campeonatos suburbanos e ligas amadoras da região metropolitana, mas não chegou perto do sonho de jogar no Coritiba, seu clube do coração. Hoje, com quase 70 anos, ainda joga futebol toda semana e “muito bem”, atestam os amigos do balcão. “Um ótimo meia-direita, daqueles que pensa o jogo”, define um colega de time.

O horário de funcionamento do armazém é das 8h às 20h, o mesmo há sete décadas. Mas em algumas tardes menos movimentadas, Ademir hoje já se permite dormir uma sesta após o almoço. “Às vezes eu deixo o piá aqui ou fecho um pouquinho e vou tirar uma soneca. Depois do almoço é devagar, é só lá pelas 16h, que começa o movimento”, explica.



Nessas horas quem precisar falar com ele, deve deixar recado com a costureira que aluga dele o imóvel ao lado.

Para algumas culturas e pessoas, é difícil entender o hábito da sesta, talvez porque as atividades que as comandam como tecnologia e mercado financeiro sejam de ciclo rápido e frenético. Mas em outros lugares e corações trata-se de um hábito inegociável – e bem recomendado pelos médicos.

Uma vez por mês, pelo menos, Ademir prende fogo na churrasqueira e faz um assado com os amigos do bairro. No Florestal, há muitos clientes habituais, como o senhor Hollanda, que deixa a revista de *sudoku* e a caneta no bar para não sentir a falta de seu passatempo. Alguns o conhecem desde criança e frequentam o armazém desde o tempo de seu Pedro.

Das coisas velhas do pai, Ademir vendeu há alguns anos balança e o cortador de frios a um amigo colecionador. Ele explica as razões: “A gente vendia feijão, arroz, tudo a granel. Naquela época se levantava às 6 da manhã para preparar as coisas, pão, leite. Trazia tudo naquelas cestas grandes. De uns vinte e cinco anos para cá começou a aparecer padaria, mercado, açougue, sacolão e um belo dia tinha duas padarias nesta mesma quadra”, disse.

Abalou o negócio, mas não muito, pois dentro do Armazém Florestal, o tempo é diferente, parecido com o das árvores. Quando uma árvore é ferida precisa de horas para saber o que aconteceu e dias para se autodeterminar em função da ferida. Mas ao contrário do que pode parecer, ela não está parada. No mundo, tudo está em movimento, mas cada coisa no seu ritmo. Conhecer a marcha e ir tocando em frente é o que todos buscamos fazer, certo? E, a propósito, pelo menos duas padarias que abriram nos arredores já fecharam.

Misturando os arquétipos da psicologia de Carl G. Jung com a “conhecença” popular, gosto de dizer que há dois tipos principais de sábios: há o velho que vive no alto da montanha há muito tempo e sabe tudo o que vai acontecer e há viajante que já esteve em todos os lugares e ouviu línguas e viu coisas que nenhum outro homem viu, como Marco Polo ou Cabeza de Vaca.

Ademir é da primeira linhagem. Viu a vida passar e a cidade se transformar, os regimes políticos mudarem, as guerras começarem e terminarem apoiado no balcão do seu armazém. Para ele, a vida escolheu o seu destino. “A gente se acostuma”.

Perguntado se é um homem feliz, ele me diz que ter trabalho e patrimônio, conviver com mãe e jogar futebol perto dos 70 anos, ter um filho inteligente e viver cercado de amigos para ele são riquezas. Quem poderia dizer que não são?

Enquanto decido entre um gole de butiá e o mastruz, especulo sobre a Curitiba da era dos armazéns que ainda não era uma grande cidade, mas corria para tentar acertar um passo que a fizesse parecer com uma. Uma pressa que talvez nos tenha feito deixar de aproveitar a dimensão do tempo que realmente nos tocava. Pois como ensinou o professor Milton Santos, e ninguém pensou sobre o tempo das cidades melhor do que ele, o “império do tempo é muito grande sobre nós, mas é, sobre nós, diferentemente estabelecido”.

Entendo que o professor queria dizer que nós, mulheres e homens comuns, não comandamos o tempo da cidade, mas também não o comandam as empresas multinacionais, as instituições públicas ou civis, nem o povo vidrado nas redes sociais, nem os caras da bolsa de valores, pois há um tempo que corre em paralelo, um tempo dentro do tempo, comandado pelo espaço.

No Armazém Florestal, ele é vezeiro, paciente, jângal e descansado.



Mercearia Florestal: o tempo dentro do tempo.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular

Pedro, Lúcia, Ademir e o balcão.  
ANO: 2024 AUTOR: CAMARGO, Gilson ACERVO: Particular



# VIDA DE BALCÃO

O melhor registro em imagem do encontro entre passado e presente nas esquinas de Curitiba é o filme “Vida de Balcão”, do cineasta Luciano Coelho. O curta-metragem, lançado em 2007, traz cenas deliciosas dos armazéns de secos e molhados na cidade e da cidade dentro desses antigos espaços de comércio e convivência, muitos já desaparecidos na poeira dos dias. Nelas temos contato com testemunhos singulares de proprietários e clientes que refletem com agridoce nostalgia sobre sua influência na transformação urbana que então se preparava para os engolir.

Um dos momentos mais marcantes do filme ocorre quando a câmera acompanha Algacir Darif, lendário proprietário do Armazém Darif, durante a inauguração de um supermercado que ameaçava os negócios tradicionais como o seu. Camuflada por sua barba hirsuta, a indignação irônica de Algacir enquanto o prefeito de turno saudava a direção da rede varejista ilustra a relação de imposição sobre o que deve permanecer com a chegada do “novo”.

A cena tem quase 20 anos, mas algumas coisas pouco mudaram. Enquanto este livro estava sendo escrito, um enorme supermercado da mesma rede está sendo erguido num dos caminhos descritos na segunda parte deste volume, o antigo caminho do Itupava. Uma construção que vai na contramão do que se entende como as melhores práticas do urbanismo contemporâneo, que valoriza a escala humana, o resgate da relação com o meio ambiente e sobretudo o envolvimento das pessoas em processos participativos para tomada de decisões mais inclusivas.

Neste livro buscamos lançar luz sobre a arquitetura vernacular e as memórias dos cidadãos comuns acreditando que de alguma forma estamos contribuindo para esse processo participativo e colocando um tijolo a mais na construção de uma reflexão crítica sobre o passado, presente e futuro da cidade que pode ser mais diverso e interessante.

Sabemos que o trabalho de interpretação de fatos históricos é um campo muito delicado, pois a história é uma coleção de momentos, vivências

e pontos de vista diferentes, verdades, omissões, ideologias, dominações e interesses que são colocados a partir do que se deseja construir.

Portanto, aqui, o exercício foi não de tentar contar uma verdade imposta sobre a memória, mas abrir o leque para ampliar versões, neste caso, por meio da captura de aspectos tangíveis e intangíveis da vida cotidiana. Como diz George Perec, a memória é multifacetada: é fonte de inspiração, objeto de investigação e um campo onde a perda, o esquecimento e a reconstrução estão em constante interação. Nossa esperança é que o trabalho inspire o contar de outras histórias com perspectivas diferentes e que não conseguimos alcançar.

Toda memória, como dizia James Salter, fica um pouco desbotada pelo tempo, como notas no bolso de um casaco esquecido. O passado nos invade e desaparece. Só que nele, em algum lugar, como os diamantes, há fragmentos que resistem. Quando nos ocupamos de juntá-los e peneirá-los, descobrimos o verdadeiro propósito deste garimpo.

Quando encontramos os lugares e pessoas que nos ajudaram a criar este livro descobrimos que revisitar as práticas, usos e saberes que informavam a sociedade que consumia e se encontrava nos armazéns, se torna uma inspiração para práticas contemporâneas que podem fazer parte de uma estratégia coletiva de melhorar a vida nas cidades.

Um dos aspectos lembrados com amorosa nostalgia e como sendo de grande benefício da era dos armazéns reside na ideia de “comprar local”. Comprar uma cerveja na esquina de casa ou fazer uma compra do pequeno mercado se seu próprio bairro tem um valor que vai além de apenas suprir suas necessidades. Essa prática fortalece o senso de comunidade e gera um ambiente mais acolhedor, além de fomentar a economia local (pequenos produtores e produtos frescos) e preservar a cultura e história do bairro. Coloca cidadania e poesia na mesma equação e isso não é pouca coisa.

# REFERÊNCIAS

**PARTE I**

- ARGAN, Giulio Carlo. Tipologia, Simbolismo, Allegorismo delle Forme Architectoniche. Bollettino del Centro Internazionale di Studi di Architettura Andrea Palladio, n. 1, Vicenza, p. 20, 1959.
- BURTON, Richard Francis Sir. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo 15, n. 7, 3ª série, p. 257- 460, 3º trim., 1852. p. 405.
- CONDE, Luis Paulo et al. Protomodernismo em Copacabana. Arquitetura Revista, Rio de Janeiro, FAU/ UFRJ, n. 3, 1985.
- CORONA MARTÍNEZ, Alfonso. Ensaio sobre o projeto. Brasília: Ed. UnB, 2000.
- DEL PRIORE, Mary. Histórias da gente brasileira. Volume 1: Colônia. São Paulo: Le Ya, 2016.
- FARIAS, Fernanda de Castro; TINEN, Nelci. Arquitetura associada ao “Art Déco” no Brasil: uma análise das narrativas. In: MIGLIORINI, Jeanine Mafra (org.). Arquitetura e Urbanismo: competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado 2. Ponta Grossa: Atena, 2020.
- GARCEZ, Luiz Armando. Curitiba - Evolução Urbana. Curitiba: Imprensa Universitária, 2006.
- JACOBS, Jane. La economia de las ciudades. Barcelona: Ediciones Península, 1975
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. São Paulo: Nobel, 1985.
- MIRANDA, Nego; CARVALHO, Maria Cristina Wolf de. Paraná de madeira. Curitiba: s.n., 2005.
- MONEO, R. On Typology. Oppositions, Cambridge, MIT Press, n. 13, 1978.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência de urbanização: São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.
- PALLASMAA, Juhani. Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- PEVSNER, Nikolaus. A history of building types. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, província cisplatina e missões do Paraguai. São Paulo: Livraria Martins, 1972.
- TRIGUEIROS, Luiz. Fernando Távora. Lisboa: Blau, 1993.
- VIVEIROS ARAÚJO, Maria Lucília. Lojas e armazéns das casas de morada. Revista de História, São Paulo, USP, n. 160, 2009.

# REFERÊNCIAS

**PARTE II**

ALBRECHT, Fernando. Secos & Molhados. Começo de Conversa, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/colunas/comeco-de-conversa/2022/07/855877-secos-molhados.html>

ANTONELLI, Diego. De secos e molhados ao maior acervo da história de Curitiba. Gazeta do Povo, 13 dez. 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/de-secos-e-molhados-ao-maior-acervo-da-historia-de-curitiba-51mti2elxaxqfa376sz2iv4ni/>

ARMAZÉM de secos e molhados da viúva Grefe. Centro de São Paulo. Moyarte, 31 jul. 2019. Disponível em: <http://www.moyarte.com.br/centro-de-sao-paulo/historia-do-comercio/armazem-secos-e-molhados-da-viuva-grefe.html>

JORNAL O GLOBO. Armazém de Secos e Molhados. Histórias do livro de crônicas do gaúcho Sergio Faraco, na segunda parte de O Pão e a Esfinge. L&PM Editores, 7 dez. 2009. Disponível em: [https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805136&SecaoID=816261&SubsecID=0&Template=../artigosnoticias/user\\_exibir.asp&ID=505380](https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805136&SecaoID=816261&SubsecID=0&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=505380)

LOPES, Rodrigo. Armazém de Antonio Boz nos anos 1940. Zero Hora, Pioneiro, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2016/08/armazem-de-antonio-boz-nos-anos-1940-7353414.html>

NASCIMENTO, Douglas. Armazém de 1928. São Paulo Antiga, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/armazem-de-1928/>

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. Ciência e Cultura, v. 54, n. 2, p. 21-22, 2002. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252002000200020](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200020)

SESC SP. Armazém do Brasil: memórias do comércio da zona cerealista. São Paulo: Museu da Pessoa, 2016. Disponível em: <https://museudapessoa.org/wp-content/uploads/2021/06/ZonaCerealista.pdf>

TELEGINSKI, Neli Maria. Armazéns, bodegueiros e a Câmara Municipal: o comércio de secos e molhados e os códigos de posturas da cidade de Irati-PR, 1907-1920. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300743341\\_ARQUIVO\\_Armazens,bodegueiroseaCamaraMunicipal\\_NeliMariaTeleginski.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300743341_ARQUIVO_Armazens,bodegueiroseaCamaraMunicipal_NeliMariaTeleginski.pdf)

NUNHEZ, Rodolfo. Nas Alturas: Uma Biografia de Santos-Dumont. eBook Kindle.

Folha de Londrina. Memórias do Cassino - AHU. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cadernos-especiais/memorias-do-cassino-ahu-634250.html?d=1>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

Lopes de Sá, A. (Junio 20\_\_). Procedimentos contábeis no século XIX. O livro de contas de Manoel de Sousa Guedes de Itabira. DE COMPUTIS Revista Española de Historia de la Contabilidad, (Número), (Páginas).

Tamanini, P. A. (Ano de publicação). Receitas da culinária ucraniana: entre o cozer e o aprender sobre um passado. Percursos, 1(1), [páginas do artigo].

G1 Santos e Região. Há 90 anos, o Brasil dizia adeus a Santos Dumont, que tirou a própria vida em um hotel em Guarujá, SP. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2022/07/23/ha-90-anos-o-brasil-dizia-adeus-a-santos-dumont-que-tirou-a-propria-vida-em-um-hotel-em-guaruja-sp.ghtml>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

Lacerda, Rodrigo. João Antônio: Uma Biografia Literária. Tese de Doutorado. Orientador: Joaquim Alves de Aguiar. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada.

Gazeta do Povo. (Ano de publicação). De Secos e Molhados ao maior acervo da história de Curitiba. Gazeta do Povo, Disponível em: <URL>. Acesso em 13 de Agosto de 2023.

São Paulo Antiga. Armazém de 1928. São Paulo Antiga, [sem data]. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/armazem-de-1928/>. Acesso em 13 de Agosto de 2023.

Jornal do Comércio. Secos & Molhados. Coluna “Começo de Conversa”, 2022. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/colunas/comeco-de-conversa/2022/07/855877-secos-molhados.html>. Acesso em: 6 de maio de 2023.

Serviço Social do Comércio de São Paulo; Museu da Pessoa; Coordenação editorial de Karen Worcman; Ana Maria Cardachevski. Armazém do Brasil: memórias do comércio da Zona Cerealista. São Paulo: Sesc SP; Museu da Pessoa, 2016.

GLOWACKI, Thais Almeida. Antigos Armazéns Urbanos de Curitiba. Relatório Final. Escola de Arquitetura e Design, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Agosto de 2013. Orientação: Prof.(a) Cleusa de Castro.

Karime Massignan Grassi Vieira y Leticia Peret Antunes Hardt: “Desenvolvimento econômico e mudança cultural: armazéns de secos e molhados na cultura e memória brasileira”, Revista OIDLÉS, Vol 14 N° 29 (diciembre 2020). En línea: <https://www.eumed.net/es/revistas/oidles/vol-14-no-29-diciembre-2020/cultura-memoria-brasil>

“Em busca do mate perdido em um país de vacas e soja”. Sumaúma, [sem data]. Disponível em: <https://sumauma.com/em-busca-do-mate-perdido-em-um-pais-de-vacas-e-soja/>. Acesso em 05 de Janeiro de 2024.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Lojas e armazéns das casas de morada paulistas. Pós-doutoranda FEA-USP1.

Teleginski, Neli Maria. Armazéns, bodegueiros e a Câmara Municipal de Curitiba (1873-1889). In: XXV Encontro Estadual de História ANPUH-PR, Curitiba, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300743341\\_ARQUIVO\\_Armazens,bodegueiroseaCamaraMunicipal\\_NeliMariaTeleginski.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300743341_ARQUIVO_Armazens,bodegueiroseaCamaraMunicipal_NeliMariaTeleginski.pdf). Acesso em 02 de Janeiro de 2024.

“Berço da Palavra”. Blog do Correio Braziliense, [sem data]. Disponível em: [https://blogs.correio braziliense.com.br/dad/berco\\_da\\_palavra\\_1-5/](https://blogs.correio braziliense.com.br/dad/berco_da_palavra_1-5/). Acesso em 02 de novembro de 2023.

“Batalha de Varsóvia 1920 - uma vitória polaca para a liberdade da Europa”. Site do Governo

de Portugal, [sem data]. Disponível em: <https://www.gov.pl/web/portugal/batalha-de-varsovia-1920--uma-vitoria-polaca-para-a-liberdade-da-europa>. Acesso em 14 de dezembro de 2023.

“Mãos de fada”. Folha de Londrina, [sem data]. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cadernos-especiais/maos-de-fada-640219.html?d=1>. Acesso em: [data de acesso, dia mês ano].

GRECA, Rafael de Macedo. Freguês de Caderno. Curitiba: Boletim da Casa Romário Martins. Vol 2, n 8, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Comarca de Curitiba. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-comarca-de-curitiba>

“Dos tempos do EPA”. Gazeta do Povo, [sem data]. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/turismo/dos-tempos-do-epa/>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

“Jardim Social: revitalizar o Armazém Zequinão”. Revista Haus, [sem data]. Disponível em: <https://revistahaus.com.br/haus/estilo-cultura/jardim-social-revitalizar-armazem-zequinao/>. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

“Curitiba: à beira do balcão”. Revista Haus, [sem data]. Disponível em: <https://revistahaus.com.br/haus/decoracao/curitiba-a-beira-do-balcao/>. Acesso em 22 de maio de 2023.

“Secos & Molhados: 50 anos a história da banda que desafiou a ditadura”. Memórias Reveladas, [sem data]. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/secos-molhados-50-anos-a-historia-da-banda-que-desafiou-a-ditadura>. Acesso em 31 de junho de 2023.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. A Universidade do Mate: A História da UFPR. Ed. da UFPR. Curitiba. 2006.

FENIANOS, Eduardo Emílio. Coleção Bairros de Curitiba Curitiba: UniverCidade, 1996.

SALTER, James, A Sporta and a Pastime: A Novel, Open Road. Ed. do Kindle.

ANTONIO, João, Contos Reunidos. CosaC Naify, São Paulo. 2012.

PEREC, George. Lo infraordinario. Madrid: Impedimenta, 2008.

# FICHA TÉCNICA

## ORGANIZADORA

Thais Glowacki

## AUTORES

Cleusa de Castro e Sandro Moser

## PESQUISA

Antônia Reichmann, Cleusa de Castro, Marcos Paulo de Assis (Anubis), Mayra Lafoz Bertussi, Sandro Moser, Thais Glowacki.

## REVISÃO

Alessandra Angelo

## TEXTO ADICIONAL

Thais Glowacki

## FOTOGRAFIAS

Gilson Camargo

## FOTOGRAFIAS HISTÓRICAS

Acervo Casa da Memória | Fundação Cultural de Curitiba

## FOTOGRAFIAS ADICIONAIS

Cleusa de Castro, Élide Silva de Oliveira, Márcio Scatrut, Roberto Ghidini, Tadeu Glowacki (T Glow), Thais Glowacki e Washington Takeuchi.

## FOTOGRAFIA DA CAPA

Gilson Camargo (Armazém do Grego, na foto João Demétrio Koutsoukos, 1999)

## PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Jaime Silveira

## REDES SOCIAIS

Elisa Carvalho

## IMPRENSA

Zelig

## PRODUÇÃO EXECUTIVA

Jonas Prates

## REALIZAÇÃO

Transpira

Este Livro é parte integrante do projeto: “Armazéns da Memória: uma história dos secos & molhados em Curitiba”

“Todas as informações contidas nesta obra são de responsabilidade exclusiva dos autores”

---

## AGRADECIMENTOS

Biblioteca SESC da Esquina

Délio Canabrava  
Dona Orlanda, Ana e Fábio (Armazém Santa Ana)  
Gabriel Serrato Paris (Diretor de Patrimônio Cultural)  
Luciano Coelho  
Márcia Murbach  
Roberson Mauricio Caldeira Nunes (Coordenador do Centro de Documentação da Casa da Memória)  
Roberto Ghidini  
Wlamir Branco (Mercearia Fantinato)

Este livro é dedicado ao Quino.

[www.acidadenosarmazens.com.br](http://www.acidadenosarmazens.com.br)  
[@a\\_cidade\\_nos\\_armazens](https://www.instagram.com/a_cidade_nos_armazens)



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

M899a Moser, Sandro  
Os armazéns na cidade, a cidade nos armazéns / Sandro Moser, Cleusa de Castro; fotografia: Gilson Camargo. – Curitiba: Editora Transpira, 2024.  
160 p.:il.; 22x27cm.

Fotografias históricas: Acervo Casa da Memória, Fundação Cultural de Curitiba.

Fotografias adicionais: Cleusa de Castro, Élide Silva de Oliveira, Márcio Scatrut, Roberto Ghidini, Tadeu Glowacki (TGlow), Thais Glowacki, Washington Takeuchi

ISBN 978-65-00-98354-8

1. Arquitetura. 2. Armazéns Secos e Molhados. 3. Arquitetura Vernacular. 4. Cidade. 5. História. 6. Curitiba (PR). I. Título. II. Castro, Cleusa de. III. Camargo, Gilson.

CDU 719

Bibliotecária responsável: Maria do Carmo Mitchell Neis – CRB 10/1309

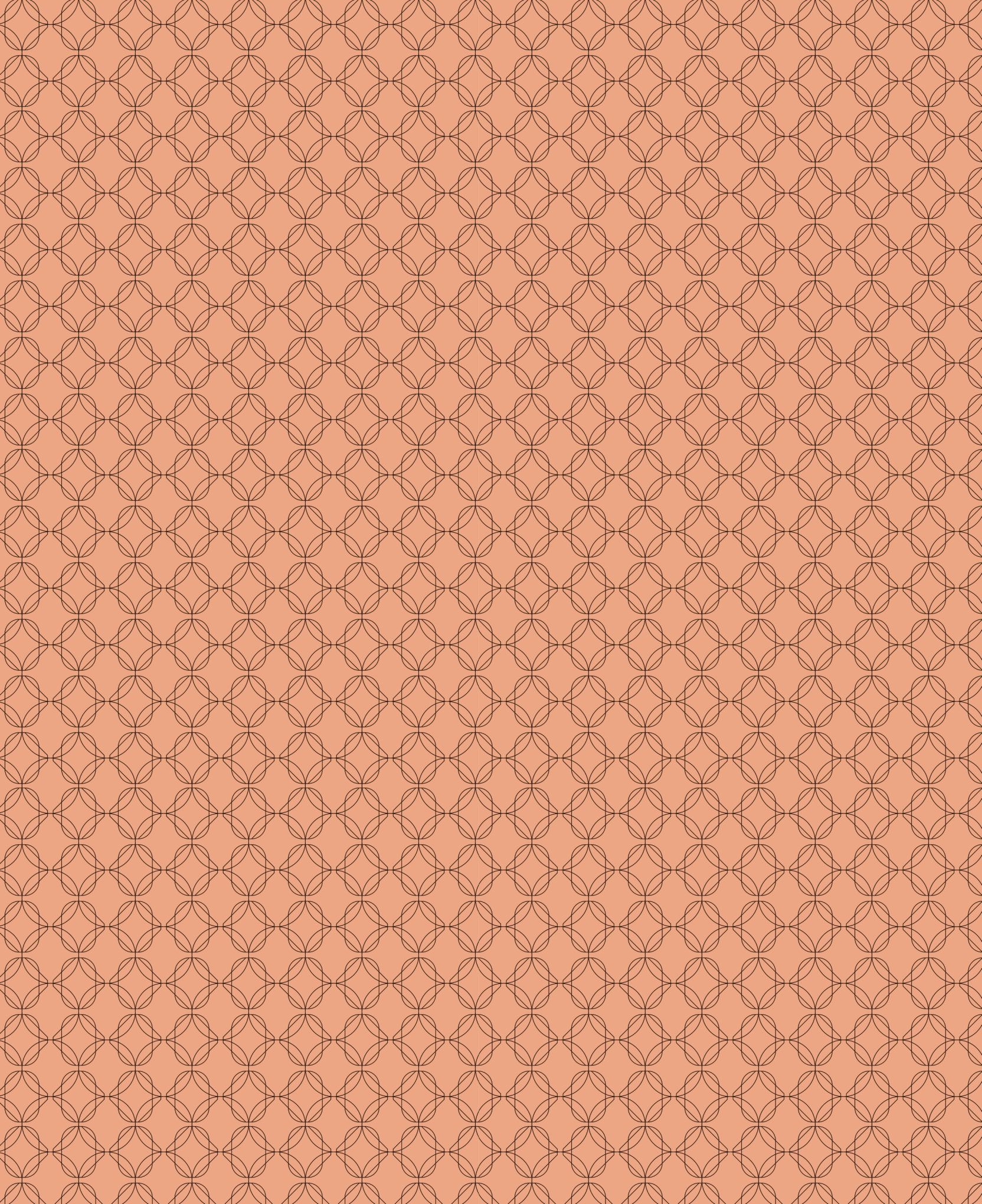
“PROJETO REALIZADO COM RECURSOS DO PROGRAMA DE APOIO E INCENTIVO À CULTURA - FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA”

Realização



Incentivo





# OS ARMAZÉNS NA CIDADE

---

ISBN: 978-65-00-98354-8



---

# A CIDADE NOS ARMAZÉNS